

SOLIDARIEDADE COM MOÇAMBIQUE



Face à agressão armada das tropas do regime fascista rodesiano contra a República Popular de Moçambique, a Comissão Política do Comité Central do PCP emitiu a seguinte nota:

1. Forças do exército racista da Rodésia, ligadas aos sectores mais reacçãoários e belicistas do imperialismo desencadearam uma acção militar contra a República Popular de Moçambique, Estado independente e soberano.

Trata-se de uma acção com a qual os lacaios do imperialismo evidenciam uma vez mais a sua natureza agressiva e o seu desespero face às profundas transformações que se estão a operar na África Austral.

2. A agressão desencadeada pelas tropas de Salisbury verifica-se no momento em que decorrem em Genebra conversações com vista à independência do Zimbábue, processo que o imperialismo e os seus agentes procuram travar com exigências contrárias às aspirações, aos direitos e aos interesses da imensa maioria do povo daquele território.

Com esta acção terrorista, o regime rodesiano procura, face à hipotética existência de um «inimigo» exterior forjar argumentos para justificar as condições para a sua própria sobrevivência: o reforço das forças repressivas, o apoio militar e a intervenção directa do imperialismo.

3. A agressão contra a República Popular de Moçambique é um acto de desespero e uma manifestação de impotência. A iniciativa histórica pertence hoje em dia às forças que lutam pelo progresso social, pela liberdade, pela independência nacional, pela paz.

Os racistas e o imperialismo procuram uma vez mais deter pela força o processo irreversível que está em curso na África Austral, para poderem continuar a utilizar essa região como um instrumento da sua estratégia agressiva. O povo moçambicano rejeçará a agressão e o povo do Zimbábue alcançará a independência. A queda dos regimes de terror e exploração, como o de Salisbury, não tem data marcada mas é inevitável. As sucessivas derrotas do imperialismo confirmam esta verdade da época contemporânea.

Temperadas pelas duras condições da luta pela independência, as Forças Populares de Libertação de Moçambique repelirão o invasor e infligirão ao imperialismo uma nova derrota.

4. O PCP manifesta ao povo moçambicano e à sua vanguarda revolucionária, a FRELIMO, a sua solidariedade activa e combatente e a sua firme confiança de que as agressões serão repelidas e de que Moçambique prosseguirá, livre de ingerências, o caminho da liberdade que o seu povo escolheu.

Lisboa, 2 de Novembro de 1976

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



A presença do camarada Álvaro Cunhal em Évora foi saudada com entusiasmo

Conferência em Évora

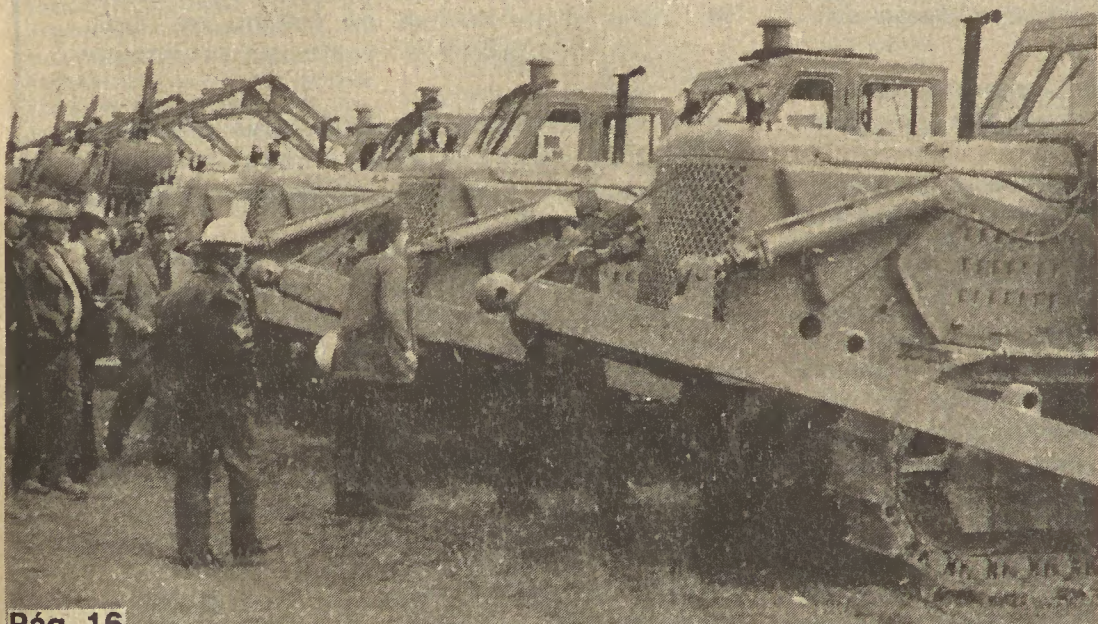
UNIDADE, FIRMEZA E ORGANIZAÇÃO NA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Os 3700 delegados representando os trabalhadores das UCPs e Cooperativas de cinco distritos, mais os 500 técnicos e outros tantos convidados presentes na Conferência de Évora, afirmaram a sua inabalável determinação em consolidar e fazer avançar a Reforma Agrária - Págs. 5, 6 e 7



Páginas centrais

VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!



Pág. 16

Mais de 100 mil contos de material e máquinas

SOLIDARIEDADE DA URSS COM A REFORMA AGRÁRIA

Editorial

O VIII CONGRESSO E A SUA PREPARAÇÃO

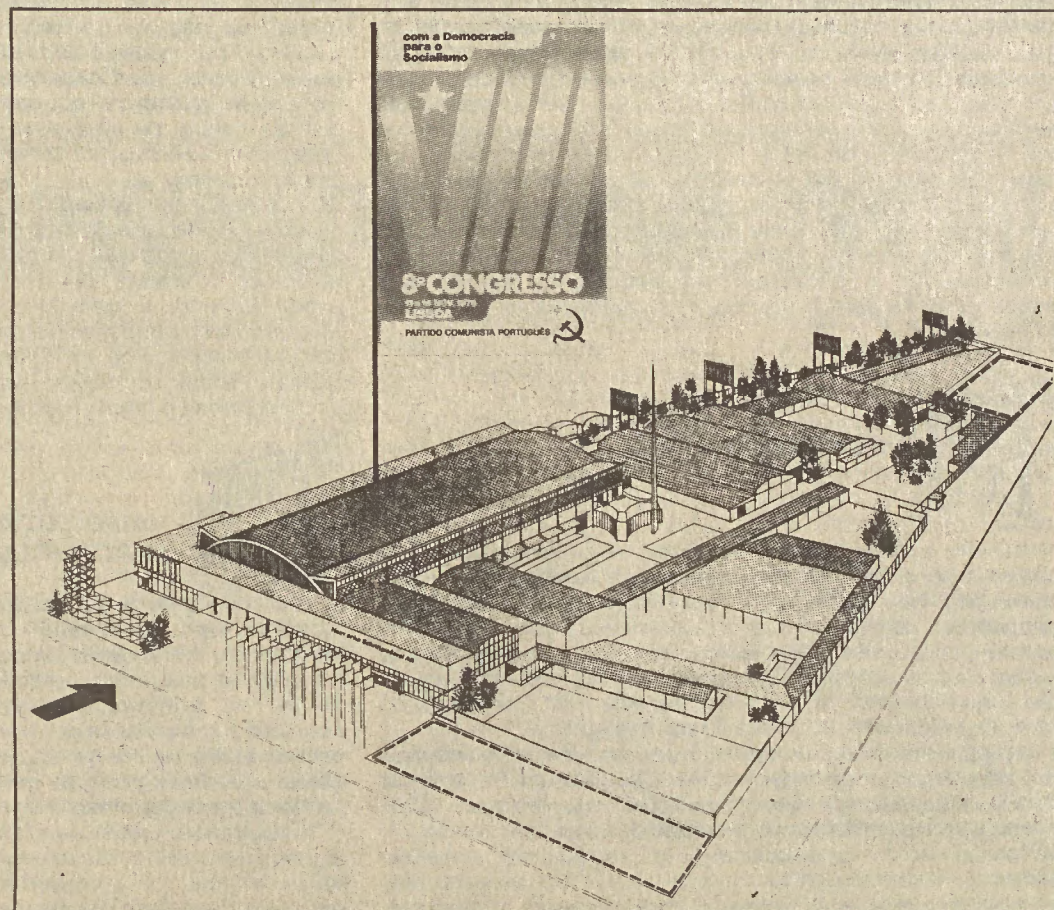
As semanas decorridas de trabalho preparatório para o VIII Congresso do PCP trouxeram já algumas experiências e revelaram questões que interessa serem analisadas, quer com vista ao trabalho imediato até ao próximo dia 11, quer como experiência futura.

1. O primeiro elemento que se destaca no trabalho já efectuado por milhares de militantes e centenas de organizações em torno das Teses apresentadas pelo Comité Central ao VIII Congresso é a grande capacidade de todo o Partido para colocar na primeira linha das suas tarefas a análise e estudo de documentos que constituem ferramentas essenciais do trabalho revolucionário. A importância do princípio leninista de que sem teoria revolucionária não há trabalho revolucionário é compreendida e vivida

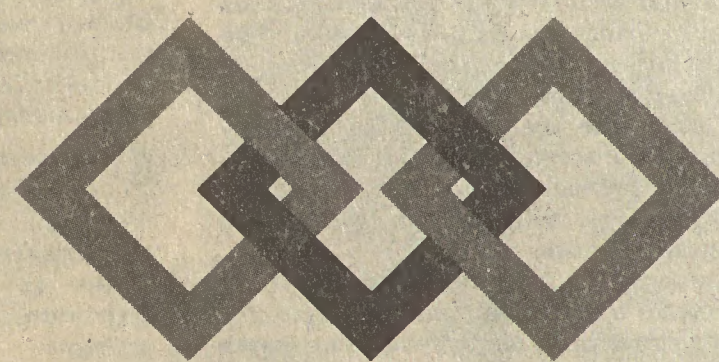
(Continua na pag. 2)

VIII CONGRESSO

É necessário ir preparar a FIL para o Congresso!
• Prossegue o debate e estudo das Teses em todas as organizações do Partido • Numerosos convidados já anunciaram a sua presença • Artigos do «Avante!» sobre as Teses para o VIII Congresso do PCP - Págs. 11, 12, 13 e 14

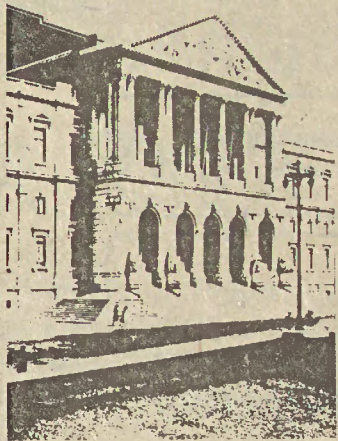


FRENTE ELEITORAL



POVO UNIDO

A Frente Eleitoral Povo Unido divulgou as linhas gerais da sua política municipal e local e os nomes das cinco centenas de democratas que constituem a sua Comissão Nacional - Pág. 4



Os comunistas na Assembleia da República

Vital Moreira — Contra as manobras do PS para fazer dos Conselhos de Informação instrumentos da sua política

Zita Seabra — O sr. Cardia acha que 40 veterinários chegam ao País e manda agentes da PSP saber o que se passa nas escolas

Vitor Benito — O exemplo dos trabalhadores da Agfa-Gevaert

Aboim Inglês — Por uma Informação ao serviço da democracia, acabar com as arbitrariedades na RTP e RDP, agir contra a imprensa e a propaganda fascistas

Na quarta-feira da semana passada, iniciou-se o debate sobre o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP de sujeição a ratificação do decreto que cria o Conselho de Informação da ANOP e dos jornais estatizados.

O camarada Vital Moreira interveio sobre o assunto, expondo os principais argumentos que levavam o grupo parlamentar, comunista a discordar em relação a vários aspectos de fundo do referido decreto. O decreto foi pelo nosso camarada considerado inconstitucional por duas razões fundamentais: só admite um único Conselho de Informação para todos os meios de informação pertencentes ao Estado, quando a Constituição a este respeito fala em vários Conselhos de Informação; por outro lado, a composição prevista para esse órgão não respeita a proporcionalidade entre os partidos representados na Assembleia, favorecendo claramente o PS em detrimento dos outros partidos. O nosso camarada referiu, ainda, como razões da nossa discordância, o facto de o decreto subordinar o Conselho de Informação ao Governo, submetendo os seus membros (indicados pelos Partidos) ao poder disciplinar do Governo (que poderia suspender ou demitir os representantes indicados pelos Partidos); e isto quando este Conselho deve, pela sua própria natureza e objectivo das suas funções (assegurar a pluralidade ideológica nos meios de comunicação) ser independente do Governo. Para além desta inadmissível subordinação, o decreto em causa não previa as necessárias ligações dos Conselhos de Informação à Assembleia da República, nem definia a necessária articulação dos seus poderes com os dos órgãos representativos dos trabalhadores do sector, nomeadamente os conselhos de redacção e as comissões de trabalhadores. Desenvolvendo estas e outras questões, o camarada Vital sublinhou a intenção do nosso Partido de não ir votar a revogação do decreto, mas sim procurar introduzir-lhe emendas, que lhe dessem um conteúdo progressista, e o tornassem um instrumento na luta pela independência e isenção dos órgãos de informação pertencentes ao Estado.



MANOBRAS DO PS

Quanto aos deputados comunistas, tratava-se, portanto, de aproveitar o pedido de ratificação, para conseguir introduzir alterações que pudessem representar uma reformulação completa do decreto. O não desejar votar a revogação do decreto (posição desde logo defendida pelo PPD), destinava-se a, para além de desde logo introduzir as alterações fundamentais, não atrasar a entrada em funcionamento dos Conselhos de Informação, uma vez que esse atraso é prejudicial.

Já depois de iniciado o debate, e depois de terem falado mais dois deputados, um do PPD e outro do CDS, o Grupo Parlamentar do PS, aproveitando afirmações feitas pelo deputado CDS, levantou uma questão prévia, defendendo que o nosso pedido de ratificação não era constitucional e por isso não devia sequer ser admitido. Isto, numa altura em que para além de já ter sido admitido, já tinha começado a debate sobre ele. Fundamentava-se o deputado do PS dizendo que o decreto em causa era do VI Governo e portanto era inconstitucional pedir a sua ratificação pela Assembleia.

O vice-Presidente da Assembleia (era então o deputado António Arnaut, do PS) decidiu contra esta questão prévia, como não podia deixar de fazer, desde logo, à luz do Regimento da própria Assembleia. As razões eram evidentes: o nosso requerimento pedindo a ratificação não tinha sido impugnado por ninguém no período em que o poderia ter sido, o debate por ele levantado já tinha sido incluído na Ordem do Dia sem nenhuma oposição, e para mais já se tinha iniciado esse debate, sem que até aí, no plenário, alguém tivesse «descoberto» ou inventado a sua inconstitucionalidade.

O nosso camarada Vital defendeu a legitimidade do nosso requerimento lembrando que o decreto em causa fora publicado no «Diário da República», necessariamente com indicação do

Governo PS, já numa altura em que estavam em funcionamento todos os órgãos de soberania previstos na Constituição (Presidente da República, Assembleia da República e Governo, nomeadamente). Ora a data da publicação do decreto é que conta para ele existir.

Era aliás evidente a contradição que existia na atitude do Grupo Parlamentar do PS: por um lado insistia em que o decreto era do VI Governo, como se só para ele quisesse atirar as culpas; por outro lado tentava impedir que o debate prosseguisse, manifestando, assim, ter grande interesse nesse decreto.

Tendo o grupo parlamentar do PS insistido em que a sua questão prévia fosse votada pela plenário, fez-se a votação, e só esse grupo parlamentar votou a favor dessa questão prévia que impediria a continuação do debate. Todos os outros deputados votaram contra. Defendendo a tese insustentável de que o nosso pedido de ratificação era inconstitucional, o deputado PS Salgado Zenha não hesitou em insinuar que o nosso Partido falava muito na Constituição mas não estava na disposição de defender a sua aplicação; o que dada a fraqueza da argumentação converte esta insinuação numa manobra gratuita e lamentável.

Isolado e derrotado na votação, o Grupo Parlamentar do PS decidiu votar contra a ratificação do decreto, parecendo visar assim que não se pudessem introduzir emendas e atrasar a resolução da questão de entrada em funcionamento de órgãos constitucionais — os Conselhos de Informação. O PPD e o CDS mostraram igualmente que iam votar contra a ratificação com o efeito natural de atrasarem o problema e de eventualmente poderem vir a aprovar um decreto igualmente inaceitável ou ainda pior se possível.

Nestas circunstâncias, o nosso grupo parlamentar decidiu alterar a sua decisão de ir aprovar a ratificação com a introdução de emendas e votou também contra a ratificação do decreto. As razões eram simples: por um lado a nossa intenção de alterar profundamente o decreto e permitir a rápida entrada em funcionamento dos conselhos de informação já não podia triunfar; por outro lado, como as nossas discordâncias em relação ao decreto eram de fundo, votar contra ele era, naquelas circunstâncias, a maneira de reafirmar essa discordância.



A POLÍTICA DE DIREITA DO MEIC FACTOR DE DESESTABILIZAÇÃO

No período de antes da Ordem do Dia, como referimos no número anterior do «Avante!», a camarada Zita Seabra fez uma intervenção sobre vários aspectos da política do MEIC e sobre o sentido da posição do nosso Partido em relação a eles.

Referiu primeiro os ataques ao ensino unificado que constitui uma das mais vivas reivindicações das forças progressistas no campo da democratização do ensino, tanto assim, que fazia parte da generalidade dos programas dos partidos verdadeiramente democráticos.

Em seguida, denunciou o facto de o Ministério ter já aprovado legislação sobre a gestão democrática das escolas sem consulta prévia aos conselhos de gestão, ao Sindicato dos Professores e às associações de estudantes, em contradição flagrante com o que fora prometido pelo ministro de Estado Jorge Campinos na própria Assembleia da República.

Referindo os ataques à autonomia universitária, as alterações de currículos e de programas, e a possibilidade de nomeação de comissões administrativas com demissões dos órgãos de gestão eleitos, sempre que o MEIC decida, sem que se saiba com que critérios, que uma escola se encontra em situação de degradação pedagógica; a nossa camarada denunciou o carácter discriminatório, precipitado e deficientemente fundamentado da institucionalização do «numerus clausus» em Medicina e Veterinária; para além do mais, sem oferecer qualquer alternativa aos estudantes (e são milhares) que assim se vêem impedidos de entrar nessas escolas superiores. Disse, nomeadamente:

Como é possível planificar o número de médicos ou de paramédicos de que o país vai necessitar daqui a oito anos

(tempo necessário para formar um médico e lhe dar um estágio) se o Serviço Nacional de Saúde, ele próprio tão falado, ainda não está, que seja do nosso conhecimento, planeado? (...)

Que contas fez o MEIC para determinar o número de 40 estudantes a serem aceites na Faculdade de Veterinária? O último estudo sobre carências de veterinários, que é do nosso conhecimento data de 1973. Num país que está a fazer a Reforma Agrária, num país cujo desenvolvimento passa pela urgente necessidade de ajuda técnica aos pequenos e médios proprietários, num país em que nos distritos de Vila Real e Bragança há apenas 8 veterinários municipais e no de Braga e de Viana, 9, é urgente saber-se que contas fez o Ministério, e quais são as suas previsões para a carência de veterinários daqui a 5 anos. (...)

Terminando com um apelo à reflexão sobre quem de facto desestabiliza a situação política com a sua acção, a camarada Zita Seabra citou 3 factos bastante elucidativos sobre os métodos de trabalho do MEIC:

O primeiro refere-se a um comunicado do MEIC de sábado passado que remete as inscrições dos alunos do 1.º ano da Faculdade de Medicina do Porto para o Governo Civil e determina que caso não o façam deixarão de ter direito a continuar o seu curso. No Governo Civil srs. deputados! Este comunicado, independentemente da justeza da luta dos estudantes é verdadeiramente o renascer dos velhos métodos repressivos que têm impreterivelmente de levantar o nosso mais vivo protesto.

O segundo caso passou-se no dia 18 de Outubro em que guardas da PSP apareceram em todo o país a contactar conselhos de gestão para saber se as escolas estavam ou não em funcionamento e porquê. Isto passou-se por exemplo na escola preparatória Nuno Gonçalves, na Pereira Coutinho de Cascais e nas suas duas secções, na escola Marques de Pombal, na escola secundária dos Olivais e no Liceu da Amadora. Esta forma de contactar os conselhos de gestão através da PSP é pelo menos original.

O terceiro caso que refiro passou-se há dias no MEIC quando o sr. ministro da Educação ordenou que fossem postos na rua os conselhos de gestão das escolas de Engenharia de todo o país que se encontravam ali em nome da reunião nacional de conselhos de gestão e estruturas associativas realizada dias antes, com o objectivo de marcar uma audiência com o Primeiro-Ministro.



OS DEPUTADOS COMUNISTAS SÃO PORTA-VOZES DOS TRABALHADORES

O camarada Vitor Benito referiu as entrevistas de camaradas do grupo parlamentar com delegações de Comissões de Trabalhadores, descrevendo os respectivos problemas e denunciando um vasto plano de recuperação capitalista que visa, não só a nossa economia nacional mas também o ataque ao processo democrático e às conquistas dos trabalhadores. Mencionando especialmente o caso da Agfa Gevaert de Coimbra, da Têxtil Manuel Gonçalves, do Contrato da Construção Civil, da J. Pimenta e da Sanimar, o nosso camarada terminou dizendo:

Procurou o Grupo Parlamentar do PCP através desta intervenção, não só satisfazer o compromisso assumido com as organizações de trabalhadores que ouvimos, como também alertar todos aqueles que, numa perspectiva democrática, estão interessados na defesa das mais sentidas aspirações e interesses do nosso Povo.

Esperamos que esta Assembleia, que os órgãos do poder, saibam encontrar rapidamente a solução justa para os problemas apresentados.

Saibamos recolher o exemplo dos trabalhadores socialistas, comunistas e sem partido que na Agfa Gevaert e em muitas outras empresas estão unidos na luta contra os inimigos da democracia.

Editorial

(Continuação da pág. 1)

O VIII CONGRESSO E A SUA PREPARAÇÃO

por todo o Partido, o que é tanto mais de sublinhar quanto é verdade que milhares e milhares de trabalhadores chegaram às fileiras do PCP nos últimos anos, que se caracterizaram por uma intensa actividade e constantes solicitações imediatas da própria realidade do processo revolucionário.

A discussão das Teses e a preparação do Congresso na generalidade tem assim demonstrado amplamente a robustez do PCP enquanto partido marxista-leninista.

2. Não é contudo, apenas a realização de centenas de pequenas e grandes reuniões que demonstra a vitalidade ideológica do Partido. É igualmente muito significativa a forma como elas têm decorrido, o grau de participação verificado e o largo e fraterno debate efectuado.

Três aspectos convem sublinhar no que se refere a este ponto.

Em primeiro lugar, milhares de militantes têm aproveitado criadoramente a realização de reuniões alargadas e a presença de camaradas responsáveis para colocarem dúvidas e interrogações acerca do conjunto da actividade do Partido e muito frequentemente sobre problemas não directamente ligados aos seus sectores de trabalho ou de actividade, mas de indiscutível importância política.

Este facto demonstra de forma clara a viva atenção com que os comunistas seguem o desenrolar do processo revolucionário e o seu interesse em permanentemente enquadrarem o seu trabalho num esforço comum pautado pela linha política do Partido.

Em segundo lugar, as assembleias, frequentemente muito numerosas, têm revelado a crescente capacidade de centenas e centenas de militantes de participarem activamente em reuniões, de com toda a clareza exporem os seus pontos de vista, procurando não só o seu próprio esclarecimento, como buscando também o esclarecimento dos que os ouvem.

Este facto demonstra, por um lado, que a vida interna do Partido tem desenvolvido em todos os militantes hábitos de participação fraterna, de atenção crítica e activa que está de acordo com os princípios do centralismo democrático e com a ampla democracia interna do PCP; por outro

lado, a facilidade demonstrada por centenas de camaradas nestas reuniões demonstra igualmente que adquiriram já uma viva experiência de participação em grandes assembleias, evidenciando claramente que os comunistas realizam no dia-a-dia um intenso trabalho de massas, um activo esforço de mobilização e esclarecimento nas assembleias, reuniões e todas as manifestações em que democraticamente os trabalhadores discutem os seus problemas.

Em terceiro lugar, é necessário ter em conta o apreciável número de propostas de alterações ou aditamentos às Teses. Se o simples facto de elas surgirem comprova igualmente a ampla democracia interna do PCP, o nível e preocupações revelados pela grande maioria revela não só um grau de consciência política muito elevado, mas também uma profunda preocupação e a uma forte ligação aos sectores de produção em que cada militante se situa.

Na realidade, quer na atenção posta na discussão deste ou daquele aspecto de análise global do processo revolucionário, quer na apresentação de propostas ditadas pelo conhecimento directo de determinados problemas (os transportes, a educação, o controlo operário, a saúde, etc., etc.), o balanço do debate realizado é altamente positivo e enriquecedor.

3. O trabalho efectuado e aquele que preencherá os dias que ainda faltam até à realização do Congresso constituem desde já um importante património para o trabalho de todas as organizações do Partido e um património que é necessário desenvolver e alargar.

As discussões efectuadas, as dúvidas esclarecidas, os problemas levantados, as propostas apresentadas são elementos preciosos para o desenvolvimento e alargamento do trabalho político e de organização.

A discussão das Teses do Congresso permitiu em muitos casos fazer um ponto rigoroso da situação de cada organismo, deu novos elementos para o conhecimento dos quadros e proporcionou ricas pistas de acção concreta em vários sectores de actividade.

Após o Congresso, e definida então em toda a sua riqueza a linha política do Partido, o aproveitamento por cada organização e cada militante das experiências colhidas neste trabalho para o futuro de aplicação da linha do Congresso é uma rica fonte de resultados.

4. Um outro aspecto que importa sublinhar é o da capacidade demonstrada pelo Partido de responder da forma positiva que vimos às necessidades de uma acção com a importância do nosso VIII Congresso sem que muitas outras tarefas imediatas e urgentes tenham sido descuradas.

Um destaque especial merece a participação dada pelos militantes do PCP às tarefas da Frente Eleitoral Povo Unido e à importante batalha em torno das autarquias locais.

As organizações do Partido têm criado condições para corresponderem às necessidades e tarefas do Congresso e, ao mesmo tempo, assegurarem um contributo decisivo à batalha pela consolidação da democracia que se trava em torno do próximo acto eleitoral.

5. A importância do VIII Congresso do PCP surge já para todos com uma absoluta clareza.

Os resultados dos Congressos de outros partidos recentemente realizados vieram — embora de formas diferentes — comprovar uma vez mais que a construção da democracia em Portugal não é possível sem o PCP. Face à radicalização à direita do PPD/PSD e ao deslizar igualmente à direita, no meio de uma situação interna pouco clara, por parte do PS, a importância da acção da vanguarda organizada da classe operária e dos trabalhadores portugueses, do Partido Comunista Português surge com uma cristalina clareza.

A realização do VIII Congresso, pelo estudo sério e científico que significa da realidade portuguesa e das perspectivas que se abrem ao nosso povo, pela demonstração de vitalidade, de coesão e de empenhamento no processo democrático que constitui é um vivo contributo para a resolução dos problemas que se colocam ao povo português e à democracia portuguesa.



POR UMA INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DA DEMOCRACIA E DO PROGRESSO SOCIAL

Finalmente, na última reunião plenária da semana passada, o camarada Carlos Aboim Inglês abordou o tema da Informação no nosso país, hoje em dia.

O nosso camarada referiu primeiro a inexistência da liberdade de expressão e de informação durante o fascismo e a luta difícil e persistente que os trabalhadores progressistas da Informação então travaram, ao lado do povo e das forças democráticas. Salientou depois a iniciativa e as acções corajosas dos trabalhadores da Informação (jornalistas, gráficos, técnicos e empregados) que, desde o 25 de Abril, lutaram para conseguir, defender e manter para o nosso povo uma efectiva liberdade de Informação, ao serviço da democracia e do progresso social.

Esse valioso contributo dos trabalhadores da Informação traduziu-se, aliás, no facto de durante um longo período, as forças democráticas em Portugal não terem tido que se haver com jornais reaccionários como no Chile, antes terem podido contar com um firme apoio na Informação.

Desta situação, passou o nosso camarada para a descrição do modo como actualmente as forças reaccionárias, que reocuparam fortes posições na Informação, as aproveitam para erguerem uma das frentes mais importantes na ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Citando a proliferação de folhas fascistas e fascizantes, às quais não falta capital, «balões de oxigénio», gestores experimentados e provocadores profissionais, e denunciando ainda a escandalosa impunidade de que beneficiam por parte dos tribunais, os autores das mais torpes calúnias, insultos, intrigas e provocações contra os democratas e a democracia.

Finalmente o nosso camarada apresentou as medidas necessárias e urgentes para rechaçar o avanço da direita reaccionária que abusa da liberdade para matar a liberdade:

— Medidas contra a imprensa fascista, levando ao julgamento e efectiva punição de publicações e responsáveis e participantes na organização da propaganda e apologia fascista e nas campanhas de calúnias e provocações às conquistas da Revolução e aos órgãos de soberania que a Constituição consagra;

— Medidas para o restabelecimento do pluralismo nos órgãos de informação estatizados (imprensa, rádio e televisão), pluralismo que deverá estar de acordo com o espírito e conteúdo da lei fundamental, a Constituição;

— Medidas imediatas que restabeleçam as relações democráticas de trabalho nas empresas de informação sob controlo do Estado, respeitando a participação dos órgãos representativos dos trabalhadores, nomeadamente Conselhos de Redacção e Comissões de Trabalhadores, de acordo com as respectivas funções consignadas na lei e na Constituição;

— Medidas urgentes que ponham fim à imoral situação de suspensão ilegal e de arbitrária marginalização de trabalhadores da informação, nomeadamente na Radiodifusão, no «Diário de Notícias», e no «Século», bem assim, como a imediata reintegração de todos os despedidos da RTP;

— Medidas para o início do trabalho imediato e das Assembleias e Conselhos de Informação da Radiodifusão e da Televisão instituídas nos estatutos dessas empresas públicas, bem como o cumprimento do art. 40.º da Constituição, que atribui nomeadamente às organizações sindicais e profissionais tempos de antena na rádio e na televisão;

Finalmente, há que empreender uma reestruturação efectiva e um saneamento económico global da Informação, em particular na Imprensa, mediante os quais se garanta a participação democrática dos órgãos representativos dos trabalhadores, se garanta o pleno emprego e os direitos adquiridos muitas vezes ao longo de duras lutas.

6. A numerosa participação de partidos irmãos e de outros partidos e organizações progressistas, não só portuguesas, mas de todo o mundo, é também outro elemento de extrema importância.

Se ao nível português ela corresponde exactamente à jamais negada orientação de defesa de unidade por parte do PCP, ao nível internacional ela constitui uma poderosa manifestação da vitalidade do internacionalismo proletário, da solidariedade internacionalista. Ao mesmo tempo que nega calúnias e rechaça esforços divisionistas, a presença no VIII Congresso do PCP de dezenas de partidos comunistas e operários e de organizações progressistas de todo o mundo é não só um importante contributo para a integração do povo português na comunidade mundial dentro dos princípios da independência e da solidariedade e fora da órbita dos interesses do imperialismo, como é também um contributo dado pelos comunistas portugueses à unidade do movimento comunista internacional e à unidade de todos aqueles que se batem, em todo o mundo, pelo progresso social, pela liberdade e pela paz.

7. A riqueza do debate travado e a amplitude do trabalho realizado, mais acentua a indestrutível unidade de pensamento e acção do nosso Partido.

A análise efectuada nas Teses propostas pelo Comité Central constitui na verdade — e esta constatação é unânime — a síntese de uma orientação que dia-a-dia tem sido criada e aplicada pelo Partido no seu conjunto.

A clareza e a coerência que se desprendem da análise realizada pelo PCP e que tem orientado a sua acção constituem indestrutíveis elementos de coesão, caldeados na activa democracia interna que caracteriza a acção de todos os dias de cada organização do Partido.

Com os seus efectivos muitas vezes multiplicados, o PCP, como partido marxista-leninista que é, mantém solidamente a unidade das suas fileiras, uma unidade que só tem comparação na firmeza e determinação que igualmente anima os seus militantes e amigos e a que ela dá mais força e combatividade.

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS: AS REACÇÕES DA DIREITA CONFIRMAM OS ÉXITOS DO MOVIMENTO UNITÁRIO

A força do movimento sindical preocupa seriamente as forças divisionistas e toda a direita reaccionária empenhada na recuperação capitalista

A confirmação do êxito unitário dos trabalhos de preparação do Congresso de Todos os Sindicatos teve as reacções que se previam da parte das forças que contestam a unidade sindical ou a combatem em nome da recuperação capitalista. Depois da reunião geral que levou à FIL os representantes de 286 organizações sindicais de todo o País, «Carta Aberta», PS, membros do Governo, PSD/PPD e jornais como **O País** vieram a público repor, embora sem o alcance que desejariam, as mesmas posições de sempre, que se podem caracterizar em conjunto pelo receio cada vez mais agudo perante a força organizada dos trabalhadores.

O PS, em Congresso, pela voz do seu secretário-geral, repete, sem nuances a mesma fraseologia caluniosa e os falsos argumentos do costume contra a força da Intersindical Nacional, que muito preocupa o partido no Governo e o leva a intrrometer-se constantemente na vida do Movimento Sindical Unitário, desprezando por forma clara e abusiva os preceitos constitucionais sobre os Sindicatos, o próprio programa do partido e os estatutos sindicais aprovados legalmente.

Numa manobra bem conhecida e que já não engana ninguém, o dr. Mário Soares pretende acusar a Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses (Intersindical) e o PCP daquilo que a «Carta Aberta» e o PS (dois nomes para o mesmo objectivo) praticam abertamente: actuação sindical, estreitamente partidária, tentativas de cisão, «sectarismo» e intrasigência. Mas a desorientação é agora total nas hostes reduziadas da «Carta Aberta» e de tudo o que é PS virado para o sindicalismo. A «Carta» está no fim e vendo isso o próprio secretário-geral do partido que a abriu ultrapassa-a, em Congresso pela esquerda (ou pela direita, tanto vale) numa ridícula e demagógica manifestação de basismo, «num apelo directo — são as suas palavras — aos trabalhadores, passando por cima das direcções controladas». Quais direcções controladas? Só podem ser as da «Carta Aberta» que primam, algumas delas, por desprezarem as opiniões maioritárias dos trabalhadores sindicalizados, manifestadas em assembleias gerais legalmente convocadas. Se recusarmos a confusão que o secretário-geral do PS pretende lançar neste caso, veremos perfeitamente que a «Carta Aberta» está na mais completa orfandade. Acabou por ser abandonada até pelo partido que a criou, considerando agora vãos os seus esforços, conforme afirmou em pleno Congresso o secretário-geral do PS.

E, entretanto, a «Carta Aberta» fala, fala, num semanário dirigido por uma figura de proa do PSD/PPD. Fala (é o termo que utiliza repetidamente) pela boca de um sindicalista integrado na lista batida no Congresso do PS. Fala na «autonomia», na «democracia», na «unidade», na «hegemonia», tudo num tom cinzento e melancólico de quem viu desaparecer no fumo partidário uma tentativa de confundir os interesses dos trabalhadores com os interesses da direcção do PS e com outros tradicionalmente imperialistas como são os que passam por George Meany, presidente da AFL-CIO e que vieram a público no «Correio Operário Norte-Americano», órgão daquela organização reaccionária, que o PS convidou para o seu último Congresso.

A «CORREIA DE TRANSMISSÃO» DO PS

Por seu lado e embora afirme que «o Governo estará atento às conclusões do Congresso dos Sindicatos e a sua política de trabalho dependerá em muito dessas

conclusões», o ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, intromete-se mais uma vez, através da calúnia, na vida sindical, repetindo, numa entrevista, a patranha segundo a qual «a Intersindical continua a ser uma correia de transmissão das instruções directivas do PCP». **Correia de transmissão** seria mais uma vez para o sr. ministro do PS a legítima influência que o PCP granjeou junto de todos os trabalhadores, durante os 50 anos de luta antifascista e na fase actual do processo revolucionário. **Correia de transmissão** seria ainda para o sr. ministro a justa orientação da Intersindical durante e após a ditadura fascista. **Correia de transmissão** seria, afinal, a força do movimento sindical unitário, que nunca actuou partidariamente, que o PCP sempre defendeu como movimento independente, actuando sempre nesse sentido e acabando por derrotar as ingerências partidárias, essas sim e flagrantes, como as da «Carta Aberta» identificada com o PS.

O sr. ministro faz confusão e abusa do anticommunismo. Não é novidade, nem surpreende ninguém. Mas a repetição dos mesmos abusos, das mesmas ingerências, tem-se revelado de pouco proveito para as ambições da direcção do PS quanto ao movimento sindical. Seria tempo de arrearpiar caminho. Os trabalhadores comunistas não deixam de ser comunistas por serem filiados num sindicato. Lá continuam a ser militantes do PCP, sem que por isso alguma vez actuem como **correias de transmissão**. Participam, isso sim, ao lado dos outros trabalhadores na vida democrática do seu sindicato, onde os dirigentes são eleitos democraticamente por todos os trabalhadores filiados e não apenas pelos comunistas. **Correia de transmissão** pretendia ser a «Carta Aberta», como o pretendeu ser o famigerado DROT (Departamento de Relações com as Organizações do Trabalho) criado no Ministério da Praça de Londres, durante o VI Governo Provisório, quando o actual detentor dessa pasta era secretário de Estado do Trabalho.

OS VOTOS PIEDOSOS DA DIREITA

O PSD (ex-PPD) também se manifesta, em Congresso, acerca do movimento sindical e, por estranho que pareça, «defende a independência dos sindicatos face às directrizes dos partidos políticos». Só haveria aqui matéria para aplauso, se a realidade não fosse completamente diferente dos desejos piedosos da direcção do PSD. No entanto o PSD pode fazer os votos piedosos que bem entenda, porque a sua influência no movimento sindical é tão reduzida que pode bem ficar-se pelas declarações de princípio como «a defesa da unidade sindical na liberdade», enquanto os dirigentes sindicais afectos a esse partido continuam teimosamente a querer criar a Intersindical que já existe. Com votos piedosos, ou sem eles, não criaram nada.

O CDS parece mudo nesta matéria. Mas por ele e por toda a direita reaccionária e fascizante fala com autoridade **O País**:

«Um Partido de direita ou centrista — escreve J.M.J. naquele semanário — pode governar sem apoio sindical. Um Partido de esquerda necessita desse apoio para o fazer. Se é assim, o PS deveria ter provocado a cisão efectiva no movimento sindical no momento adequado e não ter-se limitado a admitir juridicamente essa possibilidade». Isto é: para o CDS como para o PPD o apoio sindical não interessa, porque qualquer desses partidos, se estivesse no poder, iria governar contra o movimento sindical, contra os trabalhadores organizados. Não se trata aqui de **apoio** ou da falta dele. Trata-se de

repressão. Ponderará a direcção do PS o «ensinamento» com que o artigo de **O País** lhe acena? Cremos que não irá tão longe a sua ânsia de contentar a direita. Mas tentativas para dividir o movimento sindical fê-las a direcção do PS e continua a fazê-las. E essas tentativas não foram apenas jurídicas.

CONTRA AS AMEAÇAS: ORGANIZAÇÃO E UNIDADE

Entretanto, todas as ameaças parecem curtas perante a força organizada dos trabalhadores e do movimento sindical unitário que é uma conquista deles e só a eles diz respeito.

Já com as suas estruturas no lugar e funcionando diariamente, prossegue por todo o País a organização do Congresso de Todos os Sindicatos pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Intersindical Nacional (Central Única) dos Sindicatos Portugueses. No entanto, a vigilância e a luta contra o divisionismo mantêm-se. Em amplas assembleias e em reuniões de todo o tipo, os trabalhadores sindicalizados repudiam as actuações dos dirigentes sindicais que fogem ao diálogo e ao esclarecimento, que abandonam reuniões com desrespeito pelos presentes, que continuam a tentar dividir o movimento sindical. Condenam todas as acções

que objectivamente conduzem ao «pluralismo» sindical, apesar das declarações em contrário. Apoiam e estimulam todas as iniciativas tendentes a que nenhum sindicato esteja ausente do Congresso, a que a maioria esmagadora já aderiu, a fim de que seja salvaguardada a unidade e sejam garantidos os direitos e os interesses dos trabalhadores.

As actuações basistas e reformistas de algumas direcções sindicais, cujo número é cada vez mais reduzido, merecem dos trabalhadores um repúdio firme, desmascarando as falsas palavras de ordem com as quais se pretende desorganizar os trabalhadores e, no fundo, cavar a sua desunião.

Continuam, entretanto, os contactos para evitar a intrasigência de alguns dirigentes sindicais, pois na organização do Congresso cabem todas as correntes com efectiva implantação no movimento sindical. Poucas direcções se atrevem a negar ainda perante os trabalhadores este facto incontestável e bem claro num Congresso cujo Regulamento preconiza a sua abertura a todos os Sindicatos. Caminhar para essa meta é o objectivo da CNOG (Comissão Organizadora), eleita na última Reunião Geral de Sindicatos, e das Comissões Dinamizadoras Distritais que têm desenvolvido um trabalho intenso de esclarecimento por todo o País.

ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES

A participação em massa das organizações representativas dos trabalhadores no Encontro Nacional a realizar no Instituto Superior Técnico no dia 6 de Novembro, será só por si uma clara resposta às tentativas das forças reaccionárias, ao mesmo tempo que permite alargar a nossa unidade e reforçar a nossa organização — lê-se num comunicado divulgado no princípio desta semana e relativo ao Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, assinado pelos secretariados da Intersindical Nacional, das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e das Comissões de Trabalhadores do Distrito de Setúbal.

Pode ler-se no citado comunicado: **As importantes conquistas alcançadas desde 25 de Abril de 1974 e as perspectivas de uma sociedade justa e sem exploração e opressão incentivam e animam ainda mais os trabalhadores na sua luta. Porém, igualmente provocam mais tentativas reaccionárias às forças inimigas da classe trabalhadora, com o objectivo de porem em causa e fazerem recuar as conquistas alcançadas, inclusive a própria Constituição.**

O comunicado critica seguidamente a actuação do Governo — incapaz de contrariar e travar eficazmente essas tentativas de recuperação capitalista da economia.

A INCAPACIDADE DO GOVERNO

O comunicado enumera, de seguida, algumas das acções que estão neste momento a desenvolver-se e que fomentam a recuperação capitalista:

• Tentativas para limitar o controlo operário a um simples controlo de produção, quando o que está consagrado na lei fundamental do País é o controlo de toda a actividade económica e financeira das empresas.

• «Liberalização» dos despedimentos em termos que constituem um perigo real para os trabalhadores, e que ganha mais intensidade em sectores como o da construção civil e nos têxteis.

• Boicotes declarados das entidades patronais às negociações dos contratos

colectivos de trabalho e às suas aplicações práticas, o que origina que cerca de um milhão e meio de trabalhadores estejam em luta pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida.

• Passividade do Governo em contrariar essas acções de sabotagem do patronato, não o obrigando ao cumprimento da lei.

• Intenção do Governo de rever a situação das empresas com intervenção estatal e em autogestão, sem previamente ouvir os trabalhadores e assegurar o controlo estatal da economia por parte do Estado, nos termos da Constituição.

• Tentativas de fazer sair a legislação sem a participação dos trabalhadores, prevista na lei fundamental.

A UNIDADE, A ORGANIZAÇÃO E A DETERMINAÇÃO LEVARÃO A VITÓRIA

Apesar de todos estes ensaios e tentativas de recuperação capitalista da economia — salienta mais adiante o comunicado conjunto destes três órgãos representativos dos trabalhadores — a perspectiva de uma sociedade justa e sem exploração mantém-se.

Mas, tal como acentua o comunicado, torna-se necessário que os trabalhadores deixem bem clara a sua posição, de que a reconstrução económica do País tem de assentar no cumprimento da Constituição e no respeito pelas conquistas alcançadas.

Ontem como hoje a participação e a mobilização dos trabalhadores desempenha o papel decisivo. Ontem, na criação de condições para o derrube do regime fascista e para a obtenção das conquistas fundamentais; hoje, para a sua defesa, consolidação e aprofundamento — refere ainda o comunicado das entidades promotoras do Encontro Nacional do próximo sábado no Instituto Superior Técnico.

E, a finalizar: As forças interessadas na recuperação capitalista da economia e no retrocesso social e político lutam pelos seus objectivos. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levarão, porém, a vitória.

MEIC: DEMAGOGIA E MÁ-FÉ AO SERVIÇO DA ORDEM CAPITALISTA

Na última quinta-feira, o ministro Sottomayor Cardia fez na Rádio e na TV uma prolongada exposição. Segundo um matutino estatizado, afecto ao partido no Governo, «as suas palavras (...) eram as que se esperavam»... Como não diz quem as esperava, aquele jornal remete para o País (cometendo, pelo menos, um abuso), a espera das palavras do sr. ministro — aquelas palavras, as que proferiu, entenda-se, e não outras. Temos portanto, a crer no matutino estatizado, o País identificado com o pensamento do sr. Cardia. Nem mais, nem menos. Ora o que se passa na realidade é bem diferente. Quem esperou as palavras do sr. ministro, tal como ele as proferiu, porque com elas se identifica e por elas ansiava, não foi o País, foram:

a) os saudosos do fascismo (ordem pela repressão);

b) os defensores do capitalismo (ordem pela exploração);

c) os confucionistas do presente (ordem pela corrupção ideológica);

d) os ideólogos do «capitalismo em liberdade» (ordem pelo anticommunismo);

e) os sociais-democratas de fachada socialista (ordem pelo oportunismo).

Escusado será acrescentar que todas estas ordens, aqui arbitrariamente separadas apenas para melhor exposição, formam um bloco, uma ordem só: a ordem do capitalismo.

Citemos o sr. ministro:

«Neste País trava-se dura luta de classes. Perdoar os sociólogos poliscientes — ponderou — que um simples governante emita opinião própria. A luta que divide os portugueses afigura-se-me ser, no fundo, uma luta entre os que vivem para reunir e os que vivem para trabalhar».

Ninguém exporia com tanto brilho e fulgor de linguagem este pensamento tão caro ao dr. Cardia como aos:

a) ideólogos e demagogos do fascismo («a minha política é o trabalho», etc.);

b) ideólogos e demagogos do CDS (idem, com alguns fumos de «personalismo»);

c) melhores momentos do ex-general Spínola («maioria silenciosa» e, de um modo geral, os seus discursos ao «bom povo» por alturas do 28 de Setembro).

Bons mestres teve e tem o sr. ministro!

Não somos **sociólogos poliscientes** e cremos que esta expressão fulgurante do sr. ministro ultrapassa qualquer mentalidade sóbria. Mas queremos, mesmo assim, sublinhar a traço grosso, que o merece, a **espécie de sociologia** que em público patenteia um ministro «socialista».

Depois daquela profissão de fé tão clara e tão sintética, seria maçador e sem proveito comentar o resto da prolongada exposição do sr. Cardia. Queremos, no entanto, destacar ainda, para desfazer as cuidadosas confusões do sr. ministro, que, quando ele fala de «sectarismo» nas escolas, nos programas e no ensino em geral, pretende acusar disso estudantes comunistas e professores comunistas, democratas e progressistas. O mesmo sucede quando faz outras acusações graves, como sejam depredações em estabelecimentos de ensino, violências sobre estudantes e outros atentados à democracia.

Ora a verdade é que os grandes responsáveis por esses actos são os actuais amigos do sr. Cardia: rebentos do CDS e de outras forças da direita reaccionária, elementos dos bandos neonazis e toda a ganga de verbalistas e pseudo-revolucionários que hoje cantam hinos à política do MEIC.

DOIS CONGRESSOS E UMA OPÇÃO

Uma semana rica de acontecimentos políticos acaba de passar-se: Congressos do PS e do PPD/PSD, posse da Comissão Constitucional, entrega das listas para as Autarquias Locais, Conferência Agrária de Évora, preparação activa do VIII Congresso do PCP — manifestações de uma intensa actividade política na qual são visíveis os problemas, as contradições, a complexidade mas também as perspectivas democráticas e revolucionárias da hora actual.

No Congresso do PS, sem dúvida de grandes repercussões políticas, viu-se como no seio do partido governante se chocam a política de recuperação capitalista praticada pela maioria dos ministros socialistas — agora integrada dos «independentes» — e a vontade e as aspirações de um vasto sector do partido virado para uma política de defesa da democracia, das conquistas da revolução e dos interesses vitais dos trabalhadores numa perspectiva socialista.

Não serve de nada o secretário-geral do PS e Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, dourar a pilula das evidentes divisões internas do seu partido com os chavões da «democracia interna», do «debate democrático», da «maioria minoritária», etc. Claramente se definirão nos debates duas opções: a favor ou contra o processo democrático que aponta ao socialismo; a favor ou contra uma política que acautele e alargue os direitos fundamentais dos trabalhadores e as grandes conquistas da revolução.

No fundo são as duas grandes opções de classe que se desenham na sociedade portuguesa actual — a dos explorados e todos os portugueses amantes da democracia e do progresso social e a dos exploradores e todos os que se empenham em restabelecer de novo em Portugal o poder dos monopólios.

Muita coisa dita por dirigentes actuais do PS, dos mais responsáveis, não pode deixar de preocupar os trabalhadores, os democratas e antifascistas portugueses.

As diatribes do dr. Mário Soares contra a Reforma Agrária naquilo que ela tem de mais significativo como experiência social e como nova forma de exploração colectiva da terra, é particularmente preocupante. Que relação tem uma certa linha de ataque contra a Reforma Agrária, a demissão do engenheiro Lopes Cardoso de ministro da Agricultura e as exigências da CAP? A demissão de Lopes Cardoso é uma cedência à CAP e pode ser o prelúdio de uma nova ofensiva contra os obreiros da Reforma Agrária, destinada naturalmente como as outras ao fracasso.

E por esse caminho que certos dirigentes e ministros do PS pensam fortalecer o seu partido e soldar as brechas nas suas fileiras?

A divisão do PS não interessa à democracia, mas a nada mais se poderá imputar se não à insensatez política de vários dos seus dirigentes mais destacados.

Em comparação o Congresso do PPD/PSD mostra como a direita reaccionária se prepara politicamente para o assalto ao Poder. As afirmações de Sá Carneiro são iniludíveis quanto aos objectivos de conquista da máquina do Estado e do poder político. Constitucionalmente,

com um PS que se decida a praticar uma política de esquerda, tais objectivos nunca poderão ser atingidos.

Que outros meios encará o PPD/PSD e o seu presidente para uma mudança no controlo das alavancas do Estado?

Sá Carneiro é muito claro: é a recuperação capitalista, o restabelecimento do reinado do capital financeiro que ele preconiza de novo para Portugal. O PS já não entra nas suas combinações e congeminações políticas como partido de Governo a não ser que perca toda a ligação de classe com os trabalhadores e se amarre aos objectivos reaccionários dos partidos da direita.

Dois congressos com vários pontos de contacto entre si numa linha de rumo contrária ao processo democrático.

Entretanto as forças democráticas, os militares progressistas, os trabalhadores da cidade e do campo dispõem-se a defender activamente os direitos e liberdades conquistadas com o 25 de Abril e as grandes conquistas da Revolução.

Numa poderosa manifestação de força unitária a Frente Povo Unido e milhares de Comissões Eleitorais Unitárias apresentaram em todo o Continente e alguns concelhos das Ilhas as suas listas de candidatos para as eleições de 12 de Dezembro. Exemplo de organização e de força política, não deixará de influir na escolha dos eleitores.

Juntamente com a Conferência da Reforma Agrária que em Évora juntou no fim-de-semana mais de 3200 delegados das UCP e cooperativas agrícolas e terminou com o grande comício de domingo de mais de 2500 pessoas com a presença de Álvaro Cunhal são expressões do querer de milhões de portugueses que defendem o determinadamente tudo o que a Revolução de Abril possibilitou ao nosso Povo.

Por outro lado, o Congresso sindical, organizado pela Intersindical e outros sindicatos marcado agora para Janeiro, está a ser e será um importante factor de unidade e coesão da classe operária.

Na linha da defesa da Constituição, contra o terrorismo, pela democracia, pelo progresso social, as massas populares e os militares progressistas reencontram-se e reforçam a sua aliança. A posse da Comissão Constitucional é mais um passo na institucionalização dessa aliança que tem raízes indelétricas.

É neste quadro que os comunistas portugueses preparam activamente o seu Congresso. O VIII Congresso do PCP não interessa apenas aos seus participantes mais directos mas é uma realização que interessa a todos os que, confiantes no avanço da democracia, esperam uma resposta segura e clara para as suas interrogações.

As classes trabalhadoras da cidade e do campo e todos os portugueses progressistas viram a sua atenção para o Congresso do nosso Partido. Os comunistas saberão estar à altura da confiança e das esperanças de todos os que deles esperam a indicação do rumo certo.

PREPARATE PARA O CONGRESSO

ESTUDA OS MATERIAIS DO PARTIDO

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

ALVARO CUNHAL O PASSADO E O FUTURO

Faz já a respectiva reserva no Centro de Trabalho da zona

APENAS A FEPU APRESENTA LISTAS PARA TODOS OS CONCELHOS E ASSEMBLEIAS DO CONTINENTE

Terminada a primeira fase preparatória das eleições para as autarquias locais, a FEPU — já hoje uma grande realidade nacional — avança para a elaboração de programas e apela à mais ampla participação popular

O balanço do trabalho desenvolvido e a definição de alguns dos aspectos mais importantes e urgentes da actuação da Frente a nível nacional, foram tema para debate da Comissão Nacional da Frente Eleitoral «Povo Unido» que na passada semana se reuniu em Lisboa.

Feito o balanço geral da situação eleitoral, quanto à apresentação de listas de candidatos, aquela Comissão considerou que os resultados são motivo de justificada satisfação pois que a Frente apresentou, no continente, listas para todas as Câmaras e Assembleias Municipais e para cerca de mil trezentas e cinquenta Assembleias de Freguesia, das quais cerca de duas centenas promovidas por grupos de cidadãos eleitores.

De salientar que apenas a Frente Eleitoral «Povo

Unido» apresenta listas em todos os concelhos do continente, dado que o PS e o CDS, contrariamente ao que chegou a ser anunciado, não conseguiram apresentar listas em algumas Câmaras e Assembleias Municipais.

Este simples facto mostra, desde já, o grande acolhimento dado pelas massas populares à iniciativa unitária que levou à formação da Frente, que é já hoje uma importante realidade na vida política do nosso País.

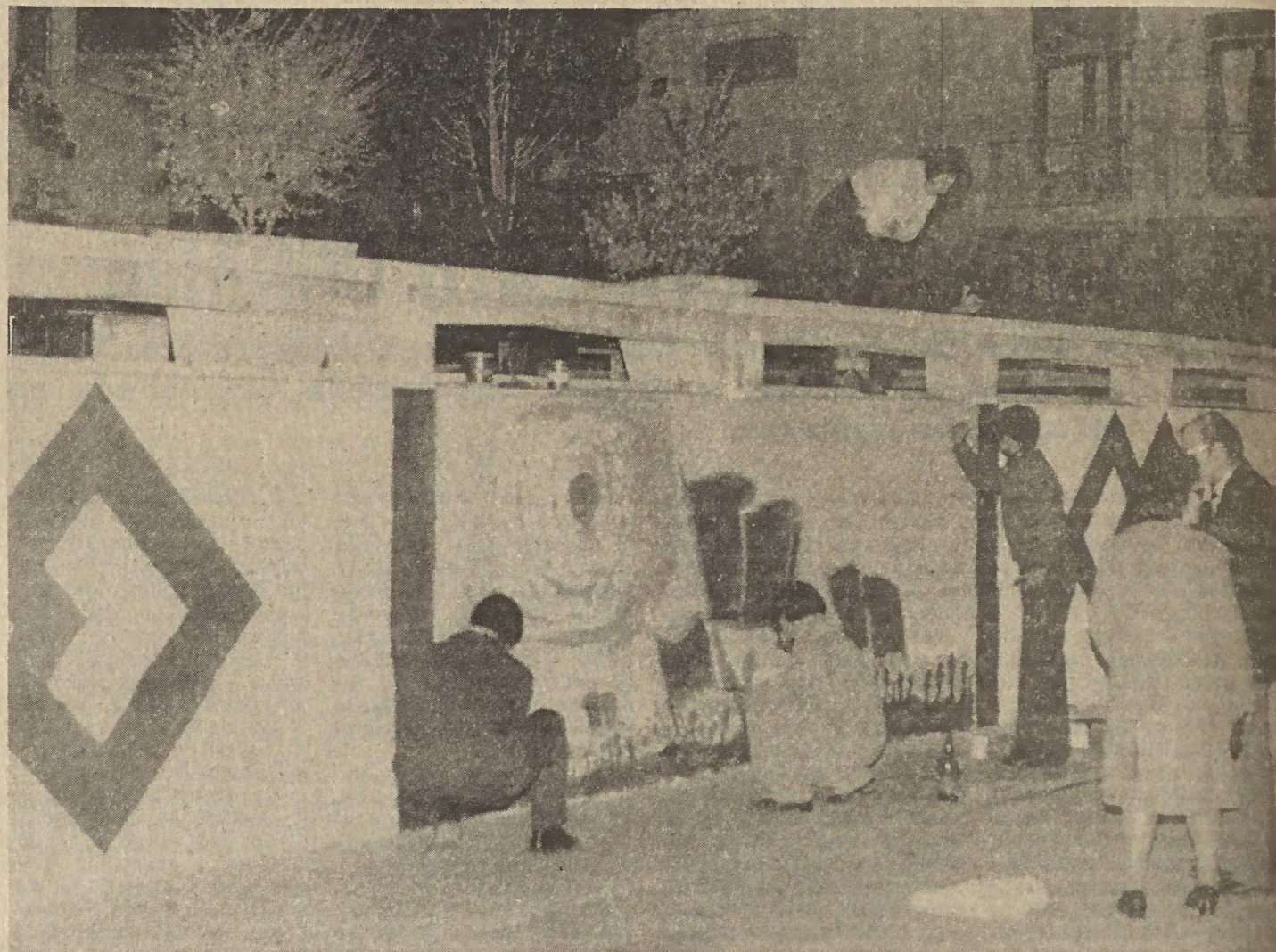
No que se refere às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, apesar de ainda não se conhecerem informações completas e malgrado o clima antidemocrático a que os caciques reaccionários submetem as populações, (igualmente existentes noutras regiões do território nacional), foi possível à Frente apresentar candidaturas para

15 Assembleias Municipais e 14 Câmaras Municipais, em 15 dos 30 concelhos.

Os resultados obtidos pela FEPU nesta importante fase do processo eleitoral, cujas listas, recorde-se, incluem mais de duas dezenas de milhares de candidatos entre os quais se contam muitos milhares de independentes, foram conseguidos graças a um imenso trabalho, dinamismo e espírito de sacrifício, que envolveu dezenas de milhares de activistas e de cidadãos eleitores.

Durante a reunião foram ainda definidas as bases e as linhas de política municipal e local propostas pela Frente ao povo português, que publicamos em separado, bem como a composição da Comissão Nacional. Os resultados do debate sobre

estes assuntos foram ontem tornados públicos no decorrer de uma conferência de Imprensa realizada em Lisboa. A Comissão Nacional, de que fazem parte mais de quinhentas pessoas, de todos os pontos do país, é bem o reflexo da vasta e diversificada base de apoio com que conta a FEPU — operários, empregados, trabalhadores rurais, domésticas, jornalistas, médicos, advogados, comerciantes, pequenos e médios agricultores, professores, escritores. Homens e mulheres de todas as profissões, dos mais diferentes extractos sociais, de diferentes credos e ideologias, unidos no desejo comum de defender, consolidar e fortalecer a unidade das massas populares, o «Povo Unido».



Em muitos pontos do país, a FEPU, já profundamente enraizada na realidade nacional, começa a estar presente nas ruas

ATENTADOS ÀS LIBERDADES COMETIDOS PELA CA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

A Direcção da Organização Regional do Norte do PCP, através da sua Secção de Informação e Propaganda, divulgou uma nota em que dá conta de atentados às liberdades cometidos pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. A nota é do seguinte teor:

1. Não é de hoje a tentativa de impor práticas fascizantes e discriminatórias em relação ao PCP, a coberto dos mais variados pretextos «legalistas»

Também não é de hoje a manobra de delimitar os direitos e as liberdades consagradas na Constituição através do pretexto de «regular» a própria Constituição.

Foi essa a técnica jurídica do fascismo durante 48 anos: regular as liberdades e os direitos significou sempre liquidá-los, castrá-los, delimitá-los.

2. Vemos com crescente preocupação a utilização desta técnica por algumas entidades oficiais.

Apesar de diligências realizadas junto do governador civil, apesar de recurso interposto para a Auditoria Administrativa do Porto, os gestores da Câmara Municipal do Porto, tiraram, na passada semana pela violência, o «stand» de propaganda que o PCP tinha instalado na Praça da Liberdade.

No decurso de colagens de cartazes do PCP, alguns guardas da PSP tentaram opor-se a isto (depois de perguntarem a que partido pertenciam os cartazes!).

Agora recebemos da Câmara Municipal do Porto um ofício assinado pelo senhor Armando Gomes que afirma:

«Nos termos do art.º 723.º, n.º 8 do Código Administrativo e 68.º a 70.º do Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais a publicidade e propaganda escrita e oral, nas vias públicas do concelho ou destas visíveis estão sujeitas a licenças da Câmara» (sic).

3. É evidente o ataque ao direito e à liberdade de propaganda. Pretende-se abrir as portas que o 25 de Abril fechou. Pretende-se entregar as mãos de polícias ou funcionários camarários a regulamentação de direitos e liberdades de cidadãos. É um grave atentado às liberdades fundamentais e um gravíssimo precedente.

A DORN do PCP alerta para o que significa invocar-se o Código Administrativo fascista para tentar impedir a propaganda política.

A DORN do PCP alerta para a subversão constitucional que consiste em fazer prevalecer contra o disposto na Constituição decretos e regulamentos aprovados e vigentes durante o regime fascista.

4. A censura prévia é cavilosamente reinstaurada:

«Assim e com o melhor espírito de colaboração, venho lembrar a V. Ex.ª a conveniência de submeter a prévia apreciação da Câmara a afixação de qualquer publicidade desse Partido, que será autorizada, em regra, desde que não ofenda a estética urbana, a beleza e enquadramento dos monumentos nacionais ou imóveis de Interesse

público ou a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente da circulação rodoviária ou ferroviária, bem como o direito da empresa concessionária de exclusivo de publicidade na área do concelho do Porto» (sic).

Quem decide da estética urbana?

Suponhamos que o senhor funcionário tem gostos fascizantes?

Como é possível afirmar descaradamente que:

«A autorização de afixações será condicionada em todos os casos à remoção da publicidade aos 8 dias imediatos ao da verificação do evento reclamado ou publicitado».

Pretende-se limitar a propaganda política ao anúncio do «evento»?

Como conciliar isto com o texto constitucional tão claro e inequívoco? O Art.º 37.º afirma:

«Todos têm o direito de

expressar e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra ou por imagem ou por qualquer outro meio bem como o direito de se informar sem impedimentos nem discriminações. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura».

5. Que querem afinal os gestores provisórios da Câmara Municipal do Porto? A própria comissão de gestão foi criada por um acto administrativo prepotente que colocou à frente da Câmara Municipal do Porto gestores que nada têm a ver nem com qualquer partido democrático, nem com o movimento popular, nem com a resistência antifascista.

A maioria deles são bem conhecidos como bons servidores do aparelho administrativo fascista, contestados por todos

aqueles que, sendo honestos, conhecem os meandros da Câmara Municipal do Porto.

6. Esta ofensiva não pode deixar de ser encarada como uma tentativa de impedir a liberdade de propaganda nas próximas eleições para as autarquias, inclusive para a Câmara Municipal do Porto.

O DORN do PCP declara desde já que não pactuam com acatadas disposições inconstitucionais descaradamente apoiadas em textos legais fascistas que a Constituição revoga (Art.º 293.º). Afirmando publicamente que irá reclamar e protestar junto das entidades competentes, a DORN do PCP desmascara e denuncia estas manobras apelando para a vigilância e acção populares na defesa intransigente da nova Constituição.

1 de Novembro de 1976

A FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO E A POLÍTICA MUNICIPAL E LOCAL

A Frente Eleitoral Povo Unido definiu a sua posição perante a política municipal e local através do documento que a seguir transcrevemos.

A vitória popular sobre o regime fascista iniciada com o 25 de Abril, exige, para ser consolidada e defendida, o apoio de órgãos do poder local, municipais e de freguesia, verdadeiramente democráticos e ligados às organizações populares de base.

Por isso as próximas eleições para as autarquias locais, completando a institucionalização do Estado democrático, são da máxima importância.

A administração local após o 25 de Abril

Logo após o 25 de Abril, o movimento popular conseguiu em muitas autarquias locais, obter a designação de administrações da sua confiança.

O carácter do velho aparelho de dominação fascista, a continuação em vigor do Código Administrativo de Marcelo Caetano, a carência de recursos e o insuficiente saneamento dos fascistas, constituíram um sério obstáculo à actuação do movimento popular.

Apesar destas dificuldades e da gravidade das carências herdadas do fascismo, foi possível, por vezes com sacrifício, realizar uma obra em muitos casos notável nos domínios da saúde, do saneamento básico (água, esgotos e lixos), da educação, da cultura popular e do desporto, da habitação, do abastecimento, dos transportes e vias de comunicação, etc., etc.

Fundamentos da política municipal e local

A política municipal e local proposta pela Frente Eleitoral Povo Unido assenta nos três seguintes fundamentos:

- 1.º — Confiança ilimitada no papel das massas populares e na sua capacidade de se organizarem em defesa dos seus interesses.
- 2.º — Compatibilidade entre os interesses imediatos das populações requerendo resposta pronta, e os interesses a médio e longo prazos, necessitando soluções de fundo, impondo e possibilitando o planeamento.
- 3.º — Harmonização dos interesses municipais e locais, a exigirem efectiva e autêntica autonomia dos órgãos do poder local, e os interesses nacionais a imponhem a sua coordenação geral.

Tem a Frente Eleitoral Povo Unido a certeza fundada de que a partir de posições meramente administrativas e tecnocráticas, os recursos disponíveis não permitem, em prazos aceitáveis, resolver os enormes problemas que afrontam as populações do nosso País.

A melhoria das condições de vida, a garantia da saúde, da habitação, da instrução e do trabalho não se conseguem sem recorrer às reservas insondáveis que se escondem por detrás da participação activa das populações na solução dos seus próprios problemas, reservas que residem no seu poder criador, na sua capacidade ilimitada de se dar ao trabalho em prol do futuro da sua terra, do futuro dos seus próprios filhos, do futuro do seu País.

Mas tais reservas não se porão em evidência se continuarmos a teimar em órgãos do poder local que sejam meros terminais burocráticos e administrativos de um poder central todo poderoso.

Por isso a Frente Eleitoral Povo Unido é por uma ampla autonomia do poder local, por uma precisa definição das suas finanças, por uma clara e rápida articulação do poder local com as organizações populares de base, conforme é consagrado na Constituição.

Grandes linhas da política municipal e local

A Frente Eleitoral Povo Unido, consequentemente, propõe as seguintes linhas de política municipal e local:

1.º — **Autonomia Municipal e das Freguesias**
Os órgãos eleitos pelo Povo, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e de Freguesia, deverão dispor de competência própria e atribuições bem definidas em lei da Assembleia da República, a aprovar urgentemente. Os órgãos eleitos das autarquias não poderão ser sujeitos a controlo administrativo prévio, quando no exercício das suas atribuições e no uso das competências que por lei lhe são atribuídas.

2.º — **Finanças municipais e das freguesias**
Além das actuais receitas dos municípios, o cumprimento do artigo 255.º da Constituição impõe que a Assembleia da República elabore e aprove legislação garantindo a participação do município nas receitas provenientes dos impostos directos.

A fixação das finanças locais por meio de lei geral é condição indispensável para que sejam libertadas de quaisquer favores ou desfavores do Governo Central.

3.º — **Condições de vida nas freguesias e concelhos**
A melhoria das condições de vida nas freguesias e concelhos impõe urgentes medidas no que toca à saúde

e saneamento básico (água, esgotos e lixos), educação, creches e parques infantis, jardins de infância e escolas primárias, cultura popular e desporto, habitação social e zonas verdes e de recreio, abastecimento e pregos, caminhos e vias de comunicação, transportes e electrificação e outras necessidades colectivas. Sem apoio técnico e a iniciativa das massas populares e das suas organizações será muito difícil e moroso resolver estes problemas.

4.º — Urbanismo e desenvolvimento económico

Sem o aproveitamento das possibilidades locais de um aumento da produção e da riqueza não podemos fazer progredir os municípios e as freguesias.

Para atingir este objectivo terão de ser ouvidos sobre os planos nacionais que os afectam e proporem-se, eles próprios, desenvolver as diversas actividades locais ligadas à produção e ao urbanismo. Só assim será possível garantir que se não repitam os erros e atropelos do passado, e se promova de facto o bem-estar das populações.

Os planos locais de desenvolvimento, mobilizadores da iniciativa das massas populares, deverão ter ainda efeitos importantes sobre o nível do emprego e o aproveitamento da mão-de-obra disponível regionalmente.

5.º — Organizações populares de base

Correspondendo ao espírito dos princípios consagrados na Constituição da República e à rica experiência da participação das populações na vida administrativa local, deverão manter-se estreitas ligações com as comissões de bairro, de moradores e de aldeia, já existentes ou que se venham a formar, com as colectividades culturais e recreativas, com as comissões de trabalhadores, por forma a poder conhecer sempre as necessidades que mais importa atender e as soluções que os directamente interessados apontam para resolução dos problemas. As Comissões e Assembleias de Moradores permitirão ampliar a actividade e a capacidade administrativa, descentralizar as funções da Câmara e das Juntas de Freguesia e dar resposta mais rápida a grande número de problemas dos concelhos e freguesias.

6.º — Papel e importância das massas populares

Se quisermos recuperar com bastante rapidez a herança de carências, injustiças, incompetência e corrupção resultante dos 48 anos de fascismo, não poderemos ficar-nos pelos meios tradicionais dos tecnocratas. Mesmo com a substancial melhoria das finanças e o apoio aos concelhos, será impossível realizar com rapidez suficiente, tudo o que tanta falta faz, apesar da modéstia das aspirações imediatas das populações.

Um caminho se nos oferece para atingirmos os objectivos que são de todos: aliar ao aumento dos recursos orçamentais e técnicos, todo o poder, capacidade e espírito criador das populações quando verdadeiramente empenhadas na resolução dos problemas que mais as afligem.

Impõe-se novo estilo de relações entre os serviços municipais e locais e as populações que a eles recorrem. Os eleitos deverão manter contactos estreitos com as populações e os eleitores por forma a garantir e desenvolver a entreajuda e encontrar os meios e os enormes recursos que só juntos poderão aproveitar. Neste sentido é urgente e importante que, conforme estipula a Constituição da República, seja definida por lei a composição e atribuições dos Concelhos Municipais, de modo a que sejam o reflexo do movimento popular e das suas organizações existentes nos concelhos.

7.º — Verdade e informação

O conhecimento correcto das realidades e dificuldades deverá ser uma das bases de toda a actuação dos eleitos pela Frente Eleitoral Povo Unido e ao mesmo tempo a garantia permanente do cumprimento das suas obrigações para com as populações que os elegeram. Dando a máxima publicidade às reuniões deliberativas de todos os órgãos e informando os directamente interessados dos aspectos principais e das razões da nossa actuação contribuiremos para que haja paz e confiança na vida municipal e local eliminando os facciosismos e promovendo o consenso da maioria na escolha das soluções que mais convierem aos concelhos e às freguesias.

Unir para construir

A Unidade do Povo que propomos é a mesma que triunfou em Abril.

A Unidade que propomos para a vitória das listas do Povo Unido, contra os caciques e a reacção, é a mesma que permitirá reconstruir em bases democráticas a vida municipal e local.

A Unidade que propomos, rica da participação das principais classes e camadas do povo, dos democratas e antifascistas, de homens, mulheres e jovens, é a mesma que permitirá defender e consolidar o Estado democrático a caminho do Socialismo.

VIVA A UNIDADE DO POVO UNIDO!

(Texto aprovado na reunião da Comissão Nacional de 30/Out/76)

ELEIÇÕES, MAS EM LIBERDADE!

Em Miranda do Douro, no distrito de Bragança, o dr. Meirinhos, actualmente a exercer as funções de Juiz da Comarca local, intimidou vários de democratas que integravam a lista da Frente Eleitoral «Povo Unido» no sentido de os levar a desistir de se candidatarem. Para além disto dirigiu provocações ao mandatário da referida lista.

Este caso, um entre vários, deve merecer a devida atenção não só das autoridades mas de todo o povo em geral, pois comprova, uma vez mais, a justeza das reservas colocadas pelas forças democráticas quanto à forma como as eleições se continuam a desenholar nalgumas regiões do País

onde reaccionários e fascistas desenvolvem, impunemente, as suas actividades contra a liberdade e a democracia.

Continuando a insistir na necessidade de ser rapidamente garantido o exercício das liberdades em todo o território nacional, não podemos deixar de condenar severamente a atitude reaccionária do dr. Meirinho, que não só se comporta como um verdadeiro cacique fascista, como também está a actuar em flagrante desrespeito pela sua actual posição de magistrado que irá apreciar os diversos processos de candidatura, nomeadamente aquele que pretendia, através de pressões e calúnias, impedir de concorrer às

eleições para as autarquias locais.

Como se poderá confiar na seriedade com que tal indivíduo deverá, em princípio, apreciar os processos?

E que dizer do juiz da Comarca de Valongo, que, à lista apresentada pela Frente Eleitoral «Povo Unido» mandou que fosse afixada a indicação de que era «do PCP»? É evidente que nem sequer se põe em causa a necessidade de exigir a retirada imediata de tal «adenda». Mas será suficiente?

A Constituição garante o direito a eleições livres. As autoridades competentes têm o dever de zelar pelo cumprimento da Constituição. E o Povo o direito de o exigir!

QUE POLÍTICA HABITACIONAL ?

É o mesmo ministro que, não resolvendo os impasses nos terrenos e no financiamento ao SAAL, às Cooperativas de Habitação Económica (CHE's) e também nalguns casos de Contratos de Desenvolvimento, que vem agora justificar a inoperância (num sentido de esquerda, mas eficácia no sentido da recuperação capitalista), da política por ele proposta, com a liquidação do SAAL — afirma um comunicado da célula do PCP do Fundo de Fomento da Habitação, onde se critica a actuação que tem vindo a ser desenvolvida pelo ministro da Habitação e Urbanismo.

Segundo o referido comunicado, os intuitos «recuperadores» e demolidores do sr. ministro não se manifestam apenas em relação ao SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), mas também em relação a outros sectores do FFH onde se têm feito sentir os ataques às medidas de política progressista lançados pelos anteriores governos.

Denunciando a actuação antidemocrática do actual titular do Ministério da Habitação, o comunicado

a que nos vimos referindo recorda que o MHUC pediu ao SAAL e seus trabalhadores que, até 15 de Outubro, apresentassem uma proposta de reestruturação, o que foi feito. Contudo o ministro não a tomou em consideração e, nas costas dos trabalhadores, liquidou aquele organismo.

Preocupados com tal atitude os trabalhadores não podem deixar de se interrogar: Será que o sr. ministro tem na manga a «reestruturação» do FFH feita sem a participação dos interessados?

Será que é depois de uma tão «democrática» reestruturação que o sr. ministro solucionará os

problemas do pessoal do FFH?

Qual é a garantia de trabalho dos tarefeiros do SAAL?

Considerando que a medida agora tomada é um grave atentado ao direito ao trabalho e um grande passo para modificar a política habitacional definida após o 25 de Abril, o comunicado termina apelando à unidade de todos os trabalhadores na defesa dos seus interesses, contra as falsas reestruturações, o desmantelamento dos serviços, os saneamentos à esquerda, por uma administração pública ao serviço das classes mais desfavorecidas.

de novo à venda



A DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO

CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

A Conferência da Reforma Agrária reconheceu no Partido Comunista Português uma força de vanguarda na luta pela unidade dos trabalhadores e pela realização da Reforma Agrária

"Recuar é Morrer" não é apenas o nome de uma das 436 UCPs e Cooperativas Agrícolas que se situam nos cinco distritos (Portalegre, Évora, Beja, Setúbal e Santarém) da zona da Reforma Agrária. "Recuar é Morrer" não é somente o conjunto de 206 hectares que os trabalhadores controlam na freguesia de Relíquias no concelho de Odemira. "Recuar é Morrer" é o sentimento comum aos milhares e milhares de trabalhadores rurais e de pequenos e médios agricultores que viram as suas condições de vida e de trabalho melhorarem extraordinariamente com o processo da Reforma Agrária. "Recuar é Morrer" é a certeza que estimula, igualmente, a imensa solidariedade dos trabalhadores da cidade à Reforma Agrária.

Por isso os 3700 delegados representando os trabalhadores das UCPs e Cooperativas de cinco distritos, os 500 técnicos e 500 convidados presentes na Conferência da Reforma Agrária, afirmaram, em mais de 120 intervenções, uma determinação inabalável em

agricultores, operários do sector industrial e outros trabalhadores. Mas por detrás destas 120 intervenções estavam milhares de vezes que, nas semanas anteriores à Conferência discutiram nas UCPs e Cooperativas, em animadas reuniões, os temas em debate. As conclusões da Conferência, que publicamos noutro local, exprimem, pois, a vontade de muitos milhares de trabalhadores, vontade inabalável de não recuar numa conquista que representa pão e trabalho, não só para os trabalhadores da zona da Reforma Agrária mas cada vez mais para o povo. Mas as conclusões revelam, também, a dimensão do combate a travar pelas massas populares na defesa da Reforma Agrária. No conjunto de dois dias de ardente e ampla discussão, sobressai mais uma vez o grande inimigo a combater: a reacção, o capitalismo.

É certo que as relações de produção se alteraram profundamente nas terras que estão sob o controlo dos trabalhadores. É certo que a exploração foi banida, o objectivo não é mais o lucro mas a satisfação das

Novembro de 1975, com a passividade do VI Governo Provisório e conta com a do actual Governo dominado pelo Partido Socialista e até com a cumplicidade de determinados sectores do aparelho de Estado.

O avanço e consolidação da Reforma Agrária passam, pois, pelo combate vigoroso à estrutura capitalista que se mantém no nosso país, às forças da reacção que visam liquidar na Reforma Agrária uma das garantias populares mais importantes de vitória da democracia rumo ao socialismo.

Mas os trabalhadores estão atentos. A moção exigindo a extinção da CAP e o repúdio pelas intenções do CDS/CAP de apresentar à Assembleia Constituinte um projecto de decreto-lei para aniquilar a Reforma Agrária fez levantar vozes e punhos numa demonstração extraordinária de força.

Os trabalhadores estão vigilantes. As tarefas de organização, esclarecimento, maior democraticidade e participação, dentro e fora das UCPs, irão fortalecer ainda mais as muralhas de defesa da Reforma Agrária e engrossar

verno assuma as suas responsabilidades perante o país relativamente à Reforma Agrária, cumprindo a Lei, cumprindo a Constituição, cumprindo a vontade das massas populares do campo e da cidade expressas nas conclusões da conferência da Reforma Agrária.

Os trabalhadores estão unidos. Em nome desta unidade de todo um povo impôs-se uma das mais importantes conclusões da Conferência: a do alargamento da Lei das Expropriações a todo o país. É indispensável que assim seja, pois a expropriação dos grandes proprietários do Norte, do Centro e do Algarve é condição para a libertação das centenas de milhares de pequenos e médios agricultores que aí trabalham — diria o nosso camarada Vítor Louro, ex-Secretário de Estado da Reestruturação Agrária, lendo a tese relativa à Lei da Reforma Agrária. Esta reivindicação da Conferência constitui, simplesmente, a exigência de cumprimento dos artigos 80.º, 96.º e 97.º da Constituição, a qual se aplica a toda a República Portuguesa, como é expresso no artigo 5.º.

Que na defesa e consolidação da Reforma Agrária estão imanados não somente os trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas mas o conjunto do povo trabalhador, e em particular o proletariado e a sua organização sindical, foi mais uma vez ponto assente nas intervenções de convidados, entre os quais destacamos os representantes da Intersindical Nacional e da Cintura Industrial de Lisboa, e has inúmeras mensagens que de Sindicatos Operários e outros, de Comissões de Trabalhadores, de Organizações de Classe dos Pequenos e Médios Agricultores (MARN e diversas Ligas), chegaram até à Conferência.

Unidos foi o grito mais repetido, durante dois dias de trabalho. Unidade, em primeiro lugar, com os pequenos e médios agricultores de todo o país aos quais afectam muitos dos problemas que atingem igualmente as UCPs e Cooperativas Agrícolas. E unidade com os operários industriais, unidade com todos os trabalhadores empenhados na luta contra a reacção, pela democracia, rumo ao socialismo.



A ALIANÇA NECESSÁRIA ENTRE OS CAMPONESES POBRES E OS OPERÁRIOS RURAIS

Os duzentos contos oferecidos pelas UCPs do concelho de Avis à Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Vila Nova de Gaia, são o símbolo de que, aliados, o Norte e o Sul avançarão cada vez mais na mesma luta

Não foram muitos os pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros) que puderam vir do Norte até Évora afirmar que «somos um só povo trabalhador empenhado na mesma luta». Mas representavam milhares de pequenos e médios agricultores que vão compreendendo que só a unidade da sua classe e a aliança com o proletariado

lhes permitirá desatar, para sempre, a corda que trazem constantemente apertada na garganta.

Por estes trabalhadores do Norte que têm de seu uma pequena courela que não chega para matar a fome dos filhos, falou António Araújo, membro da Direcção da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Vila Nova de Gaia e membro da Comissão Concelhia do MARN. Nas suas palavras ecoavam todas as queixas dos pequenos e médios proprietários em risco de continuarem a ser desalojados da sua terra porque não aguentam os juros, os aumentos dos factores de produção, os anos de más colheitas. Pela sua voz, falaram os rendeiros que no Norte continuam a ser atingidos pela violência dos senhores ricos violadores da Lei do Arrendamento Rural. Da sua intervenção, despreendeu-se a esperança já certeza da força da união, da vitalidade da aliança entre o campesinato pobre e o proletariado rural.

Milhares de vezes dos delegados à Conferência da Reforma Agrária responderam a António Araújo, e portanto aos 400 associados da Liga de Vila Nova de Gaia e às centenas de rendeiros da zona, assim como a todos os pequenos e médios agricultores do Norte. Responderam com um grito que contém uma garantia da vitória sobre as forças reacçãoárias:

«Com o Norte, a Reforma Agrária será mais forte!»

Porque foi ponto assente para todos que a Reforma Agrária se não detém nos cinco distritos demarcados pela Lei das Expropriações. A Reforma Agrária, via para a melhoria das condições de vida e de trabalho do povo trabalhador, não pode conhecer fronteiras. Ela será diferente no Norte e no Sul. Diverso o modo de caminhar e o ritmo das passadas. Mas terá de satisfazer a fome de terra de milhares de pequenos e médios agricultores do Norte e de todo o país, terá de resolver os seus problemas de falta de máquinas, de garantia de preços, de escoamento e de comercialização dos produtos agrícolas. Tal como acontece na zona da Reforma Agrária, em que os trabalhadores das UCPs devolvem a pequenos e médios agricultores terras que lhes foram compradas pelos grandes agrários que as tomavam a pataco e meio depois de terem conduzido à ruína, com a cumplicidade do fascismo, os seus proprietários. «Muitos choram

recebendo terras que tinham sido abrigados a vender. Muitas vezes são já os filhos dos pequenos e médios agricultores explorados que recebem a terra que foi dos pais e dos avós. Na vida de todos os dias vê-se quem tira a terra e quem a dá. A Reforma Agrária não só não tirou terra a ninguém como a veio dar aos desalojados da terra.»

Mas porque a solidariedade não são só palavras, no último dia da Conferência, num clima de emoção, as Cooperativas e UCPs do concelho de Avis, distrito de Portalegre, por proposta da UCP «Boa Esperança» da freguesia Ferreira e Barro do mesmo concelho, anunciaram a oferta de 200 contos à Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Vila Nova de Gaia. Para que estes possam caminhar para um tempo em que já não seja preciso «trabalharemos até deixar as

Liga de P. e M.A. do distrito de Lisboa e de muitas outras. E ainda a presença significativa das Cooperativas de pequenos e médios agricultores do distrito de Castelo Branco.

FORTALECER A ALIANÇA, VENCER A REACÇÃO

Numa das moções finais da Conferência da Reforma Agrária expressa-se o que foi uma tônica dominante de dois dias de trabalho, o que constitui um objectivo fundamental da defesa e consolidação da Reforma Agrária: a necessidade de fortalecer «cada vez mais a aliança dos trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores para que, lado a lado, se conquiste definitivamente uma vida

“Estreitar as alianças e os contactos, na base de acções concretas (luta pela expropriação dos 450 mil hectares de terra, ilegalmente na posse dos agrários e sua entrega aos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, rendeiros e seareiros, luta pela comercialização — escoamento, garantia e preços justos dos produtos agrícolas, luta por uma política de crédito e por uma instituição bancária ao serviço de uma agricultura nova, moderna e desenvolvida. Promover, quando necessário, reuniões entre sindicatos agrícolas, comissões directivas das Unidades Colectivas de Produção/Cooperativas Agrícolas e as organizações dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros de todo o país para discutir os problemas que a todos interessam”.

(Das Conclusões da Conferência)

unhas na terra» porque não têm máquinas e o aluguer dos tractores se faz a 300\$00 à hora. Para que estes aprendam o valor da solidariedade, a importância da união e da cooperação.

Testemunho também do fortalecimento da aliança entre os pequenos e médios agricultores e o proletariado rural, foram as mensagens de saudação, enviadas à Conferência da Reforma Agrária. Citamos algumas: saudações da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Vila Real, da Comissão Coordenadora do MARN na Beira Baixa, das Ligas do distrito de Setúbal, de Rendeiros da Lousã, a Cooperativa de Produtores Agrícolas do Barcouço, da Liga de Montemor-o-Velho (Coimbra), da AGRINOVA, do Secretariado Provisório da

melhor para todos os que trabalham a terra».

A Conferência manifestou, em particular, «a sua solidariedade aos rendeiros que hoje lutam pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural e exigem do Governo e outros órgãos do poder que façam cumprir a Lei».

— Que importa, agora, é que cada um dos 3700 delegados à Conferência e dos convidados (mais de 500) tomem como sua a tarefa urgente de:

— Combater por toda a parte, as debilidades da aliança dos trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores!

— Reforçando esta aliança, está-se a consolidar e avançar na Reforma Agrária.

Para que de facto, se verifique no Norte e no Sul que a Luta é a mesma!



avançar, com a Reforma Agrária, em jamais permitir o regresso dos «anos em que não tínhamos pão para dar aos nossos filhos, em que a fome cobria as terras».

Este o tom dado logo na intervenção de abertura da Conferência, que esteve a cargo de José Luís, trabalhador da Cooperativa "1.º de Maio" do concelho de Avis, distrito de Portalegre, e elemento da Comissão Organizadora da Conferência, e que não deixaria de permanecer até ao plenário de encerramento, em que mais de 25 mil trabalhadores, homens e mulheres, jovens e velhos, manifestaram vibrante a sua unidade na defesa da Reforma Agrária. Esta a afirmação de «um mar de povo» que, com a força do seu trabalho, desbrava terras, dá mais pão ao país e es'a disposto a não poupar esforços para que a produção aumente sempre, porque «na agricultura se fabrica todo o combustível que vai alimentar as outras máquinas da economia nacional».

O mesmo «mar de povo», presente no plenário final, aclamou, com ardente entusiasmo, o nosso camarada Álvaro Cunhal, convidado pelos trabalhadores das UCPs e pela Comissão Organizadora como «um dos mais activos impulsionadores da Reforma Agrária, assim como aplaudiu a conclusão da Conferência na qual se reconhece o «papel de vanguarda desenvolvido pelo Partido Comunista Português na luta pela unidade dos trabalhadores, na luta pela realização da Reforma Agrária, tanto nos duros anos do fascismo, como depois do 25 de Abril».

O GOVERNO TEM DE ASSUMIR AS SUAS RESPONSABILIDADES

Os temas das dez teses apresentadas à Conferência abarcavam todos os problemas centrais da Reforma Agrária e foram debatidos largamente em duas secções de trabalho, nas quais intervieram cerca de 120 trabalhadores agrícolas, técnicos ligados à Reforma Agrária, pequenos e médios

necessidades da população, a luta pelo aumento de produção, a luta contra a dependência da economia nacional em relação ao imperialismo. Podemos caracterizar, pois, as relações de produção nas unidades colectivas como relações de produção socialista. Mas este germen da vida nova está ameaçado de bloqueio por parte do mundo velho, do capital: a estrutura capitalista domina o mercado dos factores de produção (adubos, rações, alfaias etc.) e a comercialização dos produtos agrícolas.

Vejam os exemplos: os trabalhadores da CUF, que têm constituído uma magnífica frente solidária com os trabalhadores das UCPs, procuram por todos os meios ao seu alcance facilitar o fornecimento de adubos à Reforma Agrária. Mas a sua acção será sempre limitada porque as redes comerciais do adubo estão nas mãos dos grandes intermediários que compram e açambarcam à vontade. O mesmo se passa relativamente às rações e outros produtos básicos para a produção agrícola.

Quanto ao escoamento e comercialização dos produtos agrícolas, a situação é semelhante. São os grandes intermediários que controlam a comercialização dos produtos agrícolas e estabelecem muitas vezes os preços, (caso da cortiça, do azeite etc.). Porque os trabalhadores das UCPs não têm capacidade de armazenamento, nem se podem dar ao luxo de permanecer com os produtos parados à espera de fixação de preços compensadores (que deveriam ser garantidos com antecedência), da garantia de escoamento e pagamento rápido por parte do Estado, muitas vezes, não têm outro remédio senão vender aos intermediários que lhes pagam pouco para depois colocarem os produtos no mercado a preços ruinosos que para as pequenas e médias empresas, que simplesmente para o consumidor.

Este domínio parasitário dos intermediários herdado do sistema cooperativista-fascista e característico da exploração capitalista, contou, a partir do 25 de

as possibilidades do seu ataque contra a reacção e a recuperação capitalista.

A força de hoje é já bastante para os trabalhadores se erguerem exigindo que o Go-

NA CIDADE E NO CAMPO O MESMO COMBATE

«Não somos um conjunto de soldados da Reforma Agrária. Somos um exército, e a solidariedade dos trabalhadores da cidade e o apoio internacional são das armas mais importantes que temos»

Mais de 10 000 dias de trabalho voluntário, milhares de contos em dinheiro, máquinas, adubos e sementes e um incombensurável movimento de apoio constituem a síntese da imensa onda de solidariedade que, por todo o país, se fez sentir em relação à Reforma Agrária desde os primeiros passos dados pelos trabalhadores alentejanos e ribatejanos. Esta solidariedade, fruto da aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo e estímulo para o reforço desta mesma aliança, é uma das raízes em que se alicerçam os êxitos da Reforma Agrária.

A partir de reuniões convocadas pelos sindicatos Agrícolas, Metalúrgicos, Rodoviários e outros, foi possível organizar um plano de apoio à produção com entrega de máquinas das empresas nacionalizadas e de adubos químicos pela CUF. As colheitas foram feitas com a ajuda dos braços de operários da indústria e outros trabalhadores. Jovens partiram para as terras da Reforma Agrária alfabetizando, esclarecendo, fazendo animação cultural. Técnicos progressistas estiveram e estão ao serviço das UCPs. Trabalhadores da medicina

levaram, em muitos casos, pela primeira vez, a assistência médica a aldeias e lugares.

Nesta extraordinária movimentação que demonstra como o povo trabalhador, de Norte a Sul do país, compreendeu até que ponto se joga em terras da Reforma Agrária uma das conquistas fundamentais do processo revolucionário, é de destacar a solidariedade dos operários, comissões de moradores e de trabalhadores do distrito de Setúbal, dos sindicatos dos Ferroviários, da Construção Civil, da Indústria Vidreira, da Indústria Química e Moagem, dos trabalhadores da CUF, da Lisnave, da Siderurgia Nacional, dos Nitratos de Portugal, Mague, da Junta Autónoma das Estradas, dos trabalhadores emigrantes e de tantos outros. E também, em particular, o apoio dos Sargentos da Marinha de Guerra numa clara demonstração que a aliança entre as forças populares e as Forças Armadas não passou à história como pretendem os sectores reacçãoários.

Mas a Reforma Agrária é uma conquista não só de um povo livre das garras do fascismo. É a conquista

partilhada por todas as forças progressistas no mundo. Daí a solidariedade vinda de grupos políticos de países capitalistas. Daí a extraordinária solidariedade vinda dos países do campo socialista que em máquinas, sementes e adubos ofereceram já à Reforma Agrária 170 dos 177 mil contos do total da solidariedade recebida.

Na Conferência, a importância da solidariedade viveu-se plenamente. Cada um sabia que os resultados alcançados não dependem apenas do seu esforço individual mas do magnífico movimento colectivo gerado em torno da Reforma Agrária.

Como diria, em resumo, um trabalhador: «Não somos um conjunto de soldados da Reforma Agrária. Somos um exército e a solidariedade dos trabalhadores da cidade e o apoio internacional são das armas mais importantes que contamos». Neste sentido, aliás, a Conferência da Reforma Agrária, nas conclusões, indica:

— É preciso alargar nas fábricas, no campo, nos escritórios e nas escolas, a solidariedade e defesa à Reforma Agrária, criando Comissões de Apoio à Reforma Agrária.

AS TAREFAS INDISPENSÁVEIS À DEFESA DA MAIS IMPORTANTE CONQUISTA DA REVOLUÇÃO

Aprovadas, por unanimidade e aclamação, no plenário de encerramento, que reuniu cerca de 25 mil trabalhadores, as conclusões da Conferência, que a seguir publicamos quase integralmente, contêm o programa das tarefas de organização e acção indispensáveis à defesa da mais importante conquista do processo revolucionário: a Reforma Agrária

A Lua pela Reforma Agrária

— Os trabalhadores, com firmeza revolucionária e lucidez, souberam desmontar a manobra provocatória montada pela reacção (CDS/PPD/CAP/CIP) e esquerdistas (UDP/PCP (r)/GDUPS e outros) a pretexto das desocupações.

— Apelo a todas as forças democráticas civis e militares, nomeadamente o PCP e o PS, para que na Assembleia da República e fora dela, combatam com firmeza e rejeitem o projecto de lei sobre a "suspensão das expropriações de prédios rurais na área da Reforma Agrária", o qual é inconstitucional e reacccionário e visa liquidar a Reforma Agrária;

— A aniquilação de tal projecto e a dissolução da organização fascista dos grandes agrários e dos grandes intermediários — a CAP — passa pelo combate organizado dos trabalhadores rurais e de todo o povo trabalhador;

— Reforço da solidariedade à Reforma Agrária;

— Fortalecimento da aliança entre os trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas com os pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros);

— Reforço da organização das UCPs e das Cooperativas Agrícolas e da sua vida democrática; criação de secretariados das cooperativas a nível concelhio e distrital, amplas e periódicas reuniões;

— Reforço do sindicato e de toda a sua estrutura;

— Exigência de que o Governo e o Estado cumpram a Constituição, a Lei da Reforma Agrária, a Lei do Arrendamento Rural e que assumam, perante o país, a responsabilidade na resolução dos problemas de comercialização, fixação de preços, política de crédito, exigência de que seja respeitada a autonomia das UCPs e das Cooperativas Agrícolas;

— Realização anual da Conferência da Reforma Agrária, depois das colheitas, para balanço do ano e traçar as directrizes para o ano seguinte;

— A Conferência reconhece o papel de vanguarda desenvolvido pelo PCP na luta pela Unidade dos trabalhadores, na luta pela realização da Reforma Agrária, tanto nos duros anos do fascismo, como depois do 25 de Abril;

Balanço da Reforma Agrária

— Aumento da produção e combate ao desemprego nas zonas da Reforma Agrária (dados publicados no quadro de Balanço da Reforma Agrária);

— Prosseguimento das Expropriações (restam por

desocupações: os agrários reclamaram 21 631 ha, — 1,9% da área total ocupada pelas UCPs e CA —, dentro desta área já foram resolvidos a favor dos trabalhadores 8 780 ha em virtude das reclamações se basearem em

— Criação de Uniãos Concelhias de Cooperativas para centralizar os serviços de apoio à contabilidade, à comercialização, à industrialização, ao parque de máquinas e oficinas de reparações, etc.

— Nas assembleias dever-se-á criticar os trabalhadores menos dedicados e elogiar os mais dedicados;

— Reforçar e melhorar o trabalho sindical: eleição de delegados sindicais nas UCPs, nas freguesias; estreitar os contactos entre os delegados e as direcções sindicais; reuniões de direcções sindicais de vários distritos; cursos de aperfeiçoamento de quadros sindicais; apoio técnico, jurídico e económico aos sindicatos; troca de delegações sindicais entre o nosso país e os países socialistas;

Unidades Colectivas de Produção

Desanexações:

— Repúdio total pelas desanexações porque põem em risco o pão dos trabalhadores; Combate por todos os meios adequados às desanexações;

— Repúdio pelas manobras divisionistas do MUC e de entidades oficiais como o director do CRRRA de Beja;

— A melhor maneira de combater as desanexações é intensificar a vida democrática dentro das cooperativas para que todos participem colectivamente e conheçam a situação real.

Indemnizações:

— Não devem ser atribuídas quaisquer indemnizações aos agrários porque as suas fortunas

— Formação de Quadros, técnicos e sindicalistas, a partir da classe operária, do Proletariado Agrícola. Exigência de que o Estado apoie esta formação;

— Promoção de cursos de formação destes quadros por parte dos Sindicatos e das Uniãos de Cooperativas;

— Intensificar as visitas de estudo a países socialistas sendo ouvidos os trabalhadores das Cooperativas na escolha dos companheiros que os representarão;

— Exigência de que o Governo reestruture os serviços oficiais de apoio ao sector agrícola e que coloque técnicos competentes e de confiança dos trabalhadores nos Centros da Reforma Agrária;

— Os Centros de Formação Profissional devem funcionar ao serviço da Reforma Agrária.

para indemnizar os agrários pelas searas, nem pelos gados e máquinas, que tinham quando as terras foram ocupadas, uma vez que ainda não existe nenhuma lei que regule como isso se vai fazer;

— Obrigar os órgãos do poder a fazer a lei de modo a que o pagamento, se vier a ser feito, se faça pelo menos em mais de 20 anos, porque as cooperativas não podem pagar tudo de uma só vez.

taxas e impostos:

— Em nenhum caso os trabalhadores são responsáveis pelo pagamento dos impostos e contribuições devidas pelos agrários;

— Porque não existe nenhuma lei sobre isso não podem ser

e racionalização do maneio do gado, como forma correcta de aproveitamento da massa forrageira disponível e de produção de matéria orgânica (estrumes) a incorporar no solo;

— Aumento de construções para instalações de gado, construções tanto quanto possível de baixo custo;

— Aumento da área regada, através da construção de barragens, aberturas de furos, etc., fazendo a adaptação ao regadio, a fim de possibilitar a introdução de culturas altamente rentáveis, o aumento de gado leiteiro, e uma maior absorção da força de trabalho;

— Definição e execução correcta das actividades produtivas, nomeadamente, as fertilizações com base na análise da terra, as operações de preparação do terreno de forma a impedir a sua degradação e a garantir níveis de produção tão elevados quanto possível, bem como a utilização de sementes seleccionadas;

— Constituição de parques de máquinas em cada UCP e Cooperativa e de parques de máquinas pesadas que sirvam conjuntamente várias UCPs e Cooperativas, garantindo sempre apoio técnico às máquinas. Entretanto deverá reforçar-se a solidariedade entre

as UCPs através da cedência de máquinas, de modo a aumentar o número de barragens e outras obras;

— A introdução de novas culturas não deverá criar situações de concorrência que possam prejudicar a economia dos Pequenos e Médios Agricultores;

— As UCPs e Cooperativas deverão promover a realização de cursos práticos para trabalhadores, de produção vegetal, de gestão e contabilidade, de pecuária, de máquinas, de conservação de forragens, etc., e até a deslocação a países estrangeiros amigos a fim de se formarem quadros técnicos saídos dos próprios trabalhadores, devendo o Governo apoiar estas iniciativas.

— As UCPs e Cooperativas deverão chamar para o seu lado técnicos da sua confiança, em tempo inteiro, que conjuntamente com os trabalhadores, possam elaborar os planos de exploração e acompanhar diariamente a sua execução.

— Ao Governo cabe grande responsabilidade no apoio à Reforma Agrária, quer financeiramente, quer colocando técnicos competentes e de confiança dos trabalhadores nos serviços técnicos oficiais;

Lei da Reforma Agrária

Expropriações

— Os Trabalhadores cumpriram a Lei — que o Governo e os outros órgãos do poder, também a cumpram;

— Rejeitar energicamente a alteração dos 50 000 pontos, isto é combater as intenções da CAP;

— A Lei da Reforma Agrária deverá ser aplicada a todo o território nacional, expropriando-se os latifúndios (com mais de 50 000 pontos) onde quer que existam e entregando a terra aos Trabalhadores Rurais e Pequenos e Médios Agricultores;

— A terra do latifúndio a expropriar será entregue a quem a trabalha (Trabalhadores e Pequenos e Médios Agricultores), que organizarão a exploração da terra de acordo com a sua vontade;

— As expropriações incluem as construções (montes, lagares, adegas, armazéns, celeiros, etc.), mesmo que tenham matriz urbana. As casas não podem ser restituídas aos agrários enquanto os trabalhadores precisarem delas.

— A terra ocupada e ainda não expropriada deverá ser, imediatamente, expropriada;

— Os latifúndios não ocupados, aos quais se aplica a Lei da Reforma Agrária, deverão ser expropriados pela seguinte ordem de prioridades:

— Quando haja reclamações de expropriação de trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores

— Quando haja desemprego

— Quando haja necessidade de ordenamento económico-social;

— A pontuação não deve corresponder ao que está nas Finanças mas sim corresponder ao que está na Terra, pois as matrizes estão muito desactualizadas;

— Ponha-se fim imediato ao abandono das terras que estão na mão dos agrários, como por exemplo a herdade de Aivados no Concelho de Odemira e tantas outras;

— Ponha-se fim à sabotagem que os agrários estão a fazer nas herdades que vão ser expropriadas, como por exemplo no Distrito de Santarém (corte de florestas em meia criação, destruição dos arames das vinhas, lançamento de bombas nos desempregos, venda dos mosteiros, grandes armazenamentos para futura especulação, etc.)

— As reservas só poderão ser atribuídas depois de todos os latifúndios estarem expropriados;

Direito de Reserva

— A definição e aplicação do direito de reserva deverá ser feita sempre com a participação dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores das UCPs e Cooperativas e das suas verdadeiras organizações de classe, e não têm que ser dentro das terras ocupadas pelas Cooperativas;

— Devemos lutar por que as reservas só sejam atribuídas aos agrários que vão explorar directamente a terra, e que não tenham outros rendimentos;

— A aplicação do direito de reserva nunca deverá ser feita com prejuízo da viabilidade das Unidades Colectivas e Cooperativas;

— O direito de reserva não deverá ser concedido;

— A agrários que tinham terras incultas ou subaproveitadas ou fizeram sabotagem económico-social

— A agrários que não explorem directamente a terra

— A agrários que não cumpriram os prazos previstos na Lei para os pedidos de reserva;

Crédito Agrícola

— O Crédito Agrícola de Emergência deve ter um juro mais baixo, acessível às possibilidades das Unidades Colectivas de Produção;

— As parcelas do Crédito Agrícola de Emergência que foram empregues em investimentos devem ser transferidas para médio e longo prazo.

— Formação dum Banco para a agricultura ou Banco de Crédito Agrícola, como organismo especializado na concessão de crédito agrícola, ao serviço das Unidades Colectivas de Produção

Contabilidade e Gestão

— A contabilidade e gestão das UCPs/Cooperativas Agrícolas é hoje uma das questões mais importantes da organização interna das Cooperativas e de cuja solução depende a consolidação das UCPs;

— A contabilidade e os demais serviços de escritório devem ser considerados tarefas iguais às outras e como tal respeitadas e apoiadas por todos os trabalhadores;

— As UCPs/Cooperativas Agrícolas devem estar vigilantes perante a infiltração de pessoas estranhas nos serviços de escritório que não mereçam a confiança dos trabalhadores;

— Denunciam-se as tentativas de ingerência e controlo na vida das Cooperativas através da contabilidade que têm sido praticadas por parte de Centros Regionais da Reforma Agrária;

— Na actual situação deverão ser preferencialmente os trabalhadores ou seus filhos a fazerem a contabilidade das UCPs/Cooperativas Agrícolas;

e dos Pequenos e Médios Agricultores;

— Os pagamentos dos produtos (cereais, gados, etc.) têm que ser feitos, pelos organismos oficiais, na altura da entrega desses produtos;

— Muitas vezes os produtos têm que ficar nos armazéns das próprias unidades colectivas porque o Estado não tem capacidade para os recolher; então, o Governo paga os produtos, deixando-os armazenados nas cooperativas, ou paga às cooperativas um juro correspondente a esse tempo de armazenagem;

— Para que tal seja possível torna-se necessário a formação de quadros tecnicamente habilitados oriundos do proletariado rural através de:

— Criação, pelo Estado, de cursos de gestão, contabilidade e concessão de bolsas de estudo aos filhos dos trabalhadores;

— Realização de cursos rápidos de formação profissional básica organizados pelos próprios trabalhadores, sindicatos, uniões ou outras organizações de trabalhadores;

— Para apoio aos quadros das próprias UCPs/ Cooperativas Agrícolas deve-se:

— Contratar técnicos especialistas em contabilidade e gestão da confiança dos trabalhadores a funcionar junto de UCPs, grupos de UCPs que se unam para o efeito ou uniões de cooperativas;

— Criar junto dos Sindicatos ou das Uniãos Cooperativas brigadas de contabilidade constituídas por voluntários com preparação adequada e interessados em dar

RESULTADOS QUE DESMENTEM A MENTIRA E A CALÚNIA

«Se os agrários tivessem ficado nas terras, havíamos de chegar a um tempo que nem uma alface tínhamos para comer, quanto mais um bago de trigo! Assim, com as terras nas nossas mãos, é o que se vê!»

Estas palavras de um trabalhador de uma UCP constituíram um comentário à tese sobre o Balanço da Reforma Agrária. Os resultados alcançados nos distritos da Reforma Agrária são, de facto, a resposta mais conclusiva à reacção. Pela primeira vez, num processo democrático, os primeiros passos da Reforma Agrária fazem-se com aumento da produção! Esta uma realidade à qual é impossível fechar os olhos! O resumo dos resultados, contêm dados obtidos nas UCPs e cooperativas agrícolas dos cinco distritos (Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal) nos quais se situam 436 das 450 UCPs existentes, e têm em conta a evolução da situação desde que os trabalhadores tomaram conta das terras.

Aumento das áreas semeadas nas terras sob o controlo dos trabalhadores +154 811 ha (+181%)

Aumento da área de regadio +3200 ha (+30%)

Aumento das produções de cereais (trigo, aveia e cevada) (a) +248 800 ton (+46%)

Aumento dos efectivos pecuários +123 839 cab (+49%)

Aumento da maquinaria e alfaia:

Tractores +1463 (+55%)

Máquinas de colheita +758 (+79%)

Alfaia +3448 (+71%)

Camiões +72 (+109%)

Motores +572 (+99%)

Aumento dos melhoramentos fundiários:

Barragens e albufeiras + cerca de 60

Pequenas obras de regadio ... + cerca de 150

Instalações pecuárias + cerca de 60

Aumento do número de empregos:

Aumento total (permanentes + eventuais) . . +49 995 (+229%)

Permanentes +32 956 (+297%)

Eventuais +17 039 (+160%)

(a) ...Este valor do aumento da produção de cereais, obtido com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística, merece aos trabalhadores sérias reservas por o considerarem inferior à realidade.

a sua colaboração à Reforma Agrária;

— Para que se desenvolva e aprofunde a formação de quadros contabilistas e gestores deve-se estudar a criação de um centro de apoio e aperfeiçoamento profissional para a contabilidade e gestão;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— As UCPs/Cooperativas Agrícolas antes das principais sementeiras e dos grandes investimentos devem elaborar os respectivos planos de produção ou investimento para análise, debate e decisão colectiva;

— As contas das UCPs/Cooperativas Agrícolas devem ser apresentadas periodicamente a todos os trabalhadores para conhecimento e discussão em assembleia de forma a que todos as possam compreender claramente;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;

— Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos;



expropriar 721 000 ha, dos quais 498 700 ainda permanecem nas mãos dos agrários) e entrega da terra a quem a trabalha;

— Os trabalhadores têm cumprido a Lei, como se vêm verificando no processo das

falsas informações, dos 6093 devolvidos aos agrários, os trabalhadores reclamam uma boa parte porque consideram que, em certos casos, não havia razões para a desocupação;

Solidariedade com a Reforma Agrária

Intensificação de:

— Reuniões entre trabalhadores da cidade e do campo organizadas pelos sindicatos para traçar programas de apoio;

— Jornadas de trabalho voluntário às UCPs e aos pequenos e médios agricultores;

— Recolha de fundos por comissões de operários industriais e outros trabalhadores;

— Apoio no campo da alfabetização;

— Apoio material e campanhas de grupos progressistas dos países capitalistas e especialmente dos países socialistas;

— Reuniões de apoio à Reforma Agrária, visitas às UCPs, moções etc.;

— Desenvolvimento e reforço da solidariedade aos pequenos e médios agricultores e da solidariedade entre as próprias cooperativas;

Organização das Unidades Colectivas e Quadros

— Melhorar os métodos democráticos nas UCPs e Cooperativas: assembleias mensais de trabalhadores, combate ao caciquismo e individualismo, discussões amplas;

— Chamar os trabalhadores mais combativos e honestos às Comissões directivas;

— Aplicar os Estatutos e o Regulamento Interno de cada Cooperativa, os quais devem ser elaborados e aprovados

exclusivamente por todos os trabalhadores;

— Formar Secretariados concelhios a partir da realização de plenários concelhios de trabalhadores das UCPs. Realização de Assembleias distritais e criação de Secretariados Distritais. E mais tarde de Assembleias Regionais. O objectivo é o alargamento da cooperação.

— Realização de Plenários distritais duas a três vezes por ano;

são resultados da feroz exploração dos trabalhadores;

— Pelas dívidas dos agrários deve responder toda a sua fortuna. O dinheiro de qualquer indemnização, antes de mais nada, deve ser para descontar nas suas dívidas;

— Em qualquer caso, mesmo à luz das leis actuais e da Constituição não têm direito a indemnização, os agrários que tenham terras incultas ou mal aproveitadas ou que fizeram sabotagem económica;

— Anulação imediata do ultrajante Decreto-Lei 489/76 que dá subsídios mensais aos agrários de 8500\$00. Este dinheiro deve ser aplicado em relação aos senhores pobres do Norte e Centro;

— Não pagar nem mais um escudo aos agrários seja a que pretexto for;

— Em um tostão das cooperativas deve ser desviado

cobrados às UCPs e Cooperativas quaisquer impostos ou contribuições sobre a terra, as máquinas e as construções;

— Com o fim de criar um Fundo para a Reforma Agrária deve ser lançada uma taxa, mais alta para as cooperativas que actualmente utilizam melhores terras e mais baixa para as outras; as cooperativas com menos recursos não devem pagar taxa. O Fundo deve destinar-se a ser aplicado nas cooperativas que actualmente têm menos recursos, por forma a construir nelas as benéficas necessárias (barragens etc), adquirir gados, máquinas etc. Na fixação da taxa e do Fundo têm de participar as organizações dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores agrícolas que utilizam terra nacionalizada.

— A questão da taxa e do Fundo precisa de ser mais estudada.

Orientação para a Produção Agro-Pecuária

— O aumento da produção é condição para criar maior número de postos de trabalho, garantir trabalho permanente, assegurar condições de estabilidade económica às UCPs e aumentar a produção geral de bens alimentares no País;

— O planeamento da produção deverá ter em conta a necessidade de ordenamento das culturas utilizando toda a área com capacidade agrícola e fazendo o povoamento das áreas com aptidão florestal;

— As rotações deverão ser equilibradas e capazes de garantir um saldo positivo de elementos nutritivos (azoto, fósforo, potássio e outros) no solo, através de:

a) Introdução de culturas melhoradoras (leguminosas);

b) Alternância correcta das culturas na rotação de forma a que as condições do solo venham progressivamente a melhorar;

c) Introdução de forragens cultivadas em novas áreas (terras de encosta) a fim de melhorar e recuperar os solos;

— Aumento do efectivo pecuário

«A REFORMA AGRÁRIA É UMA VITÓRIA PARA SEMPRE DOS TRABALHADORES E DO POVO DE PORTUGAL»

No plenário de encerramento da Conferência da Reforma Agrária, grandiosa manifestação de trabalhadores, em que foram aclamadas entusiasticamente as Conclusões, que constituem um programa de acção para consolidar e avançar com a Reforma Agrária, o camarada Álvaro Cunhal, considerado pelos trabalhadores como um dos maiores obreiros da luta contra a exploração e a miséria nos campos, recebeu da multidão o testemunho do profundo enraizamento do nosso Partido entre as massas populares da zona da Reforma Agrária.

A sua intervenção, pronunciada de improviso e que publicamos integralmente, constituiu, sem dúvida, um dos momentos de maior vibração vividos por mais de 25 mil trabalhadores presentes no encerramento da Conferência da Reforma Agrária.

QUERIDOS CAMARADAS

“Em primeiro lugar, quero agradecer o convite que me foi feito pela Comissão Organizadora da Conferência da Reforma Agrária para estar aqui, junto de vós, neste plenário de encerramento. Este convite, queridos camaradas, traduz aquilo que já foi dito numa das conclusões desta Conferência, ou seja, o reconhecimento do papel de vanguarda desenvolvido pelo Partido Comunista Português, ao longo dos anos, para assegurar a realização da Reforma Agrária.

LUTAR PELA REFORMA AGRÁRIA NOS DISTRITOS DO NORTE E DO CENTRO

Podemos dizer que a Reforma Agrária se desenvolveu em duas fases, até agora.

Na primeira fase, tratou-se de ocupar as terras, de as expropriar, de tomar as primeiras medidas de organização das novas unidades agrícolas sem os agrários, sem a exploração do homem pelo homem.

A segunda fase, aquela que agora vivemos, é diferente. Já foram ocupadas as terras, já foram expropriadas, já foram enraizadas em cinco distritos mais de 400 unidades colectivas de produção e cooperativas. Agora na segunda fase, trata-se de consolidar essa expropriação das terras e de garantir a vida económica das unidades colectivas de produção e das cooperativas.

É necessário que compreendamos que esta fase é diferente das outras. Até ao presente tratou-se de ocupar as terras, de as expropriar, de conquistar a legalização dessas ocupações e expropriações — é a Lei da Reforma Agrária — e de organizar as unidades colectivas de produção. Agora temos de consolidar definitivamente esse resultado para que não haja mais quem se atreva na Assembleia da República a propor leis para ser revogada a Reforma Agrária. A par disso temos que garantir que as unidades colectivas de produção e as cooperativas tenham uma vida económica estável.

Sem dúvida alguma, como aqui foi referido, há ainda muitas centenas de milhares de hectares que não foram expropriados, e que estão no âmbito da Reforma Agrária. É necessário exigir essa expropriação, é necessário exigir que essas terras sejam entregues a quem as trabalha. Sem dúvida nenhuma devemos também lutar para que a Reforma Agrária, uma Reforma Agrária diferente desta do Alentejo, Ribatejo e distrito de Setúbal, uma Reforma Agrária que tenha em conta a situação particular nos distritos do Centro e Norte, seja também levada a cabo nesses distritos.

DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA SIGNIFICA IMPEDIR A DIVISÃO

No que respeita a esta zona da Reforma Agrária, temos a grande tarefa de tornar possível que as unidades colectivas de produção e as cooperativas tenham uma vida económica folgada, ou seja, que consigam resolver os seus problemas e ganhar estabilidade económica. Isto significa que muitos problemas novos se põem para a vida e estabilidade económica das cooperativas e unidades colectivas de produção e que os próprios membros das UCPs e cooperativas têm de encarar de nova maneira as relações com as administrações.

Na cooperativa e na UCP, não há o patrão, os trabalhadores não podem olhar para aqueles trabalhadores que as administram como olhavam para os antigos patrões e também não podem considerar questões relativas, por exemplo, os salários, da mesma maneira como se tratasse de uma entidade patronal. Isto, camaradas, é uma questão decisiva. Defender a Reforma Agrária, as UCPs e as cooperativas não significa apenas evitar que haja leis que voltem atrás com o processo, evitar que os agrários as reconquistem pela violência. Defender a Reforma Agrária, as UCPs e as cooperativas significam, também, impedir que se desagreguem as unidades colectivas, significa impedir que possa haver outra ofensiva (talvez ainda mais grave que esta ameaça que tem até agora existido sobre as unidades colectivas e cooperativas) e que é a perda por dentro da própria Reforma Agrária, a divisão dos trabalhadores, a impossibilidade da vida económica das próprias UCPs e cooperativas.

Daí que quando aparecem em unidades colectivas e cooperativas, elementos a dizer: «deveis pedir oito contos de salário, deveis pedir mais este e aquele benefício social», chegando mesmo a haver unidades colectivas onde apareceram aventureiros a aconselhar que se fosse para a greve para exigir aumentos de salários, seja preciso dizer: quem se deixar iludir está a caminhar para a sua perda, que é a vossa, que é a nossa. Colocar em determinadas unidades que estão em dificuldades a questão do aumento de salários que essas unidades não estão em condições de satisfazer, é querer matar estas unidades.

É necessário compreender quem ainda durante algum tempo, sobretudo quando temos um Governo que não dá apoio à Reforma Agrária, às cooperativas e às unidades colectivas, quando não temos uma política de crédito, uma política de auxílio técnico, como aqui já foi salientado nas conclusões desta Conferência, pois naturalmente que é necessário um



grande esforço dos trabalhadores para conseguirem que vingam as unidades colectivas, que este aumento de produção se consolide, para que as UCPs e as cooperativas tenham recursos necessários para fazerem frente às despesas, para que possam pagar as amortizações de máquinas, que possam pagar as dívidas que incidentalmente tenham e que não são dívidas dos agrários, pois com essas nada têm a ver. Se isto não é tido em conta as unidades colectivas e as cooperativas não podem aguentar-se e então iríamos para a derrota.

É DO PRÓPRIO ESFORÇO DOS TRABALHADORES QUE TEM DE SAIR O ÊXITO DA REFORMA AGRÁRIA

Isto significa, camaradas, que a batalha que hoje se coloca na luta pela Reforma Agrária, continua, sem dúvida, a ser uma batalha contra a CAP, contra o CDS, contra as suas propostas de lei, mas é também hoje uma batalha diferente. De certa forma teremos de continuar à antiga para conseguir a expropriação dos 700 000 hectares de terras da zona da Reforma Agrária que devem ser entregues a quem as trabalha. Mas temos também, em cada unidade colectiva e cooperativa, de reforçar a unidade de todos os trabalhadores, de criar um espírito fraternal, de impedir que o veneno da divisão seja levado ao interior das cooperativas e das unidades colectivas. Temos de impedir que haja desanexações, convencendo da loucura que é essa

atitude alguns que se possam deixar iludir por certas vantagens que a reacção ou os agrários lhes ofereçam, temos de conseguir sobretudo que as unidades colectivas e as cooperativas possam sobreviver economicamente.

Os resultados são magníficos e as colheitas deste ano, o aumento dos efectivos pecuários que aqui foi citado, representam uma muito grande vitória dos trabalhadores na Reforma Agrária. Mas agora é necessário consolidar essa vitória, trabalhando, levando por diante esquemas de trabalho que assegurem a diversificação da produção agrícola, o aumento dos efectivos pecuários, o aumento da área de regadio, solicitando os apoios necessários para isso mas tendo em conta, que no fundamental, é do próprio esforço dos trabalhadores que tem de sair esse êxito como já saiu o ano passado. É nesta grande batalha que iniciamos o novo ano agrícola.

AS NOVAS TAREFAS SERÃO REALIZADAS SE SOUBERMOS UNIR-NOS

Muitos dos que aqui estão, estiveram também no dia 9 de Fevereiro de 1975, neste mesmo sítio. Eramos bastantes, mas talvez menos do que hoje. Nessa altura, aqui, depois duma Conferência de Trabalhadores, numa altura em que ainda eram raras as ocupações de terras, dezenas de milhares de trabalhadores consideraram que tinha chegado a hora da Reforma Agrária, que havia que marchar para a ocupação das terras, e que se venceria essa batalha ocupando as terras, criando novas unidades agrícolas sem explorados nem exploradores.

Partiu-se daqui para essa grande batalha e essa primeira batalha foi vitoriosa. Os trabalhadores venceram essa grande batalha.

Hoje, neste mesmo sítio, tem lugar uma nova conferência. Já não se chama a Conferência dos Trabalhadores alentejanos e ribatejanos, chama-se a Conferência da Reforma Agrária. Já se criou esse grande êxito, essa grande vitória. E nas conclusões desta Conferência indicam-se os caminhos necessários para que consolidemos a vitória. Não são caminhos de facilidade. São caminhos de trabalho, de luta.

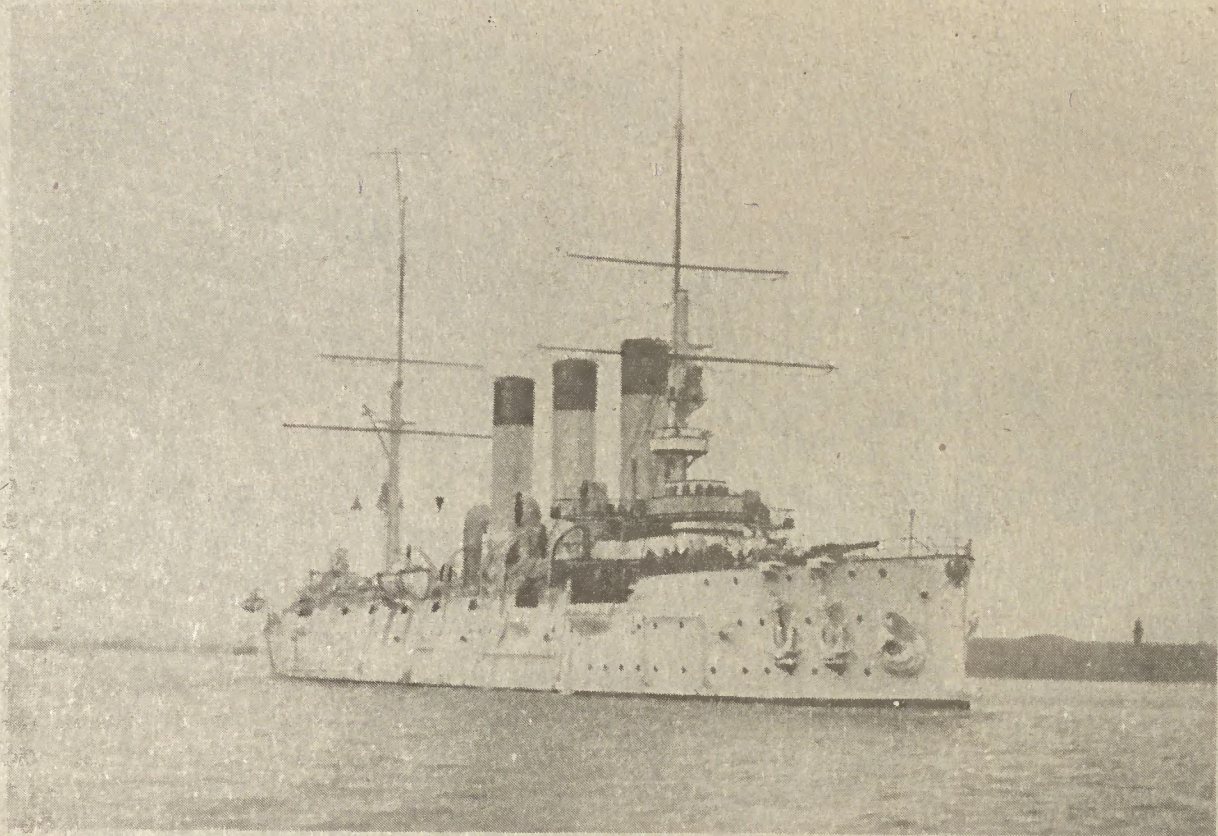
Estamos aqui novamente unidos, confiantes, e por isso creio, queridos camaradas e amigos, que as novas tarefas serão realizadas, se soubermos unir-nos. E quando digo unir-nos não digo unir-nos só nós os comunistas, porque nós os comunistas estamos já unidos. Digo unir-nos nós, os comunistas, aqueles que o não são, respeitarmos todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas ideias políticas ou as crenças que tenham, nesta grande obra, uma obra histórica do nosso País, que é a transformação do velho Alentejo dos latifúndios, da miséria e do desemprego numa região rica e florescente da nossa Pátria que dê o pão para os alentejanos e pão para todo o País.

Podemos estar confiantes que as conclusões desta Conferência serão levadas à prática e que dentro das linhas fundamentais definidas nesta Conferência Unitária da Reforma Agrária os trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, unidos, saberão levar por diante as tarefas que se colocam de forma a que daqui a um ano, ou um ano e meio, ou a seis meses, se os trabalhadores da Reforma Agrária se voltarem a reunir, como voltarão, novamente registem os sucessos alcançados dentro das directrizes traçadas nesta Conferência e possam afirmar que a Reforma Agrária não voltou para trás, não volta para trás, é uma vitória para sempre dos trabalhadores e do povo de Portugal.

**VIVA A REFORMA AGRÁRIA!
VIVA A UNIDADE
DE TODOS OS TRABALHADORES!**



DEZ DIAS QUE ABA



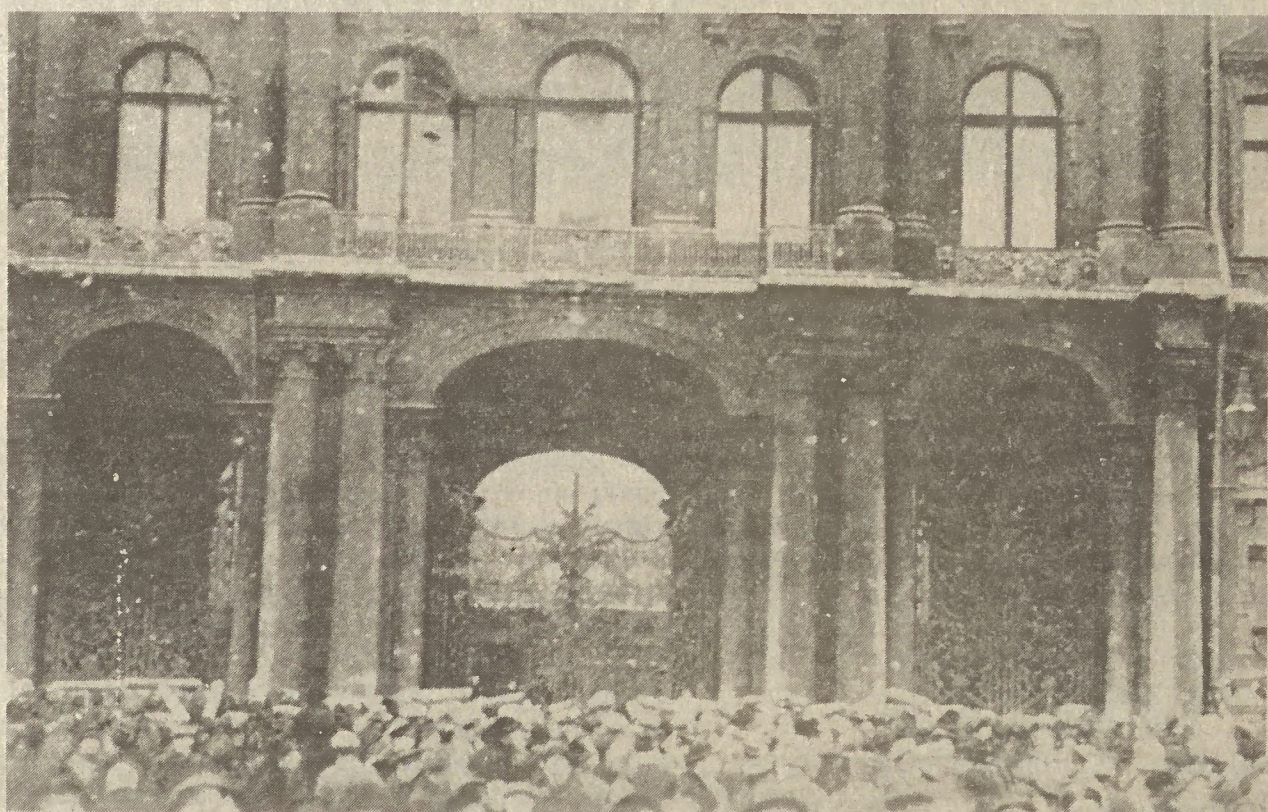
O cruzador *Aurora*, da esquadra russa do Báltico. Ao chamamento do Comité Revolucionário de Petrogrado, os seus marinheiros sublevaram-se, dominaram os oficiais e partiram Neva acima a fim de com os seus canhões defenderem a Revolução



Madrugada de 7 de Novembro de 1917. O *Aurora* atravessa a ponte Nicolalevski, sobre o Neva, à entrada de Petrogrado. A Revolução começará dentro de poucas horas



Os últimos defensores da oligarquia. Os alunos da Escola de Inverno, organizam-se para a resistência às tropas revolucionárias, e chama tropas da frente



Já na madrugada de 8 de Novembro, milhares e milhares de trabalhadores acorrem às portas do Palácio de Inverno para obterem a confirmação do triunfo da Revolução



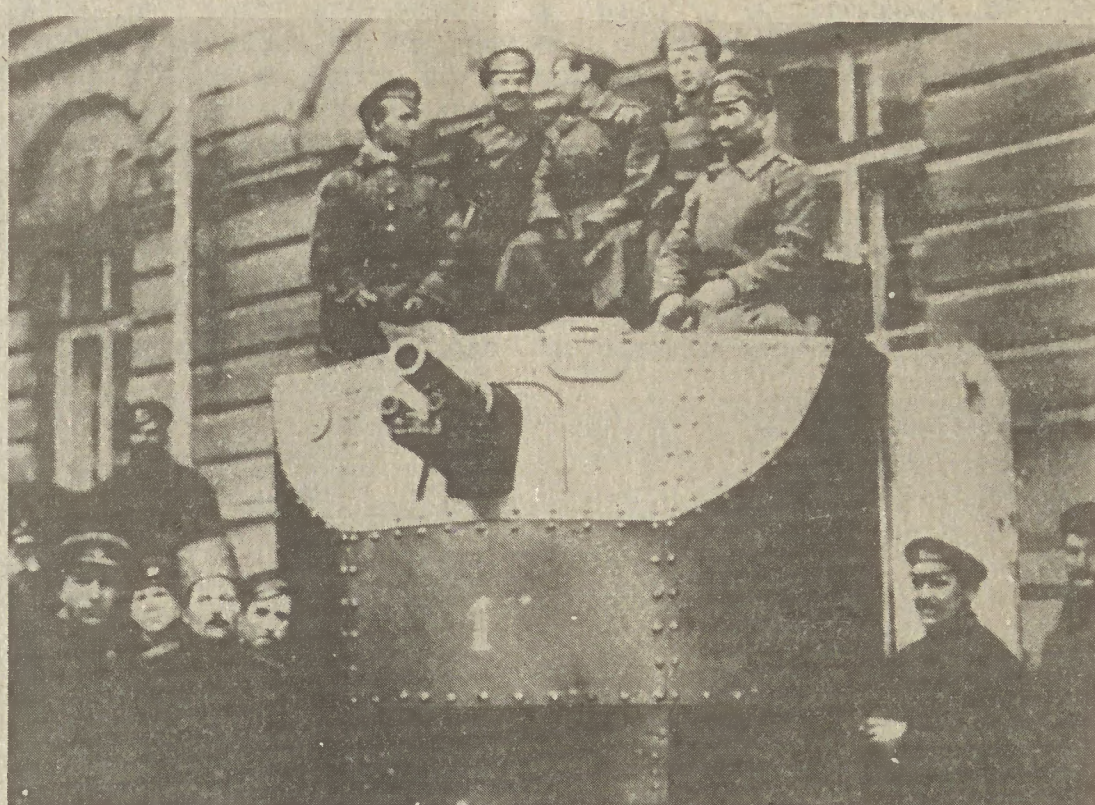
Soldados, trabalhadores em armas, escutam, nas ruas de Petrogrado, as informações e indicações trazidas pelos responsáveis do Partido



A da Revolu



As primeiras notícias para uma patrulha da Guarda Vermelha de guarda na perspectiva Nevsky



Um blindado e a sua tripulação monta guarda junto a um dos edifícios conquistados pelas forças revolucionárias



A Revolução honra os seus heróis. Em Moscovo onde o Partido levou a vitória, milhares de trabalhadores acompanham os companheiros



A revolução alastra a toda a Rússia. Na gravura, a milícia operária dos trabalhadores da fábrica de pólvora de Tambov. No cartaz «Todo o poder aos soviets!»



Bastião do Partido, os operários da fábrica Putilov, em Petrogrado, ouvem, já no dia 8, as notícias trazidas pelo deputado do seu soviete ao Congresso Pan-Russo dos Soviéticos de Operários, Soldados e Marinheiros que entretanto já se reunira



Derrotada a resistência da reacção, o Conselho Pan-Soviético reúne no Palácio Smolny. Os soviets tomam e consolidam a Revolução

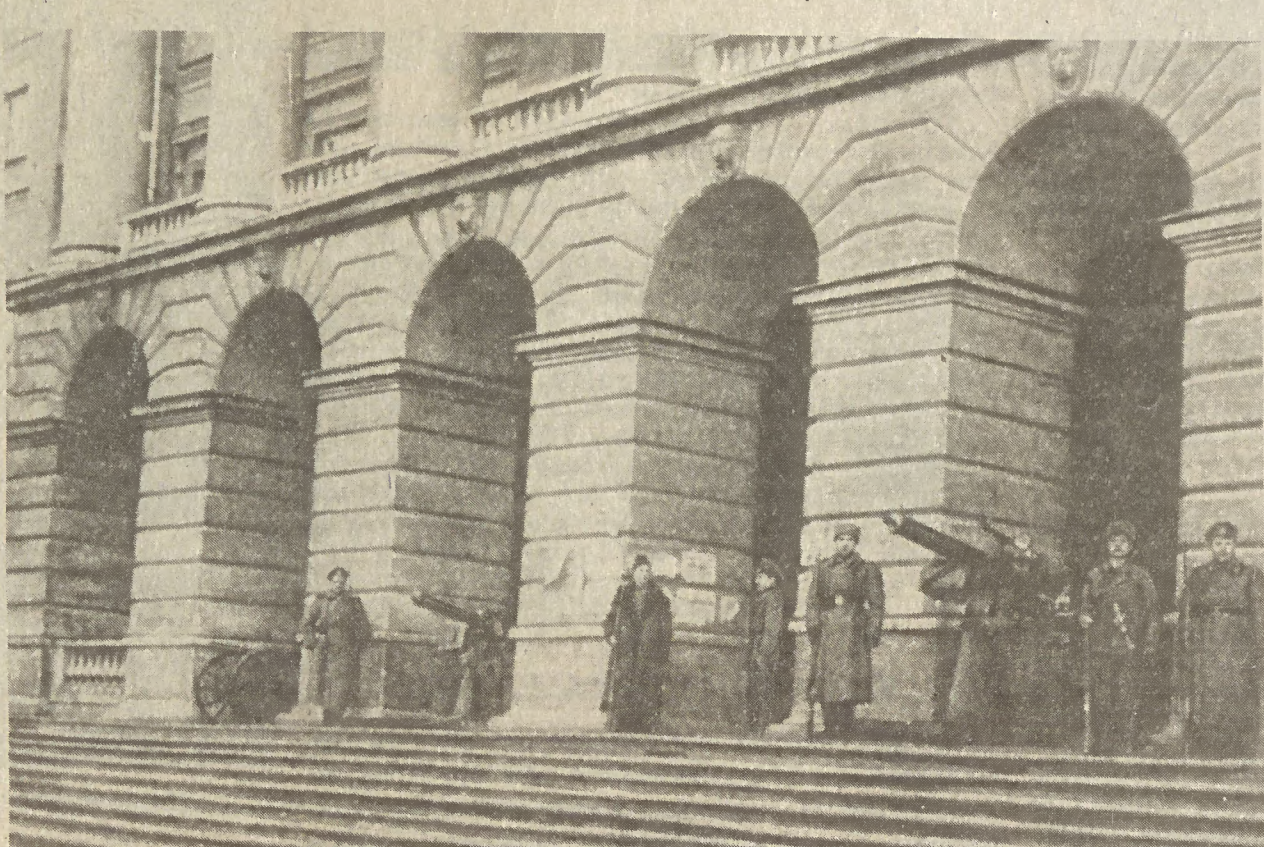
ALARAM O MUNDO



Os soldados, marinheiros e operários em armas tomam de assalto o palácio. Às duas horas da manhã a luta concluiu-se



Às 21 e 40 do dia 7, o Aurora bombarda o Palácio de Inverno. Os soldados, marinheiros e operários em armas tomam de assalto o palácio. Às duas horas da manhã a luta concluiu-se

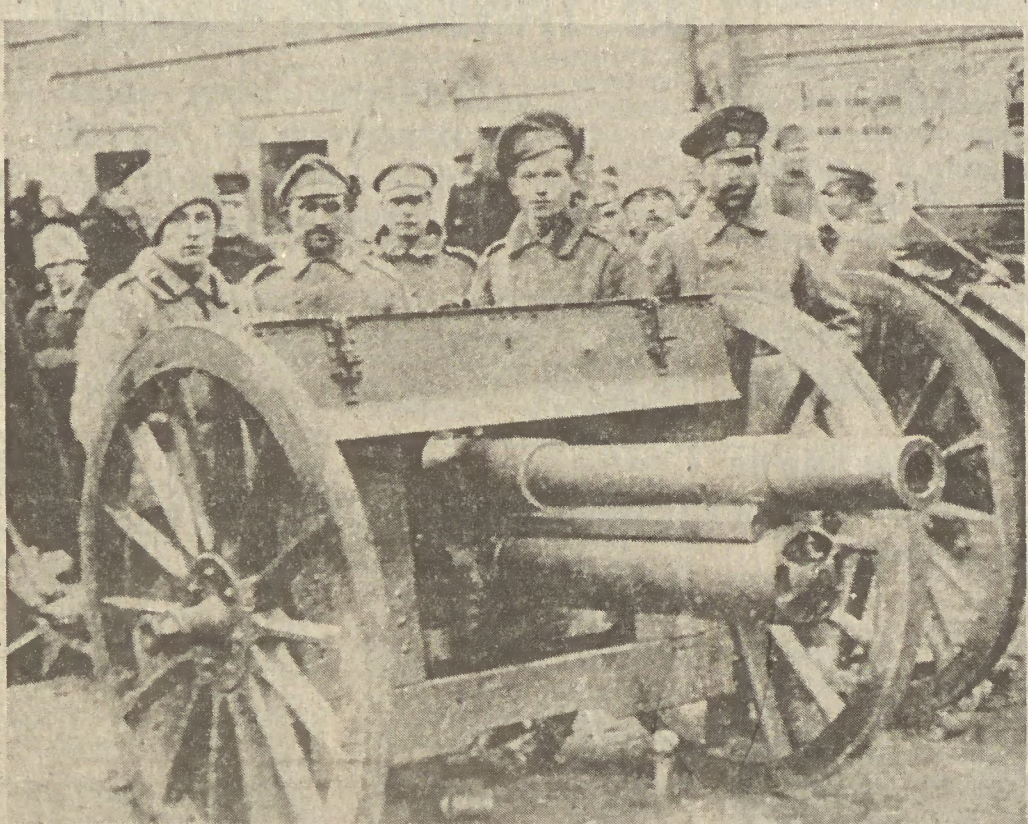


No Palácio Smolny instalara-se o Comité Revolucionário de Petrogrado. A Guarda Vermelha assegurou a defesa do comando da Revolução e dos dirigentes do Partido

As fotografias publicadas nestas duas páginas do «Avante!» fazem parte da vasta documentação fotográfica da «História Ilustrada da Grande Revolução de Outubro» cuja publicação as Edições «Avante!» iniciarão brevemente.



A revolução começou nessa própria madrugada



As armas compradas pelo imperialismo czarista foram voltadas pelos soldados revolucionários contra a opressão e a exploração



Barricadas nas ruas ante a ameaça do ataque a Petrogrado das tropas chamadas da frente



РАБОЧИЙ СОЛДАТЪ

Одновременно вечерняя газета

Одним из важнейших органов Советской власти является Рабочий Солдат. Он должен быть органом, который объединит рабочих и солдат, которые являются основой нашей революции. Он должен быть органом, который будет бороться за интересы рабочих и солдат, за интересы нашей революции.

ДЕКРЕТЪ О МИРѢ

принятый единогласно на заседании Всероссийского Съезда Советов Рабочих, Солдатских и Крестьянских Депутатов 28 октября 1917 г.

ИЗВѢСТІЯ

Центрального Исполнительного Комитета и Петроградского Совета Рабочих и Солдатских Депутатов.

Советъ Народныхъ Комиссаровъ

Всероссийский Съезд Советов Рабочих, Солдатских и Крестьянских Депутатов, постановляет:

Образовать для управления страной, вместо до конца Учредительного Съезда временное рабочее и крестьянское правительство, которое будет именоваться Совет Народных Комиссаров. Заведующие отдельными отраслями государственной жизни поручаются комиссиям, состав которых должен обеспечить наиболее широкую демократическую форму управления. В состав комиссии должны войти представители рабочих, крестьян, солдат, интеллигенции, а также представители различных слоев населения. Совет Народных Комиссаров должен быть органом, который будет бороться за интересы народа, за интересы нашей революции.

Контроль над деятельностью народных комиссаров и право снимать их принадлежат Всероссийскому Съезду Советов Рабочих, Солдатских и Крестьянских Депутатов и его Центральному Исполнительному Комитету.

В настоящий момент Совет Народных Комиссаров составляется из следующих лиц:

Председатель Совета—Владимир Ильич Ленин;
Народный Комиссар по внутренним делам—А. И. Рыков;
Земледелие—В. П. Милютин;
Труд—А. Г. Шляпников;
По делам вооруженных сил—Василий Александрович Гайдар;
Народный Комиссар по финансам—А. В. Луначарский;
Народный Комиссар по промышленности—В. П. Ногин;
Народный Комиссар по торговле—А. В. Луначарский;
Народный Комиссар по юстиции—М. М. Соколов (Степанов);
По делам иностранных сношений—Л. Д. Бронштейн (Троцкий);

A 8 de Novembro, o Congresso dos Sovietes proclama a vitória, decreta a paz depois de três anos de guerra imperialista promulga o decreto sobre a terra entregando a terra a quem a trabalha e nomeia o primeiro Conselho de Commissários do Povo, o Governo do novo e primeiro Estado socialista da Terra. Na sua presidência, Vladimir Ilich Ulianov, Lênine

«O camarada Lênine varre o mundo do entulho!» A Revolução rasgava novos horizontes aos povos do mundo!

COMEMORADA EM PORTUGAL A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

A passagem do 59.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro será assinalada no nosso país por uma série de iniciativas que se realizarão por todo o país, durante vários dias, promovidas pela Associação Portugal-URSS.

Participam nas comemorações vinte individualidades soviéticas ligadas à cultura, ciência e técnica, vindas expressamente a Portugal.

No quadro das iniciativas previstas os visitantes soviéticos estarão amanhã, pelas 10h, com o vice-primeiro-ministro, professor Henrique de Barros. Ainda amanhã, pelas 18.30 h, será projectado o filme "Soyuz-Apolo", no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que será comentado pelo cosmonauta Artiukhin. À noite haverá uma sessão pública no Teatro da Trindade que consta de uma sessão solene e de uma sessão cultural.

No dia 8, aquele cosmonauta dará uma conferência no Instituto de Coimbra.

A delegação soviética visitará Viana do Castelo no dia 9, onde será recebida pelo Presidente da Câmara Municipal, estando programada uma visita aos estaleiros daquela cidade.

De regresso a Lisboa, a delegação assistirá, pelas 18.30h, na sede nacional da Associação, à inauguração oficial dos cursos de língua russa.

Da delegação soviética faz também parte o grupo artístico Chevesa, da República Socialista Soviética da Lituânia, que dará uma série de espectáculos em vários pontos do país. Hoje será em Almada, na Sociedade Filarmónica Incrível Almadaense e amanhã em Lisboa, no Teatro da Trindade. No dia seis estarão no Cine Teatro de Portimão e no dia sete em Faro, no Pavilhão Gimnodesportivo.

Castelo Branco, Coimbra, Montijo e Alhos Vedros poderão contar com a presença do grupo soviético respectivamente nos dias 8, 9, 10 e 11, no Cine Teatro Avenida, no Teatro Gil Vicente, no Pavilhão Gimnodesportivo e na Sociedade Filarmónica e Recreativa "A Velhinha". Todos os espectáculos terão início pelas 21.30 h.

Também o Organismo dos Transportes do PCP evocará o aniversário da Revolução Socialista, apresentando amanhã o filme "Lenine em Outubro", às

19h, na sociedade Guilherme Consul, Av. D. Carlos I, n.º 61. A sessão contará com a participação do camarada Domingos Abrantes, do CC do PCP.

No Porto, o 7 de Novembro será comemorado no Pavilhão do Académico, a partir das 16h. A primeira parte será dedicada às crianças que poderão contar com a presença do Barata Moura, da Luisa Basto e de outros artistas. À noite, para além de música, haverá a projecção de dois filmes — um sobre a URSS e outro, em estreia, sobre os comunistas portugueses.

No recinto do Académico haverá uma exposição alusiva à história do nosso Partido, pois que para além de festejar a Revolução de Outubro a festa nortenha tem como objectivo contribuir para o reforço da actividade do PCP no âmbito da preparação para o VIII Congresso.

Ainda no Porto, mas por iniciativa da Associação Portugal-URSS, foi ontem inaugurada, na Biblioteca Municipal, uma exposição fotográfica comemorativa da Revolução Socialista que fornece aos visitantes uma panorâmica da vitória alcançada pela classe operária e pelas massas trabalhadoras da URSS — a vitória do socialismo e do progresso social.

UMA QUESTÃO DE CALENDÁRIO

O facto de se comemorar no dia sete de Novembro o aniversário da Revolução mundialmente conhecida como a Revolução de Outubro causa, naturalmente, confusão a muita gente. A explicação é simples. A Rússia da época possuía então um calendário diferente do existente nos restantes países da Europa, mais concretamente, seguia o chamado calendário gregoriano.

O calendário gregoriano tinha um atraso de treze dias em relação ao calendário romano, seguido na Europa ocidental. Quando, após a Revolução, a Rússia adoptou o calendário romano, a data da Revolução (25 de Outubro, segundo o antigo calendário) passou a ser evocada a 7 de Novembro.



O fascismo convém ser recordado, para que nos saibamos unir ainda mais na luta contra os que o pretendem fazer voltar

HÁ 40 ANOS O FASCISMO ABRIA AS PORTAS DO TARRAFAL—CAMPO DA MORTE LENTA

Quarenta anos após a chegada dos primeiros resistentes antifascistas ao Tarrafal, os sobreviventes do Campo da Morte Lenta reuniram-se na Voz do Operário para um encontro evocativo que teve o apoio da URAP

Os sobreviventes do Tarrafal não querem apolhos nem vinganças. Mas também não querem nem apolhos benevolências suspeitas, inspiradas e levadas à prática por injustiças ultrapassadas.

Querem apenas justiça, uma justiça humana, sem dúvida, mas orientada no sentido da promoção e consolidação da fraternidade entre os homens de bem; uma justiça democrática e socialista.

Para que se acabe de vez a possibilidade de regresso ao passado e de haver um novo Tarrafal — salienta o manifesto distribuído no passado domingo em Lisboa, por sobreviventes do Campo da Morte Lenta, quarenta anos após a abertura daquele campo de concentração fascista. Centenas e centenas de democratas portugueses ali sofreram as mais tenebrosas sevícias cometidas pelo regime salazarista.

Embora velhos, cansados e doentes, continuamos a ser resistentes até ao fim da vida. Resistentes em todos os campos e para o que for necessário, afirmaria Manuel Alpedrinha, no decorrer de um comício realizado na Voz do Operário, comemorativo da chegada dos primeiros resistentes antifascistas ao Campo do Tarrafal, situado na ilha de S. Tiago, em Cabo Verde.

«O MAIOR INSULTO À NOSSA TERRA E À HUMANIDADE»

A par da evocação dos sofrimentos passados no Tarrafal, na sequência dos

quais muitos dos presos vieram a falecer — trabalhos forçados, torturas, falta de assistência médica, má alimentação, provocações constantes dos carcereiros, etc. — esta sessão abordou durante as diversas intervenções aspectos relacionados com a unidade antifascista, com a luta de resistência, e ainda com as tarefas que se colocam presentemente para a defesa e consolidação da democracia, alcançada pelo Povo português em 25 de Abril, após um heróico combate de meio século.

Sobre este último ponto, foram referidos os perigos que põem em causa a estabilidade democrática, derivados de uma política pouco firme no desmantelamento de todas as estruturas do regime fascista, tendo sido igualmente exigido o julgamento e castigo dos elementos da ex-FIDE/DGS.

A sessão, que foi presidida por Piteira Santos, membro do Secretariado da URAP, contou igualmente com a presença, na assistência, de muitos dos sobreviventes do Campo do Tarrafal, entre eles, Carlos Ferreira, Manuel Graça, Pedro Frois, Américo Martins Vicente, Manuel Bolo, Eurico Mateus, Custódio da Costa, António Bizarro, António Dinis Cabaço, José Viegas, José Barata Junior e Aníbal Barata.

Ao abrir a sessão, Piteira

Santos considerou o Tarrafal «o maior insulto à nossa terra e à Humanidade» e sublinhou: «comemoramos alguma coisa que se passou na nossa terra. Não estamos, porém, numa jornada de saudade, mas antes, como combatentes antifascistas e dispostos a entregar o resto da energia que temos para que o fascismo não volte ao nosso País».

JUSTIÇA!

O camarada António Faria Borda, um dos primeiros 150 antifascistas que trouxeram o Tarrafal (o qual seria aberto oficialmente em 29/10/36), por ter participado na Revolta dos Marinheiros, recordou o que foi o campo de concentração criado por Salazar, «símbolo do terror fascista, onde o espectro da morte era o mais fiel companheiro das centenas de revolucionários que ali caíram».

Depois de descrever as condições em que eram obrigados a viver os antifascistas presos no Tarrafal, o camarada Faria Borda apontou como um dos mais «sanguinários» carrascos, o pido Seixas, que presentemente aguarda em liberdade o julgamento. «O que importa — disse mais adiante — é que o Povo, o Presidente da República e os tribunais saibam que

o criminoso que hoje anda à solta não teria vidas para poder pagar, se a sua fosse exigida, os crimes que cometeu».

Noutro passo da sua intervenção, Faria Borda declarou que os sobreviventes do Tarrafal «sentem que têm autoridade moral para pedir o julgamento e o castigo exemplar dos pides, recordando ainda o perigo que representa para a democracia a libertação e ilibação de muitos dos torturadores fascistas.

Na mesa que orientou a sessão tomaram também parte o coronel Vilhena, Guilherme de Almeida, Carlos Ferreira, Tomás de Aquino e ainda os filhos de Paulo José Dias e João Dinis, dois dos muitos presos que não conseguiram sobreviver ao regime infra-humano do Campo do Tarrafal.

O camarada Manuel Alpedrinha, também um dos primeiros democratas a entrar naquele campo de concentração, lembrou a morte de muitos camaradas, tendo denunciado os vários métodos de tortura utilizados pelos tortionários, designadamente, a «frígideira», as espancamentos, o desvio de correspondência, as provocações constantes. Durante a sua intervenção, apelou para a unidade de todos os antifascistas, e salientou a propósito:

«Nós, velhos prisioneiros, levantar-nos-emos, se necessário de armas na mão, para impedir que os fascistas nos barrem o caminho. São estes os velhos prisioneiros que hoje continuam a clamar contra as iniquidades sociopolíticas e económicas do passado, o que os levou à prisão e ainda sobrevivem contra os movimentos reacçãoários que tornam a levantar cabeça; contra a libertação dos tortionários da Pide, cada vez mais dispensados de responder pelos crimes que cometeram».

No início da sessão seriam lidos telegramas enviados pelo grupo parlamentar do nosso Partido e por Rui Luís Gomes, José Morgado e Virgínia de Moura, onde se expressa activa solidariedade para com os ex-prisioneiros e se exige o julgamento imediato dos pides.



DELEGAÇÃO DO KONSOMMOL EM PORTUGAL

“Na URSS, as preocupações de grande parte da juventude não se alheiam das realidades sociais, e nem por isso deixam de ser jovens” — salientaram ao “Avante!” os camaradas soviéticos

“Na última década, a produção aumentou duas vezes e o nosso país vai progredir no próximo quinquénio com o mesmo ritmo de crescimento” — assinalou o camarada Igor Smirnov, responsável pelo Departamento da Juventude Operária do Comité Central do Konsommol (União da Juventude Comunista da URSS) ao referir o papel das novas gerações na construção de um país que de dia para dia se transforma, ultrapassando barreiras e criando a sociedade nova sem a exploração do homem pelo homem.

A delegação da União da Juventude Comunista da URSS que se encontra em Portugal a convite da UEC e da UJC conta ainda com a presença do camarada Valeri Tkachuk, do Comité Central das Organizações Juvenis da União Soviética, e acompanha na deslocação ao nosso país um grupo artístico juvenil.

Nas declarações que prestaram ao “Avante!” os membros do Konsommol manifestaram abertamente a confiança e o empenho da juventude soviética na realização da grande tarefa da construção do socialismo.

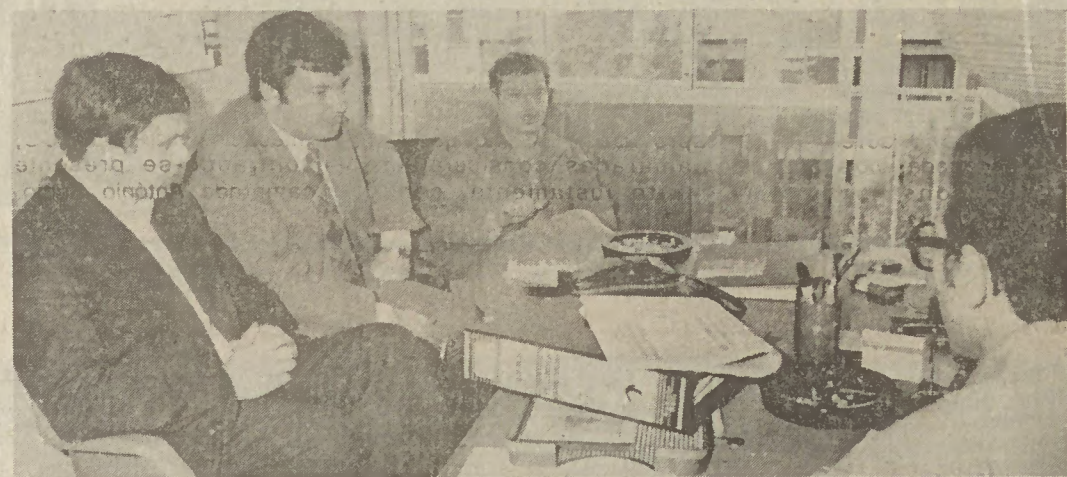
EMULAÇÃO E TRABALHO VOLUNTÁRIO

A este respeito, o camarada Smirnov referia a participação dos jovens soviéticos na realização das tarefas importantes apresentadas pelo XXV Congresso do PCUS, tanto no plano industrial como no agrícola. Pormenorizando, acrescentou:

“O Konsommol teve a iniciativa das 60 semanas de trabalho voluntário para comemorar o 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro e que começou em 13 de Setembro — exactamente 60 semanas antes da comemoração do aniversário. Semanalmente as diferentes organizações darão conta do jovem que mais se destacou nesta emulação, sendo premiado. Cada célula do Konsommol determinará finalmente o vencedor, que terá oportunidade de assinar o relatório do Konsommol dedicado ao aniversário. Os melhores terão oportunidade de visitar a cidade de Leninegrado, berço da Revolução.”

Mas não é só na emulação socialista do trabalho que se revela a juventude soviética, mas também nos trabalhos mais árduos, como acentuou o camarada Smirnov:

“A juventude participa activamente na construção de grandes empreendimentos industriais, caminhos-de-ferro, gasoductos e oleoductos.



A construção da ferrovia Baikal-Amour, com cerca de 3200 quilómetros de extensão e na região mais setentrional da Sibéria vai permitir pela primeira vez uma comunicação fácil com essas regiões. A juventude soviética aposta no futuro. Assim, pela primeira vez na história da República Socialista Soviética Autónoma da Yakutia, uma das regiões mais ao norte, terá comunicação ferroviária com o resto do território da URSS. Isto possibilitará o acesso às imensas riquezas daquela região.”

Considerando uma façanha da juventude que sacrifica uma vida fácil para trabalhar em condições de vida difíceis, onde o gelo é eterno e vivendo em tendas, Smirnov acrescentou que a ferrovia avança e é já um grande êxito hoje. Recordou ainda que se no Plano Quinquenal anterior milhares de jovens tinham aderido ao trabalho voluntário, para o Décimo Plano Quinquenal que agora se enceta cerca de 500000 aderirão, considerando isso “como uma manifestação do alto grau de consciência da juventude sempre pronta a realizar as grandes tarefas e a cumprir as decisões do Partido”.

Por seu turno o camarada Tkachuk abordaria o XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a realizar no verão de 1978, em Cuba. Falando da participação soviética revelou que será realizada na URSS, no próximo ano, o Festival da Juventude Soviética que constituirá uma preparação para o XI Festival. E prosseguiu:

“Em 1977 será o ano do Encontro da Juventude da Europa sobre os problemas do desanuiamento. Esta iniciativa será uma continuação orgânica e uma expressão das decisões do Encontro Internacional da Juventude e dos Estudantes que se realizou este ano em Varsóvia.

“Isto significa que as decisões concretas da Conferência de Helsinquia serão continuadas neste encontro.

Considerou igualmente que

a juventude soviética como todas as juventudes progressistas considera os festivais como uma forma de ter contactos e trocar opiniões com um grande número de organizações juvenis de diferentes regimes políticos. Acrescentou igualmente que no próximo ano será organizado o Comité Preparatório Internacional que integrará várias organizações juvenis que se dedicam à preparação do XI Festival Internacional da Juventude e dos Estudantes.

Por último, referiu que nos encontros efectuados com dirigentes da UEC e da UJC verificou com satisfação que os trabalhos de preparação do Festival ocupavam um lugar

destacado no trabalho destas organizações e que esperava que ele se desenvolvesse com êxito.

Na sua estadia em Portugal, os camaradas soviéticos visitaram a Sorefame, onde contactaram com operários daquela empresa e ainda uma cooperativa agrícola do Alentejo, na qual assistiram à comemoração do primeiro aniversário. Por seu turno, o grupo artístico actuou em Alcochete, Mafra e Alenquer.

Salientando o objectivo desta visita como um reforço no desenvolvimento de contactos entre a juventude dos dois países, o camarada Smirnov não deixou de referir a hospitalidade sincera que por toda a parte onde estiveram se notou.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A delegação do Konsommol Leninista que se deslocou ao nosso país com um grupo artístico juvenil que já actuou em diversas jornadas de convívio, nomeadamente em Lisboa, Alcochete, Mafra e Alenquer, concedeu anteontem na sede da UEC uma conferência de imprensa, no decorrer da qual analisou, entre outros assuntos, a cooperação bilateral e as relações de amizade existentes entre a juventude da União Soviética e de Portugal, a recente Semana da Cultura Portuguesa na URSS, a visita desta delegação ao nosso país e ainda a vida dos jovens soviéticos nos domínios da actividade profissional, ensino, cultura, tempos livres, formação política, etc..

Neste encontro com os jornalistas estiveram presentes os camaradas Igor Smirnov, responsável pelo Departamento da Juventude Operária do Comité Central da União da Juventude Comunista da URSS (Konsommol); Valeri Tkachuk, representante do Comité das Organizações Juvenis da URSS; Yanis

Blums, director do conjunto musical “Minuete”; Pavel Dovgopoli, director do conjunto de danças e cantares da cidade de Voronej (República Soviética Socialista da Federação Russa) e ainda, em representação da juventude comunista portuguesa, o camarada Joaquim Oliveira, membro do Executivo da Comissão Central da UEC.

O camarada Igor Smirnov referiu a dado passo da sua intervenção a hospitalidade sentida pela delegação soviética no decorrer da sua estadia em Portugal, que aproveitou para contactar com trabalhadores da cidade e do campo e com a juventude.

Além de traçar uma perspectiva geral da actividade desenvolvida pelo Konsommol Leninista no plano nacional e internacional, o camarada Smirnov respondeu a diversas perguntas formuladas pelos jornalistas, nomeadamente sobre o Ensino Superior na URSS, e o papel desempenhado pela juventude soviética na liquidação do analfabetismo, logo após

a Grande Revolução Socialista de Outubro.

Sobre a colaboração prestada pela juventude nos trabalhos de preparação dos Jogos Olímpicos, que como se sabe decorrerão em 1980, na União Soviética, declarou:

“Cerca de 6 mil jovens soviéticos de ambos os sexos dirigiram-se às organizações do Konsommol em Moscovo para participar voluntariamente nos trabalhos de construção das instalações desportivas que serão usadas na próxima edição das Olimpíadas. Apesar da preparação dos Jogos Olímpicos ser um processo bastante complexo e difícil, as obras já vão numa fase bastante adiantada. Está ainda prevista a construção de mais estádios cobertos e piscinas.

“No conjunto, já colaboraram na preparação dos recintos e centros de apoio aos Jogos mais de 32 mil jovens, estudantes e trabalhadores-estudantes que, sem prejudicar a sua actividade normal, prestam uma importante ajuda voluntária em favor do país e do desporto”.

SEMANA DE AMIZADE ENTRE AS JUVENTUDES DA URSS E PORTUGAL

Regressou já ao nosso País, vinda da União Soviética, a delegação da juventude portuguesa que, conforme oportunamente anunciámos, participou na 1.ª Semana de Amizade entre as juventudes dos dois países, realizada na República Socialista Soviética da Azerbaidjão.

Organizada pelo Comité das Organizações Juvenis da URSS, a 1.ª Semana de Amizade, que decorreu entre os dias 15 e 21 do passado mês, levou àquele país quarenta jovens trabalhadores e estudantes de diferentes regiões de Portugal, representando o Departamento Juvenil da Associação Portugal-URSS, o Departamento da Juventude da Intersindical Nacional, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, em representação do MEIC, a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, a Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto, a Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia de Lisboa, Juventude Socialista, Juventude do MDP, União dos Estudantes Comunistas, União da Juventude Comunista e ainda um grupo de jovens cantores.

Durante a sua estada a delegação portuguesa visitou várias cidades, fábricas, kolchos e escolas, contactou com autoridades religiosas

e com representantes dos órgãos do Poder soviético local, dos comités locais do PCUS e do Komsomol. A delegação foi ainda recebida pelo Presidente da República do Azerbaidjão — um dos vice-presidentes do Soviete Supremo da URSS — pelo ministro da Cultura e primeiros-secretários do Comité Central do Partido e do Komsomol daquela república soviética.

No final da sua visita as organizações da juventude portuguesa consideraram muito positivos os resultados desta 1.ª Semana de Amizade, pelo contributo que deu para o desenvolvimento das relações entre as juventudes portuguesa e soviética, para a aproximação entre os dois povos, no interesse dos dois países, a favor da paz, da cooperação, da amizade e do entendimento mútuo.

A semana de Amizade, que um dos membros da delegação classificou como uma viva amostra de internacionalismo e dos esforços que a URSS realiza para unificar a juventude na luta contra o fascismo e a reacção, deixou em todos os participantes o desejo de que iniciativas deste género se repitam a favor do alargamento das relações da juventude portuguesa, nos campos da paz, da amizade e da solidariedade com as juventudes do Mundo inteiro.

Com a Democracia para o Socialismo

QUEM VAI AO VIII CONGRESSO

Mil e duzentos delegados vão participar no VIII Congresso do Partido, cujos trabalhos se iniciam no próximo dia 11 de Novembro e se estendem por quatro dias, nas instalações da FIL. Delegados que têm vindo a ser eleitos nas diversas organizações do Partido, como temos dado notícia nas páginas do «Avante!», enquanto que nas mesmas organizações são debatidas as Teses, aprovadas modificações, propostas alterações no sentido de enriquecer esses documentos que o Comité Central apresenta ao Congresso.

Eleitos na proporção de um delegado para cada cem militantes, apenas dez por cento desses delegados o são em virtude das funções que desempenham — os membros do Comité Central e os membros das Direcções das Organizações Regionais e de outros organismos da mesma importância.

Muitos outros milhares de comunistas estarão presentes, como convidados, além de muitos outros democratas de diversos quadrantes e ainda representantes de partidos irmãos, convidados que representarão entidades oficiais e partidos e correntes políticas e de organizações unitárias progressistas portuguesas. Mais de 60 partidos e organizações responderam já afirmativamente ao convite que lhes foi dirigido pelo CC do PCP.

Assim, o MDP/CDE estará presente com uma delegação composta por José Tengarrinha, António Galhorda, Goucha Soares e Marques Pinto, a FSP por Manuel Serra, Paulo Loureiro e Rui Carneiro, o PS por Salgado Zenha, Jaime Gama, Aires Rodrigues e Catanho de Menezes, a IS por José Vicente e José Luís Santos Lima e ainda a LCI por João Carlos Cabral Fernandes e António Cunha Bradão.

Outras organizações democráticas, o MUTI e a Frente Eleitoral Povo Unido confirmaram também a sua presença.

O VIII Congresso do PCP será também uma manifestação de internacionalismo e nele tomarão a palavra alguns representantes de partidos irmãos, sendo impossível, dado a escassez de tempo, que a totalidade das saudações seja lida no decorrer do Congresso.

Entretanto alguns comícios estão previstos em diferentes regiões do país, durante o período do Congresso e logo a seguir a este, comícios em que participarão também delegações estrangeiras.

É a seguinte a lista das delegações estrangeiras cuja presença é possível confirmar:

Partido Comunista da União Soviética, Partido Comunista da Checoslováquia, Partido Socialista Unificado da Alemanha, Partido Comunista Romeno, Partido Comunista Búlgaro, Partido Comunista de Cuba, Liga dos Comunistas da Jugoslávia, Partido Socialista Operário Húngaro, Partido Operário Unificado Polaco, Partido Comunista da Áustria, Partido Comunista Alemão, Partido Comunista da Bélgica, Partido Socialista Unificado de Berlim Oeste, Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre, Partido Comunista da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grã-Bretanha, Partido Comunista da Irlanda, Partido Comunista Italiano, Partido Comunista da Noruega, Partido Suíço do Trabalho, Partido Comunista dos Estados Unidos da América, Partido Comunista Peruano, Partido Comunista da Venezuela, Partido Comunista do Chile, Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Uruguai, Partido Comunista do Japão, Partido Comunista da Índia, Partido Comunista do Iraque, Partido Comunista de Israel, Partido Africano da Independência (Senegal), MPLA, PAIGC, FRELIMO, MLSTP, Partido do Progresso e do Socialismo (Marrocos) e Partido do Trabalho da Coreia. Também a «Revista Internacional», revista teórica e informativa dos Partidos Comunistas e Operários, estará presente, como convidada, no VIII Congresso do PCP.

Nos dias 11, 12 e 13, o Congresso terá duas sessões por dia e, após a sessão de encerramento do dia 14, realizar-se-á um grande comício. Este final permitirá reunir muitas dezenas de milhar de membros do Partido, de simpatizantes e amigos que conhecerão desse modo os resultados do Congresso e poderão festejar a realização dessa importante assembleia.



Aspecto de uma reunião do sector dos «grandes serviços» da DORN do PCP, para discussão das Teses.

No Norte

O trabalho de discussão das Teses para o VIII Congresso e a eleição dos delegados que irão participar nos trabalhos do órgão supremo do Partido Comunista Português mobilizou milhares de militantes da Organização Regional do Norte do PCP. Na última semana, depois de superados alguns atrasos, pôde dizer-se que a Organização do Partido se empenhou denodadamente na preparação do Congresso, dando importância às contribuições para o seu êxito.

Não obstante as dificuldades

sentidas nalgumas regiões onde o exercício das liberdades está condicionado pela acção dos fascistas, todos os delegados foram eleitos em assembleias que, no conjunto, contaram com a participação de milhares de camaradas. Durante as referidas assembleias, foi sublinhado a importância da realização do VIII Congresso que terá inevitavelmente uma poderosa influência no reforço e fortalecimento do Partido e na intensificação da luta popular de massas pela defesa

das conquistas revolucionárias alcançadas e pela construção de um Portugal democrático rumo ao socialismo. Além disso foi feito o apuramento da discussão nos organismos das Teses para o Congresso, as quais foram enriquecidas com centenas de observações, sugestões e propostas de emenda.

Na cidade do Porto, para além da utilização permanente das salas dos vários Centros de Trabalho, houve necessidade de recorrer a instalações de colectividades

populares para possibilitar a realização de numerosas reuniões e assembleias, podendo dizer-se que com uma semana de antecedência já estão em curso os trabalhos do VIII Congresso.

Exprimindo a inabalável unidade dos comunistas e a profunda confiança na direcção do Partido e nos resultados do Congresso foram aprovadas em dezenas de assembleias moções de apoio ao Comité Central e de saudação aos delegados eleitos para o VIII Congresso.

Célula da Sorefame

Que façam um bom trabalho e tragam de lá «algo» que dê ainda mais vida e incentivo à actividade da célula — este o voto expresso por um militante comunista da Sorefame aos seus quatro camaradas eleitos delegados ao VIII Congresso do nosso Partido no plenário de célula realizado naquela empresa.

Convocado para discutir as Teses e eleger os seus delegados, o plenário da célula do PCP na Sorefame reuniu cerca de centena e meia de militantes comunistas — muitos outros camaradas não puderam comparecer por se encontrarem em serviço exterior ou por terem outras tarefas — que durante duas horas apresentaram sugestões, críticas e propostas de alteração, num esforço conjunto de melhorar e enriquecer os textos que, após a aprovação do Congresso, irão servir de base a toda a actividade política do nosso Partido.

As assembleias de célula que precederam o plenário facilitaram bastante o debate, na medida em que a maior parte das camaradas tinham já elaborado as suas propostas que, como se sabe, apesar de serem apresentadas nas reuniões de militantes não necessitam de aprovação, pois podem ser feitas individualmente.

Grande parte das propostas e sugestões que chegaram à mesa reflectiam as preocupações e os interesses dos trabalhadores na melhoria das suas condições de trabalho, nomeadamente no que se refere à formação profissional e no apoio que importa prestar às mulheres trabalhadoras.

Neste sentido, propôs-se que nas Teses constasse a necessidade da criação de departamentos de aperfeiçoamento técnico nas empresas, em especial onde se verificam períodos de inactividade por falta de trabalho, assim como a criação de creches e infantários nas empresas.

Outra proposta de aditamento que teve o consenso de todos os presentes dizia respeito à Reforma Agrária e propunha que nas Teses constasse quais as áreas cultivadas e a produção agrícola antes do 25 de Abril, estabelecendo o paralelo com a situação actual da nossa agricultura.

Um dos pontos que mereceu mais atenção à célula da Sorefame foi, sem dúvida, o referente ao Partido. Neste tema considerou-se pouco desenvolvido o ponto 7.1.4, propondo-se que se salientasse a importância do trabalho dos funcionários do Partido e se desse mais

atenção à sua preparação e, em especial, se atendesse à composição do quadro dos funcionários numa perspectiva qualitativa.

Para além de muitas outras sugestões, de assinalar o aditamento proposto ao ponto 6.9.2, referente à cooperação PCP-PS, em que se considera da maior utilidade a realização de reuniões entre os secretariats e núcleos de

empresa dos dois partidos a fim de discutirem problemas de interesse dos trabalhadores.

No final dos trabalhos o plenário da célula da Sorefame considerou que a discussão não deveria dar-se por encerrada, pois que as Teses constituem uma documentação demasiado importante para serem pura e simplesmente arrumadas «no fundo da gaveta».

Em Loures, Vila Franca de Xira e Cascais

Em três importantes zonas do distrito de Lisboa realizaram-se, no passado sábado, assembleias das organizações concelhias do Partido Comunista Português, com vista à próxima realização do VIII Congresso.

Estas assembleias concelhias culminam, assim, uma primeira fase dos trabalhos com vistas ao VIII Congresso e são a expressão local de centenas de reuniões que as inúmeras células do Partido realizaram e nas quais foram eleitos os delegados ao Congresso, bem como discutidas as Teses apresentadas ao Partido pelo Comité Central.

Com a participação de algumas centenas de militantes comunistas, as assembleias das organizações concelhias de Loures, Vila Franca de Xira e Cascais constituíram verdadeiros plenários dos comunistas locais virados para os grandes

temas focados nas Teses do CC para o VIII Congresso e para os problemas reais e concretos da classe operária e das massas trabalhadoras da região.

Com efeito, os mais importantes sectores de actividade de cada um dos concelhos encontravam-se representados nas assembleias através dos delegados das células que o nosso Partido tem. Delegados que, nas suas intervenções, analisaram criadoramente as Teses, referindo constantemente o trabalho efectuado pelos comunistas, tanto antes como depois do 25 de Abril de 1974.

A Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP realizou-se no pavilhão da Abelheira, na Póvoa de Santa Iria. Contando com a presença de mais de uma centena de militantes, o plenário escolheu os seus delegados ao VIII

Congresso e discutiu as Teses. Nesta discussão, os nossos camaradas de Vila Franca de Xira deram especial importância às duas primeiras: «A Crise do Regime Fascista» e «O Derrubamento da Ditadura e as Conquistas da Revolução».

A assembleia, que foi dirigida pelos membros da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP contou com a participação de delegados das mais importantes células operárias do concelho (OGMA, Eurofil, Cimentos Tejo), bem como militantes das comissões locais do PCP de Alhandra, Póvoa, Castanheira, Alverca, etc.

Entusiasmo idêntico ao que rodeou esta Assembleia caracterizou também a 2.ª Assembleia Concelhia de Loures, realizada em S. Julião do Tojal, igualmente no passado sábado.

Presidiu aos trabalhos

o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, e a sala onde se realizou a reunião encontrava-se repleta de militantes comunistas. No palco onde se encontrava a mesa, um grande dístico saudava o Congresso: «Viva o VIII Congresso». Também o tema do Congresso figurava em grandes caracteres por detrás da mesa que presidia à assembleia: «Com a Democracia, para o Socialismo».

Na discussão e intervenções sobre as Teses, uma viria a entusiasmar ao rubro os participantes. Foi a intervenção de um camarada membro da direcção do organismo concelho para o trabalho camponês, que serviu para que se reafirmasse a fidelidade dos comunistas na defesa e consolidação de uma das mais importantes conquistas da Revolução: a Reforma Agrária.

Nos trabalhos da 2.ª Assembleia Concelhia de Loures participaram, como convidadas, delegações locais do MDP/CDE e da FSP. O Partido Socialista, igualmente convidado, não pôde estar presente, invocando a realização do seu Congresso.

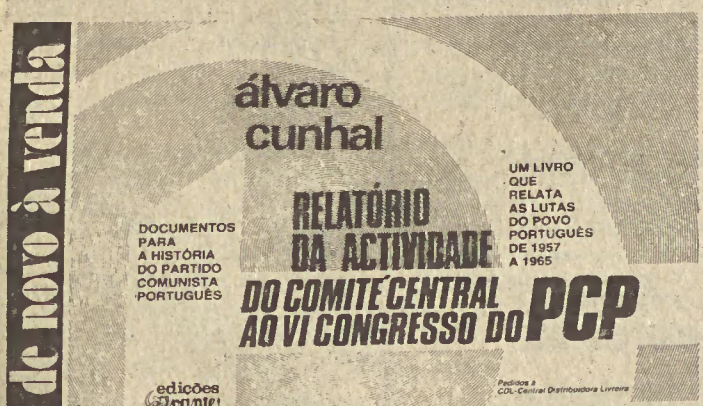
Igualmente no sábado, no Palácio dos Congressos do Estoril, realizou-se a 2.ª Assembleia Concelhia de Cascais. Os trabalhos decorreram durante toda a tarde, com a presença de perto de uma centena de militantes comunistas, representando os vários organismos do Partido naquele concelho.

Discussão das Teses e eleição dos delegados ao Congresso foi também aqui, um motivo para se passar em revista o trabalho desenvolvido pelos comunistas no concelho de Cascais, à luz das Teses do CC para o VIII Congresso.

PREPARATE PARA O CONGRESSO

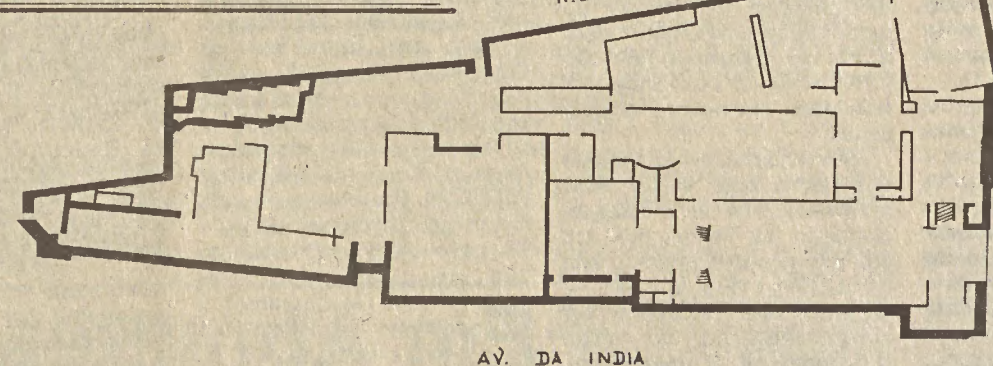
ESTUDA OS MATERIAIS DO PARTIDO

As «Edições Avante!» recomendam a leitura imediata de



O VI Congresso do PCP, realizado no mês de Setembro de 1965, último Congresso na clandestinidade, teve, no processo da Revolução portuguesa, uma influência determinante, porque indicou, por um lado, as tarefas imediatas na luta contra a ditadura e aprovou, por outro lado, o Programa do Partido, definindo as características e os objectivos fundamentais da Revolução.

VIII CONGRESSO - PCP



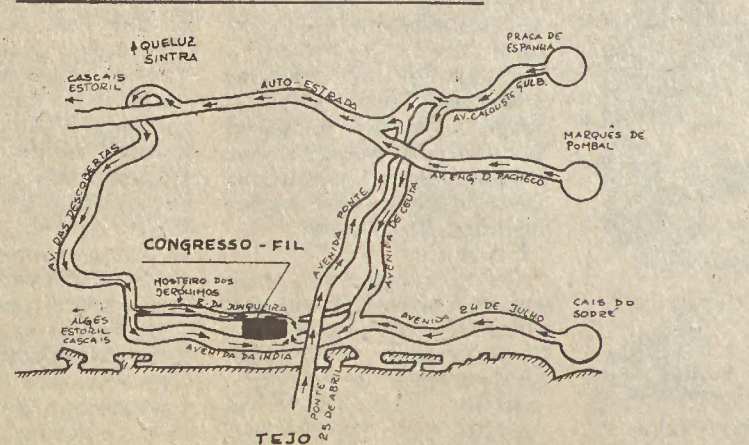
Acessos nos transportes públicos

- Autocarros
- N.º 12 — Caminhos de Ferro — Algés
- N.º 14 — Praça da Figueira — Outurela
- N.º 27 — Areeiro — Restelo
- N.º 28 — Moscavide — Restelo
- N.º 32 — Hospital de Sta. Maria — Restelo
- N.º 43 — Praça da Figueira — Buraca
- N.º 49 — Av. EUA — Belém
- N.º 56 — Areeiro — FIL

● Eléctricos

- 15 — Praça do Comércio — Cruz Quebrada
- 16 — Poço do Bispo — Belém
- 17 — Alto de S. João — Belém

acessos ao congresso



Com a Democracia para o Socialismo

Em Oeiras

Depois de se terem efectuado na zona numerosas reuniões e sessões plenárias nas células de empresa e nas organizações de freguesia do nosso Partido, os comunistas de Oeiras levaram a efeito no passado sábado, na Cel-Cat, a sua 1.ª Assembleia Concelhia — uma grandiosa jornada preparatória do VIII Congresso do PCP.

Caracterizada logo de início por um entusiasmo vibrante e intensa participação, esta Assembleia Concelhia contou com a presença do camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Presentes na mesa que orientou os trabalhos — que decorreram durante todo o dia — o camarada José Casanova, da DORL, e toda a Comissão Concelhia de Oeiras do nosso Partido.

Abrir a sessão, o camarada José Casanova salientou a importância da realização da Assembleia, não só para o próprio trabalho de organização local como para a preparação do VIII Congresso do nosso Partido. Foi, em seguida, aprovada a ordem de trabalhos. Durante a 1.ª parte — presidida pelo camarada Albano Correia — foram feitas intervenções subordinadas, aos temas: **controlo operário, recuperação capitalista e apoio da classe operária à Reforma Agrária.**

No decorrer da segunda parte (presidida por Orlando Gonçalves), as intervenções, seguidas com o máximo de interesse pelos presentes, focaram os seguintes temas: **problemas de organização, frente ideológica, bancas de venda, informação e propaganda, fundos, segurança, juventude comunista, a luta das mulheres, as autarquias, após o 25 de Abril, as próximas eleições para as autarquias locais, movimento popular e trabalho sindical.**

Referindo-se à actividade da Frente Povo Unido no concelho e às eleições para as autarquias locais — um combate que vem mobilizando cada vez mais as energias

e a capacidade criadora dos antifascistas portugueses — o camarada João Ramos, membro do Executivo da Comissão Concelhia de Oeiras, afirmou a dado passo da sua intervenção:

Foram entregues no passado dia 21 as listas «Povo Unido» do Concelho de Oeiras. O facto de termos sido os primeiros a apresentar as listas e os únicos a fazê-lo dentro do prazo previsto dá-nos já uma ideia da capacidade do movimento «Povo Unido» no concelho e do esforço que os camaradas destacados para esta actividade desenvolveram para que tal fosse possível.

Podemos dizer que já hoje se contam por largas centenas as pessoas que participam activamente na batalha das autarquias, que participam na grande tarefa de fazer eleger para os órgãos do Poder local homens e mulheres progressistas que garantam a continuação da luta pela defesa dos interesses da população do concelho de Oeiras.

E mais adiante: **A organização concelhia do nosso Partido teve aqui um papel importantíssimo na aglutinação de democratas de várias tendências políticas, que vão para além dos partidos que compõem a Frente, sabendo unir, num mesmo esforço, pessoas de ideologias diferentes que só os preconceitos anticomunistas insuflados pela reacção, separavam.**

No entanto, são ainda muitas as tarefas que temos à nossa frente.

Há que alargar mais e mais a participação na Frente de todos os que têm interesses comuns conosco. Há que destruir as barreiras que o socialismo e o anticomunismo foram levantando e que impedem, hoje, que as pessoas se juntem e ergam em comum a sociedade mais justa por que lutamos, a sociedade socialista para que aponta a nossa Constituição.

Após um breve intervalo para o almoço, a Assembleia

prosseguiu os seus trabalhos, tendo a camarada Laura Cunha proferido uma intervenção sobre os trabalhos preparatórios do VIII Congresso e sobre a participação da organização concelhia de Oeiras no debate das Teses apresentadas pelo Comité Central do Partido.

As opiniões que logo nos chegaram de que o tempo de que se dispunha era escasso para o estudo e discussão de uma análise tão aprofundada, num momento em que tantas outras tarefas absorventes se colocavam diante de todos nós, mostrou-nos a necessidade de mobilizar a organização para a leitura e discussão das Teses. Das iniciativas então tomadas com esse fim, destacamos:

— Fizemos chegar às células, através dos seus secretários, uma análise das estruturas das Teses;

— Combatemos a ideia entretanto surgida em vários lados de que, tratando-se de um documento do Comité Central, nada mais haveria a acrescentar ou a alterar;

— Apelámos para a participação de todos os militantes na base da sua experiência vivida. O comunicado da nossa Comissão Concelhia de 26 de Outubro, distribuído nas empresas e nos bairros, foi outro aspecto deste esforço de mobilização. Nele se apontava a necessidade de se alargar e melhorar a participação dos militantes na última fase da discussão, apelando para a sua capacidade real de contribuir para o enriquecimento das Teses, afirmaria a camarada Laura Cunha no início da sua intervenção. Depois de salientar que se tratava de ganhar todos os militantes para a ideia de que a discussão é uma das mais importantes, senão a mais importante tarefa da fase preparatória do Congresso, pois a discussão como a votação são a mais elevada expressão do princípio de democracia interna que rege o nosso Partido, aquela militante comunista traçou uma perspectiva da actividade

desenvolvida pela organização concelhia de Oeiras para incentivar a análise e discussão das Teses, tendo revelado que se realizaram 27 plenários de células de empresa e 26 plenários de células de bairro (52 sessões plenárias no conjunto).

Nestas jornadas, disse em seguida, participaram mais de 60% dos nossos militantes. Esta percentagem positiva não pode fazer-nos esquecer que um grande número de camaradas ficou naturalmente menos apetrechado para o firme combate ideológico que temos que travar no caminho que as Teses para o VIII Congresso nos apontam.

No decorrer desta importante intervenção, foi ainda referido que na generalidade, e pelas dificuldades já apontadas, os camaradas orientadores dos plenários tiveram diante de si duas opções: ou ir depressa sem poder aprofundar muito a discussão de forma a que nenhum capítulo ficasse por abordar, ou aprofundar a análise, capítulo por capítulo, acabando por ficar incompleta a discussão. Isto só não sucedeu nos casos em que as intervenções dos camaradas revelaram um bom conhecimento das Teses e proporcionaram avançar rapidamente numa discussão fecunda.

Para avaliar as principais preocupações e dificuldades da nossa organização, pensamos que terá interesse salientar os temas que suscitaram mais vivas intervenções: foram os relativos aos problemas político-militares e ao nosso Partido.

A camarada Laura Cunha afirmou seguidamente que as propostas de alteração surgidas em toda a nossa organização concelhia, até agora, atingiram o número 127. Este resultado parece-nos positivo e revelador do esforço desenvolvido pela nossa organização de forma a dar a sua contribuição para o enriquecimento das Teses.

Acerca do maior ou menor grau de correcção das propostas apresentadas, será pelo maior ou menor número das que forem aceites pelo nosso Congresso que cada um de



Discutamos as Teses preparemos o Congresso

nós poderá ajuizar. No entanto, duas conclusões poderão talvez ser, desde já, avançadas: cada proposta nossa, aceite ou rejeitada, irá contribuir para tornar ainda mais forte e indestrutível a unidade de pensamento e acção de todo o nosso Partido.

A concluir salientou: **O Congresso é de todos os militantes. Com base neste princípio e na ideia de que existiam na nossa organização concelhia numerosas células inactivas e militantes sem tarefas definidas, por motivo das deficiências na nossa organização já aqui apontadas, partimos para a organização da discussão das Teses com a preocupação de trazer às nossas sessões plenárias todos os militantes desligados e enquadrá-los rapidamente na actividade do Partido.**

Se é certo que este objectivo não foi totalmente conseguido, podemos dizer que alguma coisa se conseguiu de positivo. Camaradas que há meses não tinham uma reunião, reataram a sua ligação orgânica ao Partido, encontrando-se alguns deles presentes nesta Assembleia.

O camarada Helder Gomes apresentaria depois os três comunistas delegados ao VIII Congresso do PCP pela Organização Concelhia de Oeiras do nosso Partido.

A intervenção de encerramento foi feita pelo camarada Sérgio Vilarigues, que saudou todos os militantes presentes, salientou a importância do Congresso e analisou o actual momento político.

Em Alpiarça

Vai realizar-se no dia 7 de Novembro, nas instalações da Cooperativa Alfredo Lima, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça do PCP.

Com uma vasta ordem de trabalhos, dividida por duas sessões de carácter distinto, pois a da manhã contará apenas com a presença e participação dos militantes, enquanto que a da tarde é aberta a todos os simpatizantes e à população em geral, esta 1.ª Assembleia será presidida, na sua 1.ª parte, pela camarada Gabriela Pereira Carlos e terá o seu início às 9 horas e 30 minutos:

Uma intervenção do camarada Fernando Oliveira da Comissão Distrital de Santarém, sobre o significado das Assembleias de Militantes e com as saudações da Comissão Distrital, abrirá a primeira sessão, seguindo-se uma saudação da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo (DOROR), lida pelo camarada Francisco Lancinha, daquela Direcção. As intervenções do

camarada Álvaro Brasileiro sobre a Reforma Agrária, do camarada Gabriel Agostinho Feijão sobre o movimento cooperativista em Alpiarça, do camarada António Cavaca Calarão sobre os sindicatos e ainda do camarada Carlos Pinhão da DOROR «Ser Militante do Partido», irão preencher esta sessão que encerrará com a eleição da Comissão Concelhia.

Para a sessão da tarde, presidida desta vez pela camarada Gabriela Fragoço Cortimpau, está prevista a presença do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido, que intervirá sobre o VIII Congresso do Partido e a conjuntura política actual.

A projecção do filme «Lenine em Outubro» e a intervenção da camarada Maria da Piedade Morgadinho, da DORL, sobre «O Carácter Internacionalista da Revolução de Outubro» cujo aniversário se comemora justamente em 7 de Novembro, encerrarão a 1.ª Assembleia dos comunistas de Alpiarça.

Em Abrantes

A Comissão Concelhia de Abrantes do PCP reuniu no dia 25 de Outubro a fim de contribuir com a sua participação para a discussão das Teses ao VIII Congresso.

Os camaradas presentes que já tinham lido os documentos anteriormente encontravam-se aptos a fornecer elementos para uma discussão pormenorizada de vários aspectos das Teses, em que mereceram especial relevo, na parte introdutória, a revolução democrática e nacional, a alteração da correlação mundial de forças, a coexistência pacífica e ainda a confirmação da justeza das previsões e directivas apontadas pelo VI Congresso.

No seguimento da discussão foram feitas referências a outros documentos do Partido, nomeadamente ao livro do camarada Álvaro Cunhal «O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista», e análises demoradamente os pontos 2.4 e 2.6 que dizem respeito ao Controlo Operário e à Reforma Agrária.

Mais pontos foram discutidos, algumas alterações propostas e, finalmente, ficou decidido dedicar mais uma reunião à discussão aprofundada de outros aspectos para os quais o escasso tempo não deu margem.

AS NACIONALIZAÇÕES E O CONTROLO OPERÁRIO

O controlo operário apareceu — afirma-se na Tese «O Derrubamento da Ditadura e as Conquistas da Revolução», no parágrafo 4 — no decurso do processo revolucionário, como iniciativa da classe operária e das massas trabalhadoras, para ocorrer à necessidade imperiosa de defender a democracia, as actividades económicas, o próprio emprego.

E as nacionalizações? Apareceram — afirma-se no parágrafo 5 da mesma Tese

— como resultado do processo revolucionário e da agudização da luta de classes que opunha os grupos monopolistas à Revolução portuguesa.

Depois do 25 de Abril e após um primeiro período de surpresa e desorientação, seguido de uma certa esperança no futuro, pelas promessas que lhes foram dadas pela burguesia liberal, os monopolistas e seus representantes passaram ao ataque directo à Revolução

Defender as nacionalizações e o controlo operário

A realidade — hoje ameaçada pela recuperação capitalista, mas que as massas trabalhadoras estão firmemente dispostas a defender — é esta: mais de 140 mil trabalhadores trabalham actualmente em empresas nacionalizadas, enquanto 60 mil trabalham em empresas sob intervenção estatal; o número destas últimas eleva-se a 260; há ainda a considerar 700 cooperativas formadas a partir de empresas capitalistas; finalmente, calcula-se que o sector público congrega no seu conjunto mais de 14 por cento dos trabalhadores assalariados e corresponde a 44 por cento da formação bruta de capital fixo.

O poder económico dos grandes grupos monopolistas foi, também praticamente, liquidado. As massas trabalhadoras demonstraram, ao longo do processo de liquidação dos monopólios, um grande poder de organização e uma enorme capacidade criadora.

Lá, onde intervieram directamente nas suas empresas, estas foram salvas da falência e da ruína para onde tinham sido lançadas pelo patronato reacçãoário. Assegura-se postos de trabalho, aumentou-se, em muitos casos, a produção. As condições de trabalho foram substancialmente melhoradas por esta firme intervenção dos trabalhadores.

A actual situação política caracteriza-se pela resistência da classe operária contra as tentativas desenfreadas de recuperação capitalista, contra as tentativas do patronato reacçãoário recuperar os seus antigos privilégios de exploração.

Mas acentuadamente desde o VI Governo Provisório e, abertamente, com o Governo minoritário do Partido Socialista, as forças da direita e do patronato reacçãoário empreenderam um vasto processo de recuperação das posições perdidas, atacando as nacionalizações, tentando

regressar às empresas de onde foram saneados, tentando recuperar aquelas outras que pura e simplesmente abandonaram.

Antes do 25 de Abril e exploravam desenfreadamente as massas trabalhadoras; depois, realizaram a sabotagem da economia para liquidarem a democracia; agora tentam a recuperação capitalista para liquidarem a democracia e impedirem o socialismo.

E tudo isto porquê? O parágrafo 2.5.3 da Tese «O Derrubamento da Ditadura e as Conquistas da Revolução» dá-nos a resposta: **Todas estas modificações radicais na apropriação dos meios de produção criaram uma situação completamente nova na economia nacional, estabelecendo uma ampla base para a reconstrução e o desenvolvimento da economia portuguesa rumo ao socialismo.**

Defender as liberdades combatendo a recuperação capitalista

A recuperação capitalista, já o compreenderam as massas trabalhadoras, é um perigo para a democracia. Por isso, combater a recuperação capitalista é defender a democracia. É, mais do que isso, reforçar a luta por um desenvolvimento económico orientado para o socialismo, conforme aponta o ponto 4.4.3 da Tese «O Regime Democrático e os Perigos Actuais».

Também segundo essa mesma Tese, no ponto seguinte, a regulamentação do controlo operário, segundo as ideias do PPD e do Governo PS, visa a sua liquidação.

Toda esta situação impõe que se tomem medidas urgentes para que o regime democrático seja salvaguardado. Conforme acentua o parágrafo 5.4.1 da Tese «As Medidas que se

e suas conquistas. Contaram com o apoio do imperialismo seu associado.

Fugiram para o estrangeiro com o dinheiro do Povo, abriram falências fraudulentas, desviaram fundos, retiraram máquinas, esgotaram estoques, sabotaram a economia, participaram, financiaram e encorajaram actos de agressão à democracia.

Conforme se afirma no parágrafo 5 da Tese que temos estado a citar: **A sabotagem económica levada a cabo pelos grandes capitalistas, as irregularidades e fraudes que continuaram cometendo, as ajudas dadas à reacção e o comprometimento nas conspirações e tentativas de golpes contra-revolucionários precipitaram o processo, confirmando a tese do PCP segundo a qual a liquidação definitiva do fascismo exigia a liquidação do poder económico dos grupos monopolistas.**

Se a luta antimonopolista ganhou corpo e, no essencial, cumpriu a sua função, o mesmo não se pode dizer da luta anti-imperialista, uma vez que os monopólios estrangeiros e as multinacionais continuam detendo as suas posições, prosseguem a sua política de exploração de mão-de-obra portuguesa, conservam grande parte dos privilégios que o fascismo lhes ofereceu, tentam intervir na vida interna do nosso povo e do nosso País no sentido de impedir a consolidação da democracia rumo ao socialismo, lutam pela recuperação do poder dos monopolistas seus associados.

Impõem, a saída das dificuldades económicas é inseparável da defesa, consolidação e progresso das grandes conquistas da Revolução: as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.

As empresas nacionalizadas constituem neste momento uma das pedras basais para a reanimação económica e financeira, desde que a sua actividade seja planificada. Também as empresas sob intervenção estatal, muitas das quais com controlo operário ou gestão pelos trabalhadores, dão ou podem dar um contributo decisivo na reanimação económica, no aumento da produção e no desenvolvimento.

Para isso, há que consolidar o controlo operário. São de rejeitar todas as tentativas de regulamentação que mais não representem do que tentativas de o transformar em instrumentos do patronato, de tecnocratas conservadores ou de burocratas ao serviço do partido no Poder, segundo salienta o parágrafo 5.3.4 da Tese «As Medidas que se Impõem».

A política Industrial — afirma o parágrafo 5.4.3 da mesma Tese — tem de ter em conta a diferenciação da dinâmica económica nos vários sectores.

A recuperação capitalista está na ordem do dia da actuação das forças reacçãoárias, dos monopolistas liquidados, dos partidos burgueses. Mas na ordem do dia das massas trabalhadoras está a luta contra a recuperação capitalista. As nacionalizações e o controlo operário são conquistas irreversíveis das massas trabalhadoras, a liquidação do poder dos monopólios constitui já um acto histórico e revolucionário da luta do Povo português.

Por isso, os grandes capitalistas associados ao imperialismo e as forças da direita e da reacção encontrarão pela frente, lá onde atacarem, as massas trabalhadoras firmes e unidas, organizadas e confiantes, prontas a garantirem que o poder dos monopólios não volte a oprimir e a explorar o Povo português, o que é o mesmo que dizer: **dispostas a enfrentar a ameaça e impedir o regresso do fascismo.**

Célula dos professores

A célula dos professores comunistas de Lisboa promoveu na passada semana, no Centro de Trabalho de Alcântara, uma importante reunião plenária no decorrer da qual foi feito um balanço do trabalho de discussão das Teses apresentadas pelo Comité Central, tendo sido eleitos três delegados, dois em representação do Ensino Secundário e um em representação do Ensino Primário, Particular e Pré-Primário.

Antes de se iniciar o debate sobre as Teses, os elementos presentes na mesa denunciaram vigorosamente os objectivos de um denominado «Encontro Nacional» de Professores promovido pela Reunião Nacional Executiva. A propósito deste assunto, os elementos que apoiam a orientação sindical «Unir os Professores, Organizar o Sindicato, Transformar o Ensino», divulgaram um comunicado onde se salienta a dado passo:

A nossa Direcção Sindical e os Executivos Nacionais devem ter ideias muito peculiares do que deve ser um Encontro Nacional e da forma de o regulamentar. Com efeito, no projecto de regulamento distribuído na última reunião preparatória, previa-se nem mais nem menos a «vinculação nacional» (ponto 2.5),

a autonomia zonal para a definição de critérios de representatividade (3.1) e a aprovação de documentos já elaborados e discutidos (2.4) (onde estão eles!...).

E mais adiante: **Esta regulamentação é sintomática. Mas as nossas ideias sobre o assunto são diferentes e obedece a uma preocupação fundamental: um Encontro Nacional com este âmbito e competência deve, pelo menos, preencher os seguintes requisitos mínimos:**

a) Intervenção organizada dos professores na discussão e elaboração dos documentos a apresentar ao Encontro;

b) Eleição de delegados na base de princípios rigorosos e objectivos definidos que tenham em conta: representatividade e proporcionalidade por sector, escola e zona sindical; vinculação a princípios previamente definidos nos locais de trabalho;

c) Regulamentação apropriada e amplamente discutida nos NSB;

d) Calendário que tenha em conta a correcção do processo a desenvolver e o organize em termos de tempo (fases de trabalho intermédias e fixação da data limite).

Depois de sublinhar que, de momento, nenhuma destas condições se encontra preenchida, o documento afirma que, assim, este «Encontro Nacional», e realizar no próximo fim-de-semana, apenas poderá deliberar sobre aquilo que a classe já discutiu e tem posição definida: a questão das colocações e o problema do desemprego no ano lectivo em curso. Nada mais!

E a concluir: **Os professores que apoiam a orientação sindical «Unir os Professores, Organizar o Sindicato, Transformar o Ensino», alertam, pois, todos os colegas para os perigos inerentes às decisões da RNE. Que todos os**

professores debatam estas questões nos seus NSB, repudiando este «Encontro» fantoche e exigindo a preparação séria de um verdadeiro Encontro Nacional sobre o Estatuto da Carreira Docente.

Com a sala José Dias Coelho repleta de militantes, a reunião prosseguiu com informações sobre gestão democrática e trabalho de agitação e propaganda. A ordem de trabalhos aprovada dividiu a reunião em três partes: balanço da discussão já efectuada das Teses, debate das questões apresentadas nas Teses sobre Ensino e eleição dos delegados e convidados ao Congresso.

Durante a primeira parte referiu-se que se tinham promovido anteriormente 12 reuniões que mobilizaram apenas 45 por cento da célula, tendo sido sublinhada a necessidade urgente de intensificar o trabalho de mobilização e de chamar para a luta os camaradas que não têm vindo a participar na actividade desenvolvida pela célula.

Mais adiante, foi anunciado que até à data tinham sido apresentadas 41 propostas de alteração às Teses, que, na sua esmagadora maioria, são complementos ao texto. Depois de referido os condicionamentos de tempo que rodearam a análise das Teses, os professores comunistas presentes na sessão afirmaram que as questões mais debatidas no decorrer das reuniões foram entre outras a crise político-militar, guerra colonial, processo de descolonização, o Partido, a frente ideológica, o trabalho de informação e propaganda, as conquistas da Revolução, a igreja e o processo democrático e a queda do regime fascista.

No capítulo das Medidas de Emergência foi proposta a abertura de um novo ponto, tendo os camaradas chegado ainda à conclusão que a questão do Ensino não vem suficientemente desenvolvida no texto das Teses, especialmente no ponto 5.5.7.



Discutamos as Teses preparemos o Congresso

Com a Democracia para o Socialismo

O PCP e as questões do Estado e do poder no processo revolucionário português (II)

E, colocando em imediato segundo lugar a necessidade de liquidar definitivamente o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento geral o PCP defendia, na sua Plataforma de Emergência então aprovada, o saneamento geral do aparelho de Estado, a reorganização das forças militarizadas e policiais e a reorganização de serviços, eliminando os hábitos do burocratismo parasitário criado pela ditadura fascista. ⁽²⁾

Referindo-se à Plataforma de Acção Imediata e nomeadamente a este aspecto, o camarada Álvaro Cunhal afirmaria em Aveiro:

Alguns perguntam se, depois do 28 de Setembro, se põe em dúvida a consolidação das liberdades e a força do Estado democrático de forma a pôr assim como prioritária uma tal tarefa.

Com o 28 de Setembro reforçou-se pois a ordem democrática reforçou-se o Estado democrático, consolidaram-se as liberdades.

Seria entretanto profundamente errado interpretarmos a tranquilidade da vida social e política como significando que a reacção está definitivamente batida, que se deu por vencida e que aceita sem mais resistência a instauração de um regime democrático.

E, mais adiante:

Nos primeiros cinco meses, após o 25 de Abril, tivemos um poder político cheio de contradições e de conflitos internos, um poder em que pessoas da mais alta responsabilidade, como o próprio Presidente da República, general Spínola, e os três generais da Junta, entravam em choque constante com o Governo Provisório e as forças democráticas e constantemente procuravam contrariar a democratização e a descolonização.

Desde o 28 de Setembro — designado como novo Presidente da República, o general Costa Gomes, renovados o Conselho de Estado e a Junta de Salvação Nacional com oficiais do Movimento das Forças Armadas, substituído o ministro da Comunicação Social, reforçado o papel dos partidos democráticos e do movimento popular — temos um poder mais homogêneo, mais capaz de atacar os problemas, mais identificado, no projecto comum de instaurar em Portugal um regime democrático escolhido pelo próprio povo. ⁽³⁾

Um passo importante e decisivo é dado quando o PCP, o PS, o PPD e o MDP/CDE divulgam um comunicado conjunto em que anunciam o acordo chegado acerca do preenchimento das autarquias locais.

A destruição do poder económico dos monopólios e a agudização do problema do poder político

Com o 11 de Março a reacção tenta novo ataque ao processo revolucionário, desta feita com um putch militar. Diferente na sua execução final das ofensivas anteriores, o 11 de Março teve contudo, como se escreve nas Teses, uma preparação política semelhante: ofensiva conjugada, multiplicação dos actos de sabotagem, agudização artificial dos conflitos sociais pelo patronato e grupos esquerdistas, anúncio de soluções económicas pelo grande capital, desencadeamento de campanhas de alarmismo e de diversão através de órgãos da comunicação social, criação de um ambiente de desordem e de intranquilidade. Os objectivos eram também os mesmos no essencial: estado de sítio, dissolução do MCF, repressão do movimento operário, começando pelo PCP e os sindicatos, liquidação da jovem democracia, congelamento da descolonização e instauração de uma nova ditadura fascista. ⁽³³⁾

Com a vitória do 11 de Março, um importante passo foi dado: com as nacionalizações liquidou-se o poder económico dos monopólios: estava aberto o caminho para o socialismo. Por outro lado, a constituição do Conselho da Revolução conduz a uma nova clarificação dos órgãos do poder político na sua componente militar. Finalmente, a remodelação do Governo trouxe maior operacionalidade a esse órgão do poder.

Referindo-se às alterações verificadas, o camarada Álvaro Cunhal declararia, a 27 de Março, no comício do Pavilhão dos Desportos: A criação do Conselho da Revolução e a remodelação do Governo Provisório com a entrada do MDP/CDE constituem sérios êxitos e um reforço do poder das forças da democracia e do progresso social. E, depois de apontar o elemento negativo constituído pela presença no Governo do PPD, partido cuja hostilidade ao MFA e ao processo revolucionário fora mais que demonstrada, o camarada Álvaro Cunhal apontava como objectivos fundamentais da batalha política a formação e consolidação de um poder democrático ao serviço do povo e a construção do Estado democrático. ⁽³⁴⁾

O PCP coloca a questão da necessidade de um poder revolucionário

Seria contudo a 28 de Junho que, pela voz do seu secretário-geral, o PCP iria colocar com toda a clareza o problema fundamental do poder político, da sua organização e da questão do Estado:

Para que uma revolução seja realizada com sucesso não basta um programa revolucionário. É necessário um poder revolucionário capaz de pôr em prática esse programa.

Um dos problemas centrais da revolução portuguesa no momento actual é a questão da formação e estruturação de um poder político em condições de realizar o programa definido. Temos um programa revolucionário cujas grandes linhas foram novamente confirmadas no Plano de Acção Política recentemente aprovado no Conselho da Revolução. Necessitamos de um poder revolucionário que o aplique.

Mas para que estas medidas (as nacionalizações e a Reforma Agrária) sejam efectivamente levadas à prática, para que o processo prossiga, é necessário um poder político menos contraditório, mais unido, mais identificado na sua totalidade com o programa e mais empenhado na sua realização.

Têm as forças revolucionárias capacidade para formar um tal poder? A revolução prosseguirá vitoriosamente. Se não fossem capazes de o formar, entrar-se-ia a breve trecho num impasse pondo em risco a própria revolução.

No actual momento político, duas grandes tarefas políticas necessitam de ser consideradas com prioridade: a construção de um Estado democrático e a defesa da ordem democrática.

O Estado sofreu já desde o 25 de Abril importantes transformações, designadamente no que era o aparelho corporativo e nas Forças Armadas.

A situação não é porém geralmente satisfatória. Não só se mantêm em funções e em sectores chaves antigos funcionários reaccionários ou venais, como a própria orgânica estatal que foi construída para servir a política dos monopólios se mantém praticamente intacta e é completamente inadequada para aplicar a política da revolução portuguesa.

Nada é mais perigoso do que definir uma política sem ter força nem meios para aplicá-la. O facto é que actualmente a política definida não tem em geral um aparelho de Estado capaz de pô-la

A respeito das autarquias afirmam as Teses que a **libertação das autarquias locais do domínio fascista constitui um aspecto essencial para a democratização do aparelho de Estado.**

Apesar da prolongada resistência da reacção e de certas autoridades, a gestão da maior parte das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia foi confiada a democratas através de grandes acções de massas, em concentrações, plenários e eleições directas realizados no próprio processo de luta.

A libertação das autarquias é a actividade que nelas foi desenvolvida ulteriormente constitui uma grande vitória das forças democráticas e um factor de grande relevo na luta pela defesa e consolidação da democracia. ⁽³¹⁾

Mais uma vez, contudo, a iniciativa coubera às massas populares em aliança com o MFA pois, como o próprio comunicado reconhece, a maioria das câmaras e Juntas de Freguesia encontravam-se já saneadas. Uma semana depois da publicação do comunicado, a 30 de Novembro, o camarada Álvaro Cunhal afirmaria em Aveiro:

Não concordamos com a opinião segundo a qual são de condenar as intervenções dos trabalhadores no saneamento, as decisões dos trabalhadores acerca do saneamento, segundo a qual essas intervenções e decisões têm tido um papel negativo.

Qual verdade é que milhares de fascistas teriam continuado em cargos de responsabilidade em todo o aparelho de Estado, nas autarquias, nos postos mais responsáveis da vida económica e social, nas instituições mais variadas, se não fosse a acção corajosa dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas, exigindo o saneamento e, em muitos casos, obrigando ao saneamento ou levando-o à prática por sua própria decisão.

Deve-se em parte decisiva à acção popular a obra indispensável de saneamento, importante aspecto da consolidação e reforço do aparelho de Estado.

Em muitos casos em que a rotina, a inércia, a força do hábito, as amizades pessoais, os compromissos, teriam mantido em posições-chave elementos que, na esfera da sua acção, sabotariam a política democrática, os trabalhadores, as massas populares decidiram e decidiram bem correr definitivamente com fascistas e reaccionários.

Não pode institucionalizar-se tal forma de decisão, mas ninguém pode negar o papel altamente positivo que tem desempenhado. ⁽³²⁾

em prática, antes encontra numerosas vezes a resistência activa ou passiva, o desinteresse, a inoperância, a perseguição do aparelho estatal inadequado e de numerosos funcionários que ocupam postos de chefia, mas permanecem hostis ao curso político actual.

Tem havido remodelações e criação de serviços. Mas é toda a concepção do aparelho de Estado e todo o seu funcionamento que carecem de ser revistos. As conclusões do Conselho da Revolução no seu Plano de Acção Política são a este respeito de grande alcance.

Para a construção de um Portugal democrático, para a construção do socialismo, é necessário um Estado democrático com uma orgânica correspondente às tarefas que lhe cabem e com gente que trabalhe e sirva a revolução. ⁽³⁵⁾

Os esforços para estruturação do poder e os equívocos do “poder popular”

A definição das formas do poder político revolucionário defrontou contudo dificuldades que, sendo consequência da permanente ofensiva reaccionária, residem também na própria heterogeneidade das componentes do processo revolucionário.

A 8 de Julho, a Assembleia do MFA toma diversas decisões que a Comissão Política do CC refere em nota onde afirma:

O PCP sublinha particularmente a grande importância das conclusões e decisões da Assembleia do MFA relativas à perspectiva de concretização orgânica da aliança Povo-MFA.

2. A valorização do movimento popular e o esquema da sua institucionalização como força de capital importância na actual etapa e no Portugal futuro confirma uma linha revolucionária que vence as tentativas e as resistências da reacção e do conservantismo e que faz prosseguir o processo revolucionário.

A definição de formas de organização do movimento popular, marcando linhas gerais do seu desenvolvimento e da sua evolução têm um extraordinário alcance para a consolidação do processo revolucionário e a definição da estrutura do futuro Estado democrático e socialista. ⁽³⁶⁾

A definição da forma a assumir pelo Estado democrático cuja necessidade o PCP tão insistentemente apontou defrontou, contudo, enormes dificuldades.

Ao nível das forças democráticas civis, a política direitista do PS arrastava-o imparavelmente para perspectivas eleitoralistas que não ultrapassavam o quadro da democracia burguesa que não correspondia já ao quadro económico de Portugal.

Na componente militar, a influência esquerdista causava desvios da maior gravidade, não só no campo organizativo geral, como — no que às questões do poder e do aparelho de Estado se referia — pela divulgação das «teorias» do «poder popular» que ganharam nomeadamente alguns oficiais do COPCON.

A “teoria” do “poder popular”, tal como foi veiculada pelos grupelhos verbalistas assentava na realidade em dois erros básicos: por um lado, supor que as organizações unitárias de base, constituídas sob plataformas extremamente amplas e viradas para problemas específicos e directos podiam exercer uma acção de poder político ao nível superior do Estado. Para além do culto do espontaneísmo característico do verbalismo pequeno-burguês, esta concepção que tende a diminuir o papel das organizações políticas dos trabalhadores e o seu papel como elementos de exercício do poder político, radica-se exactamente na incapacidade dos grupelhos esquerdistas de criarem organizações políticas efectivamente implantadas no povo e nas classes trabalhadoras, nomeadamente na classe operária.

Simultaneamente, é o próprio papel de vanguarda dos trabalhadores e da classe operária no processo revolucionário que a teoria põe em causa, uma vez que se sobrevaloriza organizações constituídas em bases de enquadramento muito amplas, em detrimento das organizações mais evoluídas da classe operária.

O isolamento dos grupúsculos políticos esquerdistas e a sua fraca representatividade leva-os assim a uma sobrevalorização das organizações unitárias de base (comissões de moradores, comissões de trabalhadores, etc.), com vista a tentarem ultrapassar os partidos existentes e efectivamente implantados, nomeadamente o PCP.

A ruptura verificada entre os dois principais partidos políticos democráticos — o PCP e o PS — facilitou extraordinariamente

esta manobra que se prolongou nos esforços de divisão nas próprias organizações de base, bem como nos sindicatos, onde grupelhos por um lado, e PS por outro, tentavam obter uma hegemonia que compensasse a sua debilidade própria, acabando por negar a própria função unitária de base de tais estruturas e sem, naturalmente, lhe proporcionarem quaisquer condições para desempenharem um papel que lhes não cabe.

O projecto de Constituição do PCP e a correcta definição de um Estado revolucionário

Por outro lado, a “teoria” do “poder popular” ignorava por completo a própria especificidade da componente militar do processo revolucionário. Transpondo o seu basismo demagógico para a estrutura militar, os esquerdistas tentaram substituir o MFA por “organizações de base” às quais pretendiam imprimir uma dinâmica própria, naturalmente sob o controlo e influência das suas palavras de ordem aventureiristas e irrealistas. Arrastando alguns oficiais do MFA para estas posições, os esquerdistas contribuíram assim largamente para as rupturas no próprio MFA, ao mesmo tempo que lançavam os germes da indisciplina e da desorganização em unidades militares que se tornaram perfeitamente inoperantes.

A existência do MFA como órgão de poder político constituía e constitui um elemento essencial do processo revolucionário e a sua dinâmica própria havia de ser encontrada no respeito da sua própria originalidade e especificidade, numa evolução harmoniosa dentro do quadro da aliança com o movimento popular de massas.

O anticomunismo dos grupelhos esquerdistas fez assim coro com o anticomunismo das forças reaccionárias, afirmando-se ou de forma clara ou através de um “apartidarismo” que a mais não conduziria do que ao desarmamento do movimento popular e das classes trabalhadoras das suas estruturas políticas mais evoluídas, os seus partidos políticos.

Com a “teoria” do “poder popular” e o esforço que fizeram para na sua base mobilizarem os oficiais do MFA que influenciavam para uma acção que fugia do quadro da aliança entre o MFA e o movimento popular, os esquerdistas pretendiam ultrapassar politicamente os partidos para compensarem as suas debilidades. Para além do resultado negativo que poderiam ter conseguido ao virarem organizações de base contra partidos políticos (estruturas que fazem parte do movimento popular) prejudicando assim a unidade de uma das componentes do processo, o projecto esquerdista de fazer “andar” a componente militar mediante o “apoio” de apenas uma parte — que ainda por cima não era a mais poderosa ou decisiva — da componente popular contribuiu para a divisão do MFA, para as perspectivas aventureiristas de alguns dos seus sectores e dificultou uma correcta compreensão na corrente militar dos problemas do poder e do Estado.

A concepção de que as organizações de base constituíram um poder paralelo ao do próprio Estado existente, sendo o objectivo da “revolução” fazer a mudança do poder, constituiu um erro monumental que confundiu e confunde muitas ideias. A base da constituição estrutural revolucionária do poder do Estado não residia na “legitimação”, na “entronização” enquanto poder de estado dos organismos populares de base, mas sim na dinâmica da aliança das duas componentes do processo e no respeito pela sua independência e evolução conjunta.

A crise dos órgãos do poder e a derrota da esquerda militar

Entretanto, ao nível do poder real e da situação concreta, a crise desenhava-se com toda a nitidez.

Mantendo uma grande parte do País e do aparelho de Estado sob o seu controlo — afirmam as teses — (...) — as forças da reacção conservam fortíssimas bases para desenvolverem a luta contra o processo democrático. ⁽³⁹⁾

E, mais adiante: As divisões, conflitos e rupturas surgidas no campo democrático tornaram possível uma grande e bem sucedida ofensiva da reacção contra as forças revolucionárias mais consequentes. ⁽⁴⁰⁾

As rupturas surgidas quer no MFA quer no movimento democrático conduziram, com efeito, à paralisação dos órgãos do poder político (governo e MFA).

Após as eleições para a Assembleia Constituinte (que introduziram, conforme assinalam as teses, no processo revolucionário uma nova dinâmica, a dinâmica eleitoral que, dada a ausência de liberdades em vastas zonas do País, entrou em conflito com a dinâmica revolucionária ⁽⁴¹⁾), o PS enveredou decididamente por uma política de direita que já vinha a anunciar, nomeadamente desde a questão da unidade sindical.

Ao nível dos órgãos do poder, para além de uma actividade objectiva de paralisação do funcionamento do Governo e de entraves ao saneamento do aparelho de Estado nos ministérios que controlava, o PS, aliado aos partidos da direita reaccionária, pretendeu introduzir a Assembleia Constituinte no panorama dos órgãos do poder político, exigindo alterações no Governo e no Conselho da Revolução de acordo com os resultados eleitorais e pretendendo atribuir — contra o Pacto que havia sido assinado — poderes legislativos e políticos à Assembleia Constituinte.

Com o abandono dos ministros do PS e do PPD do IV Governo Provisório, a crise ao nível do poder político agravou-se com a paralisação de um dos seus órgãos.

A 27 de Julho, a Comissão Política afirma que a situação actual põe à Revolução a tarefa de criar um poder e um governo operativos, com autoridade, assegurando a iniciativa, o dinamismo e a disciplina dos departamentos do Estado e expressando a aliança Povo-MFA. ⁽⁴²⁾

Contudo, a 8 de Agosto, face à constituição do V Governo Provisório, nova nota da Comissão Política adverte que a formação do novo governo é um importante passo para a resolução da crise, mas não resolve todos os seus aspectos.

A crise actual abrange as estruturas do poder político no seu conjunto, a economia, o processo de descolonização, a sua superação exige uma política global e os instrumentos operativos para a sua aplicação.

No plano político, além da formação do Governo, a solução da crise exige a solução mais geral de todo o problema do poder político.

É visível para todo o Povo a urgência do reforço do MFA como movimento progressista revolucionário e das suas estruturas de direcção como órgãos de poder. Se isso não fosse feito, o MFA caminhará para a sua diluição no conjunto do corpo militar, onde existe ainda um forte peso conservador. A reacção alcançaria o que tem sido um dos seus objectivos principais desde o 25 de Abril e a Revolução ficaria sem uma das suas linhas de defesa essenciais. ⁽⁴³⁾

O inadiável mas sempre adiado reforço e operacionalidade do poder político

Dois dias mais tarde reuniu o Comité Central, perante o qual o camarada Álvaro Cunhal fez uma importante e pormenorizada exposição:

A criação de um poder político revolucionário passava pela unidade das forças democráticas e pela unidade e operacionalidade do MFA e dos seus órgãos dirigentes.

Quanto ao Estado e à sua orgânica, conforme o PCP já definira no importantíssimo comunicado do Comité Central de 26 de Janeiro teria que reflectir, ao nível das instituições, as particularidades da situação e do processo revolucionário em Portugal. Designadamente, é indispensável que apareça institucionalizado o que por tempo difícil de determinar será o eixo social e político da democracia — a aliança Povo-Forças Armadas. ⁽³⁷⁾

Seria aliás este o princípio que o PCP defenderia na Assembleia Constituinte através do seu projecto de Constituição. Na sua intervenção sobre os princípios fundamentais do Projecto e no que se refere ao Estado, diria na Assembleia o camarada Carlos Brito:

A base social deste Estado, diz o Artigo 4.º, encontra-se na unidade e aliança da classe operária, de todos os trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e de outras camadas sociais interessadas no avanço do processo revolucionário.

A unidade social e política do proletariado e a sua aliança com o campesinato e outras camadas sociais antimonopolistas foram e são tão amplas, sob o fascismo e após o seu derrubamento, que se exprimiram no nosso País da forma realmente original referida no Artigo 4.º: a aliança entre o Povo e as Forças Armadas, pela qual o principal instrumento armado de dominação dos monopólios se virou contra ela.

(...) No Artigo 5.º, e aliás em todo o projecto da Constituição é dado precisamente grande relevo constitucional à aliança entre o movimento popular de massas e o Movimento das Forças Armadas como base política do regime democrático, motor do processo revolucionário, assegurando o seu desenvolvimento pacífico e garantindo a vitória final.

Põe o mesmo artigo a questão fundamental do Estado que é a da detenção e do exercício do poder político.

Um Estado democrático é aquele em que o poder pertence ao Povo e é por ele exercido. E quando dizemos Povo, não estamos a pensar num conceito abstracto, como conjunto de todos os cidadãos, mas sim nas classes populares. Quer dizer: democrático, o poder do Povo exclui necessariamente o poder dos monopólios e latifúndios. Por isso, no nosso projecto declaramos expressamente ilícito e abolido o poder dos monopólios e latifúndios. E a ilegitimidade do seu poder político requer e exige a liquidação do seu poder de facto, expressa nos Artigos 13.º e 16.º sobre a nacionalização dos monopólios e a expropriação dos latifúndios (que poderá ser sem indemnização). Mas nós estamos numa revolução. E isso tem importantes consequências, especialmente no que respeita ao modo do exercício do poder político. Por um lado, o poder é exercido pelo Povo, quer directamente quer indirectamente, não só através dos órgãos representativos, mas também e especialmente através de organizações populares e de órgãos revolucionários específicos. Por outro lado, o carácter democrático, e plenamente democrático do Estado implica necessariamente o princípio da unidade do poder. Este é um princípio de fundamental importância, primeiro enunciado pelas forças de vanguarda da Revolução Francesa e característico das principais revoluções sociais contemporâneas e tem particulares consequências no plano das estruturas dos órgãos do Estado. O princípio da unidade do poder exige nomeadamente a abolição ou neutralização do princípio liberal burguês da separação dos poderes, uma consideração particular do princípio da autonomia local e regional, e, finalmente, a consagração constitucional das organizações populares como factor de reforço da unidade popular, base da unidade do poder do Estado. ⁽³⁸⁾

Uma das causas fundamentais da pouca operacionalidade dos governos provisórios e da chamada crise de autoridade, resultou da insuficiente coordenação entre o poder do Governo e o poder militar. O MFA está representado no Governo desde o II Governo Provisório. Mas nem sempre em casos concretos essa coordenação foi a mais desejável. (...) Depois da saída do PS e do PPD do Governo, impossibilitada a formação de um governo de coligação, a constituição de um Governo sem representantes dos partidos e cuja base de apoio político seria no imediato mais reduzida, colocava com mais agudeza a necessidade de passar a contar com um apoio muito mais efectivo dos órgãos do poder militar. Uma melhor clarificação da situação interna do MFA teria sido desejável antes da formação do novo governo, como garantia para a sua eficiência.

Considerando a formação do V Governo, contudo, como um passo necessário para cortar o passo à manobra que se desenhou, após a sua constituição fica de pé, tal como antes, o problema geral do poder político no seu conjunto. A crise persistirá e tenderá a agravar-se rapidamente se não forem reforçadas e se não se tornem verdadeiramente operativas as estruturas de direcção do MFA e o MFA no seu conjunto, como movimento de progressista revolucionário. (...) Hoje, mais do que nunca, para fazer frente à reacção, para garantir as liberdades, para assegurar uma política de progresso social, é indispensável a intervenção do MFA como vanguarda e movimento revolucionário progressista e com os seus órgãos de poder. ⁽⁴⁵⁾

No comunicado publicado acerca da reunião, o Comité Central considerou que:

O reforço urgente do MFA como movimento revolucionário progressista e das suas estruturas de direcção, bem como a sua estreita cooperação com o Governo, são outra condição para a superação da crise do poder.

O Comité Central considerou que o reforço do poder passa pela definição e aplicação de medidas de emergência que respondam aos problemas políticos, económicos e sociais, assim como aos que são levantados pelo processo de descolonização.

O Comité Central concluiu que se colocam ao poder e às forças revolucionárias três tarefas políticas prioritárias: assegurar o respeito pela ordem democrática e o exercício das liberdades em todo o território; reorganizar e sanear o aparelho de Estado garantindo a sua fidelidade à Revolução; formar um sistema de poder que garanta centralização de decisões fundamentais, eficiência, capacidade operativa, autoridade e apoio popular. ⁽⁴⁴⁾

Acerca da terceira tarefa apontada no comunicado, afirmara na sua exposição o camarada Álvaro Cunhal:

A terceira tarefa é a formação de um sistema de poder que garanta a centralização das decisões de capital importância, eficiência e capacidade operativa, autoridade e apoio popular.

A fim de facilitar possíveis consultas, publicamos os livros em que podem ser encontrados os documentos referidos: (29) Idem — Pág. 252; (30) “Discursos Políticos” 2.º vol., Editorial “Avante!” — IX — Pág. 49; (31) Idem — Pág. 225; (32) IX — Pág. 95; (33) I — Ponto 3.2.2.; (34) “Discursos Políticos” 3.º vol., Editorial “Avante!” — X — Pág. 179; (35) A Crise Político-Militar — Editorial “Avante!” — XI — Pág. 90; (36) “Documentos Políticos do Comité Central do PCP” 3.º vol. — Editorial “Avante!” — XII — Pág. 25; (37) Idem 2.º vol. — Pág. 25; (38) “Por uma Constituição Revolucionária” — Editorial “Avante!” — Pág. 112; (39) I Ponto 3.3.1.; (40) Idem — Ponto 3.3.2.; (41) Idem — Ponto 3.3.2.; (42) XII — Pág. 61; (43) Idem — Pág. 71.

Com a Democracia para o Socialismo

O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

A política do PCP é, ao mesmo tempo, nacional e internacionalista. Defendendo dedicada e patrioticamente os interesses de Portugal e do Povo Português, o PCP é activamente solidário para com os países socialistas, para com as classes operárias dos países capitalistas, para com os povos em luta contra o imperialismo. Teses para o VIII Congresso — 7.7.5.

Teoria e prática inerente a uma classe — a classe operária — o internacionalismo proletário é simultaneamente uma explicação científica das relações mútuas e da missão histórica da classe operária de todos os países e uma política, uma ética, uma orientação para a acção revolucionária.

Com a internacionalização de toda a vida económica, política, social e cultural — fenómeno objectivo a que nenhuma força se pode opor, com a agudização da crise geral do capitalismo, enriquece-se e alarga-se o conteúdo e o âmbito do internacionalismo. Hoje, o internacionalismo proletário tornou-se inseparável da luta pela unidade das três correntes revolucionárias da época actual: o campo socialista, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

A internacionalização do capital, as novas formas de dependência, a colaboração da burguesia internacional com o imperialismo estrangeiro, o reforço geral do

proletariado, são elementos que contribuem para a coincidência dos interesses nacionais com os interesses da classe operária e da luta nacional com a luta anti-imperialista. Acentua-se a interdependência dos processos nacionais e internacional.

O internacionalismo proletário caracteriza-se por três princípios fundamentais: a unidade e solidariedade da classe operária de todos os países, em particular a unidade entre os países do mundo socialista; o reconhecimento do direito das nações à autodeterminação e à independência, tendo em vista a sua aproximação crescente fundada na identidade de interesses dos trabalhadores; a primazia dos interesses gerais e internacionais da revolução socialista sobre interesses particulares imediatos. A sua concretização prática é fundamento e dever na política de todos os partidos que se guiam pelo marxismo-leninismo.

que criou as premissas objectivas para o derrubamento do fascismo, e em parte para a liquidação do último reduto colonial em África, o empenhamento diário num processo revolucionário que aponta para o socialismo através de um caminho acidentado, difícil, perigoso — são o maior contributo que o nosso Partido deu e continua a dar, para o progresso das forças progressistas a nível mundial.

As posições internacionais do PCP nunca foram simples posições de princípio, ou desligadas da vida prática, de uma consequente análise teórica. A um agravamento da situação internacional, a um crescendo da agressividade do imperialismo, correspondeu uma luta interna pela paz,

contra a instalação de bases militares estrangeiras e contra quaisquer alianças que transformassem Portugal em instrumento das forças mais agressivas do imperialismo. Ao aproveitamento do clima de guerra-fria opôs-se a luta anti-imperialista, contra a oferta das riquezas do país a troco de um apoio directo à luta contra os povos coloniais. Nas condições de democracia, luta-se por uma política internacional de Estado favorável à paz, por uma política externa de paz e amizade com todos os povos, pelo reforço das relações com os países socialistas e relações preferenciais com os novos Estados irmãos de África, por uma activa solidariedade com os povos vítimas de regimes fascistas.

Solidariedade — princípio básico do internacionalismo

A influência e a ajuda recíprocas da luta da classe operária de todos os países é uma lei do desenvolvimento do processo revolucionário.

A revolução portuguesa é, em si, também, fruto do internacionalismo. Porque a evolução da situação política a nível mundial, num sentido favorável aos processos revolucionários e aos movimentos libertadores — obra da acção conjugada das forças progressistas internacionais, em particular dos países socialistas — é o quadro de fundo em que o 25 de Abril foi possível em Portugal. Porque a libertação do nosso país é também obra da luta heróica dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique contra o colonialismo português, pela sua acção directa contra um inimigo comum, e pela consciencialização que tal luta facilitou na consciência de uma parte das Forças Armadas.

Fruto do internacionalismo e sobretudo da luta abnegada do povo português, da clarividência de análise e da capacidade de organização e de mobilização do Partido Comunista Português e outras forças democráticas, a revolução portuguesa constitui por sua vez um valioso contributo para a evolução positiva do processo político internacional.

Pela liquidação do mais antigo foco fascista na Europa. Pela liquidação do último império colonial em África e consequente formação de vários países progressistas. Pela repercussão de tais alterações no quadro político internacional para o clima de paz internacional por que hoje se combate.

A solidariedade das forças progressistas dos países capitalistas, a solidariedade dos países socialistas, em particular da URSS, foram uma constante no longo período em que a liberdade foi espezinhada pelo fascismo em Portugal. Depois do 25 de Abril, essa solidariedade revestiu-se de múltiplos e expressivos aspectos. No campo diplomático, no campo económico, quando o cerco do imperialismo se tornou uma afronta diária ao direito à independência e à livre escolha do seu destino, pelo povo português. Pelo esforço imediato no estreitamento de laços em todos os campos.

É da URSS que nos vêm as toneladas de maquinaria agrícola para auxílio da Reforma Agrária, grande e irreversível conquista da Revolução. Dos EUA vêm armas. Do mundo capitalista em geral, as ameaças, as ingerências, os esforços para uma recuperação das velhas possibilidades de ilimitada

exploração do nosso trabalho, das nossas riquezas.

Nas novas condições de democracia — a despeito dos perigos que ainda a espelham e da complexidade do processo revolucionário — têm sido multiplicados esforços no



Discutamos as Teses preparemos o Congresso

sentido de reforçar e diversificar a solidariedade internacionalista dos comunistas portugueses para com os outros povos. Pela denúncia dos crimes

Uma luta unida com os povos irmãos de África

«Um dever particular para com os povos oprimidos cabe ao proletariado e aos comunistas dos países opressores que, para o cumprirem, têm de defrontar corajosamente as mais infames calúnias, a acusação de «traição à Pátria», em muitos casos a prisão e a morte. Da mesma forma, os internacionalistas das nações oprimidas, arrostando também incompreensões, calúnias e perseguições, educam os seus povos nos sentimentos de fraternidade para com a classe operária do país opressor» — são palavras escritas por Álvaro Cunhal, quando em Portugal imperava o fascismo e em África se viviam três sangrentas guerras. Palavras que corresponderam a uma prática permanentemente seguida.

No V Congresso do PCP, III ilegal, realizado em 1957, foi definida a aliança do povo português com os povos das colónias portuguesas e proclamado o reconhecimento incondicional do direito «dos povos das colónias de África dominados por Portugal à imediata e completa independência». «Afirmou-se então: «A causa dos povos coloniais identifica-se com a nossa própria causa. Não pode ser livre um povo que oprime outros povos».

«O reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à imediata Independência», inscreve-se como um dos oito grandes objectivos da revolução democrática e nacional, lado a lado com a libertação de Portugal do imperialismo e uma política de paz e amizade com todos os povos. A questão colonial é considerada questão central da situação política portuguesa, a luta pelo fim da guerra, por negociações com o MPLA, FRELIMO e PAIGC visando a independência, é apontada como uma luta eminentemente patriótica e nacional. Em Julho de 1970, o Comité Central do PCP destaca: «Um dos acontecimentos de maior relevo no plano político é a passagem do problema colonial ao primeiro plano da acção aberta das forças democráticas, apesar das ferozes tentativas dos fascistas para o impedirem». Em Agosto de 73, pode-se justamente afirmar: «Não há praticamente luta importante por qualquer objectivo em que não apareça, associada de uma outra forma, a luta

cometidos sob as ditaduras fascistas. Pela denúncia dos crimes do imperialismo, em particular no fomento de guerras locais em que são devoradas milhares de vidas, na organização e concretização de golpes de Estado com que se tenta inverter o curso progressista nos países em que tal é possível. Neste contexto, as jornadas, organizadas pelo PCP, de solidariedade com os povos da América Latina, continente que Washington se esforça por manter como objecto dos seus interesses, mero prolongamento do território dos Estados Unidos, foram particularmente significativas.

Uma orientação de destaque da solidariedade internacionalista dos comunistas portugueses, reporta-se aos povos irmãos de África, a quem nos ligam deveres particulares e estreitos laços de amizade.

A recente declaração de um dirigente da Guiné-Bissau, agradecendo ao nosso Partido os quadros enviados para o seu país, pelo bom trabalho desenvolvido, atestam da validade dessa solidariedade activa.

«A guerra colonial esteve no centro da grande campanha política de massas em que se revelava já o potencial revolucionário que faria do 25 de Abril o início de uma verdadeira revolução. No próprio dia 25, o PCP proclamava: «É indispensável a suspensão imediata de todas as operações militares em África e a abertura de negociações com o Governo da República da Guiné-Bissau e com os movimentos de libertação de Angola (MPLA) e de Moçambique (FRELIMO) com vistas à sua independência imediata».

Quando o fascismo cometeu o hediondo crime de assassinar o camarada

Amílcar Cabral, o PCP salientou, em comunicado: «A luta contra a guerra colonial e o colonialismo é não só a expressão da solidariedade fraternal dos comunistas, dos democratas, dos trabalhadores, do povo de Portugal, para com os povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e seus partidos revolucionários, como uma das principais direcções da luta do povo português contra

Internacionalismo — base de um patriotismo esclarecido

O internacionalismo dos comunistas é a expressão de uma superior consciência nacional e a base de um patriotismo esclarecido.

O processo de libertação de Portugal, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe é uma concretização inequívoca do internacionalismo proletário, em que surge particularmente nítida a linha que une os interesses de vários povos esmagados por um inimigo comum, de como essa batalha solidária conduz ao se derrubamento.

Nem sempre essa linha de união ressaltava tão clara e evidente. Mas, na verdade, a longo prazo, há uma absoluta coincidência entre os interesses das massas trabalhadoras de um país e dos trabalhadores de todos os outros países, mesmo quando o cumprimento dos deveres internacionalistas implica momentâneos sacrifícios nacionais.

Neste particular, a União Soviética é um exemplo elucidativo. Não podemos dizer que a URSS tira o pão da boca dos seus filhos para o dar a outros povos, porque as ilimitadas possibilidades de uma economia socialista, a consciência de classe dos trabalhadores soviéticos, são base de um imenso potencial económico. Mas sem dúvida que as condições de vida do povo soviético seriam incensuravelmente mais elevadas, se da sua terra não tivesse saído um saco de trigo, uma máquina-ferramenta, um técnico, uma arma. Para

a ditadura fascista que o oprime, da luta do povo português pela sua própria liberdade, pela sua própria e verdadeira independência nacional». Este o fundamento de uma política, de uma concepção do mundo, em que harmoniosamente se fundem a objectividade da análise dos factos e uma forma nova e superior de relações humanas.

o Vietname, para Angola, Guiné e Moçambique, para os povos árabes, para Cuba, para Portugal.

Trata-se de uma posição de consequente internacionalismo, que surge lado a lado com a defesa da paz internacional, as posições diplomáticas para a melhor solução de situações difíceis e conflitos em várias zonas do mundo. Uma posição sem a qual hoje não existiria muito provavelmente campo socialista, as forças progressistas não teriam o peso que têm, o imperialismo teria a iniciativa histórica. As fronteiras soviéticas, teriam sido desmanteladas, por hordas fascistas defensores do capital mundial.

Lénine afirmou que o essencial não é que os comunistas «proclamem o internacionalismo, mas que, mesmo nos momentos mais difíceis, saibam ser internacionalistas de facto».

Mesmo nos momentos em que ser internacionalista implicava a infame acusação de «traição à Pátria», e as consequências inerentes a essa acusação, o PCP tem estado sempre à altura dos seus deveres internacionalistas. Porque, para que o processo revolucionário mundial avance, não há que regatear mesmo sacrifícios nacionais. Porque o curso nacional e internacional da história é único e solidário e a libertação de um povo não sobrevive à continuação da opressão de todos os outros.

PCP — unidade na política interna e externa

Em Agosto de 1973, o Comité Central do PCP afirmava: «Numa situação internacional que evolui rapidamente a favor das forças do socialismo e da paz, a situação política portuguesa caracteriza-se, no momento actual, pelo aprofundamento da crise do regime fascista e por um novo fluxo da luta popular». Surge aqui particularmente evidenciada a estreita interdependência entre a evolução da situação internacional e o curso político nacional.

A preocupação revelada pelo PCP por essa última conexão é tónica permanente em todas as análises políticas sobre a situação do país, as possibilidades de luta das massas trabalhadoras. No mesmo comunicado do CC, acentuava-se: «A evolução da situação internacional, e particularmente o desanviamento na Europa, deve ser amplamente aproveitada para acentuar o isolamento externo do regime, para que se multipliquem sobre ele as pressões externas, para que se intensifiquem as acções de solidariedade internacional para com o povo português e os povos das colónias portuguesas».

Estudando, no seu conjunto, a situação nacional e internacional, para assim poder definir, com todos os dados na mão, uma acertada orientação, uma tática consequente, o Partido define também linhas mestras de orientação de uma política internacional própria, pela qual se torna, numa forma directa, elemento activo dessa mesma política, como destacamento do movimento comunista internacional. Em Maio de 72, o CC do PCP afirmava: «Numa época em que se acentua rapidamente a internacionalização da vida económica, política e espiritual, é uma perigosa tendência para a sorte de um movimento revolucionário fechar-se na estreiteza nacional, desprezando os factores internacionais. A luta do povo português pela democracia e a verdadeira independência nacional está interligada com a luta anti-imperialista mundial». Na sequência, surge a palavra de ordem de activar e intensificar a inserção na vida política internacional.

No esforço permanente desenvolvido pela unidade do movimento comunista internacional, em particular em momentos em que surgem dificuldades entre os partidos irmãos, na denúncia do

nacionalismo como perspectiva e prática política própria da burguesia, na denúncia de todas as formas de oportunismo, na clara posição em relação a candentes problemas do movimento comunista, como o foi a crise da Checoslováquia, e como o é o curso da política maoísta, cujas debilidades estão hoje patentes na China, no seu empenhamento na luta pela distinção internacional e pela paz, na activa solidariedade para com os povos em luta contra o capital, na coerência de posições ideológicas, na firmeza com que se manteve e mantém sempre lado a lado com o PCUS face aos esforços da reacção para lançar destacamentos do movimento comunista internacional no anti-sovietismo — o PCP tem dado uma válida contribuição para a evolução da situação política internacional. A consequente análise teórica de um processo político vivo, a posição determinante em todo um movimento de massas

O NOSSO TRABALHO É NECESSÁRIO NA FIL!

Camarada, tu que estudaste, analisaste e discutiste as Teses que o Comité Central apresentou a todas as organizações do nosso Partido; tu que nas reuniões plenárias da tua célula propuseste emendas, alterações, aditamentos; tu que elegeste os teus delegados ou que, inclusivamente, foste eleito; tu, militante do destacamento de vanguarda da classe operária portuguesa, és chamado a participar em mais uma tarefa colectiva do teu Partido.

O VIII Congresso realiza-se já na próxima semana. Grande parte do trabalho preparatório do Congresso está já concretizado. Tu que, com a tua capacidade criadora, deste a tua quota-parte para o êxito dessas tarefas preparatórias, deves agora empenhar-te na preparação do espaço em que vai decorrer o Congresso.

É necessário trabalho comunista na FIL! Há muitas coisas a fazer: construir bancadas, limpar os pavilhões, ornamentar as salas, em suma, transformar umas quantas paredes e alguns tectos no cenário digno dum grande acontecimento para a classe operária, para todos os trabalhadores portugueses: o Congresso do seu Partido de classe.

A partir do próximo sábado, a preparação do Congresso também se faz nas instalações da FIL. É para lá que te deves dirigir. Estuda com os camaradas do teu organismo escalas de serviço na FIL. Repete entusiasmaticamente aquelas impressionantes jornadas de fins de Setembro, quando erguemos a Festa do «Avante!».

Um apelo especial é dirigido aos camaradas carpinteiros: segundo os cálculos dos camaradas que estão encarregados da organização do Congresso, a partir de sábado são necessários diariamente na FIL cinquenta carpinteiros. O teu Partido conta contigo! Mas é necessário que leves a tua ferramenta.

A partir deste sábado, a FIL e o Partido esperam pela tua presença militante e pelo teu trabalho comunista. Nós vamos! E tu, não vais?



N.º 16 — OUTUBRO/76 — PREÇO 5\$00

NESTE NÚMERO

- As Teses para o VIII Congresso são discutidas em milhares de reuniões
- O Sétimo Balanço Geral da Organização
- Por autarquias democráticas e autónomas
- Sobre o Controlo Operário
- A contra-revolução mascarada de «esquerdismo»



À VENDA NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

● PEDIDOS À CDL — Central Distribuidora Livreira

SEMANA INTERNACIONAL

EUA E URSS: DOIS ORÇAMENTOS DUAS POLÍTICAS

Foi anunciado por Washington um importante reforço da força aérea americana na Europa capitalista, no próximo ano, reforço que não tem paralelo nos últimos dez anos.

Segundo um comunicado oficial, 72 aviões "F-15", acabados de construir seguirão na próxima Primavera para a RFA, a fim de aumentar as forças da NATO, enquanto 84 aviões "F-111" serão transferidos para Inglaterra. Os "F-111" destinam-se particularmente a aumentar a capacidade de penetração das forças da NATO. Esta medida elevará para 550 o número total de aviões utilizados na pretensa "defesa" da Europa capitalista. Haverá também um alargamento de pessoal militar norte-americano na Europa de cerca de 3000 elementos, elevando para 305000 os efectivos, norte-americanos nas forças da NATO estacionados no continente europeu.

Enquanto a NATO reforça o seu potencial militar, a União Soviética anuncia uma redução das suas despesas militares. "Em 1977, o orçamento militar soviético será reduzido em 200 milhões de rublos, relativamente ao ano corrente. Será de 17200 milhões de rublos, o que representa 7,2 por cento do orçamento anual", declarou o ministro das Finanças da URSS, ao apresentar o projecto de Orçamento anual, durante a última reunião do Soviète Supremo da URSS. Em contrapartida, serão aplicados, para o financiamento da economia nacional, mais 9 milhões de rublos do que em 1976. Os investimentos previstos para fins sociais e culturais aumentaram, só num ano, 3200 milhões de rublos.

As declarações dos dirigentes do PCUS, e de uma forma geral de outros Partidos irmãos e forças e organizações progressistas, tem uma correspondência na prática. Não são palavras em vão, ditadas pela oportunística utilização de um determinado momento para alcançar vantagens ou na mira de enganar os menos esclarecidos.

Mas nem por isso é menos importante realçar essa total correspondência, pois não falta quem se esforce por provar o contrário.

E os factos, mais uma vez, correspondem às palavras.

Todos os esforços visando a instauração de um clima de paz e de desanuviamento internacional, o afastamento do perigo de uma guerra nuclear, a iniciativa na luta da paz — cabe por inteiro aos países socialistas, com a URSS à frente, às forças progressistas de todos os países. Por força dessa luta do reforço mundial das posições em detrimento do imperialismo, da luta das massas trabalhadoras no interior dos países capitalistas, dirigentes de países capitalistas têm-se visto constrangidos a participar em reuniões tendentes a estabelecer um novo clima internacional, propício à paz, e a defrontar com uma realidade que se aproxima mais e mais do presente — a perspectiva do desarmamento.

A vontade de paz da União Soviética e restantes países da comunidade socialista fica evidenciada, não só nas iniciativas que encabeça, para anulação de quaisquer perspectivas de guerra, e nos esforços tendentes a liquidar focos de tensão e agressão, mas também numa política continuada de redução dos armamentos.

É frequente ideólogos e propagandistas do imperialismo tentarem adular e caluniar a consequente política internacional soviética, afirmando que o primeiro país socialista mais não pretende que enfraquecer a defesa dos países capitalistas, para mais facilmente os poder "atacar". São estas teorias que fundamentam a escalada armamentista no mundo do capital.

Mas se é possível adular intensões, é mais difícil deformar a prática. E essa mostra-nos a URSS ao respeitar os acordos assinados, ao reduzir o orçamento militar. Como nos mostra os Estados Unidos, que entretanto se dizem defensores da paz, que o comunismo "ameaça", ao elevar o seu potencial militar e ao lançar a fúria da guerra sempre e onde lhes é possível.

Como afirmou Brejnev na sessão plenária do CC do PCUS, em 25 de Outubro, a URSS, em conjunto com os países irmãos, gasta com as armas tanto quanto é necessário à segurança eficaz do país e à defesa das conquistas socialistas, para que os agressores em potência não sejam tentados a resolver pela força, em seu benefício, o diferendo histórico entre os dois sistemas sociais opostos. Nada mais. E nada menos.

ANGOLA: ABERTO O CAMINHO PARA O SOCIALISMO

O comunicado final da III Conferência Plenária do Comité Central do MPLA, lido publicamente pelo camarada Agostinho Neto, assume uma importância histórica para o futuro de Angola.

Definida a opção abertamente socialista da revolução angolana, foi decidida a transformação do MPLA em partido operário marxista-leninista, único capaz de encabeçar um processo de total libertação da exploração do homem pelo homem.

Num programa de acção adoptado por unanimidade, foi apontada a conquista da independência económica como meta da "segunda fase da luta de libertação nacional".

O plano de acção centra-se em preocupações fundamentais como: a reconstrução da economia nacional, a instauração de uma democracia popular, a consolidação da unidade nacional e o fortalecimento da aliança entre a classe operária e o campesinato, o bem-estar da população, uma política externa baseada no não-alinhamento e na simultânea intensificação das relações com os países socialistas.

Na actual fase de reconstrução nacional é apontada como tarefa primordial a reactivação da indústria e da agricultura, baseada na expansão do sector público, e um estrito controlo estatal do sector privado e dos bancos.

A transformação da FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) um

Exército nacional moderno, com elevada disciplina e consciência política, surge também como tarefa primordial.

Os Estados Unidos e a Europa capitalista, derrotados na grande ofensiva contra o povo angolano, gorados os planos de imposição do neocolonialismo, alimentam a provocação interna, num esforço de recuperar o que em definitivo foi perdido. A defesa de Angola livre, das conquistas já alcançadas, do futuro que se quer construir, é base indispensável do processo de reconstrução nacional.

A afirmação da opção socialista da revolução angolana, a transformação do MPLA, movimento de vanguarda do povo angolano, que dirigiu a luta contra a dominação colonial, num partido operário, capaz de encabeçar o processo de transformação revolucionária de Angola, as linhas mestras do programa de acção, em particular as directrizes para o campo económico e no domínio da política externa — apontam para o concretizar das premissas básicas que poderão arrancar Angola do subdesenvolvimento e lançar as estruturas capazes de abrir ao seu povo o caminho do progresso.

Angola liberta do poder colonial e dos invasores da África do Sul, dos movimentos fantoches financiados por Washington e comparsas, tinha um único caminho possível para a consolidação desse processo, para arrancar

o seu povo ao peso do subdesenvolvimento. É essa a questão que se coloca sempre aos países saídos do colonialismo. A via de desenvolvimento capitalista só conduz a novas formas de dominação, à continuação e por vezes agravamento da miséria. Em África ainda são numerosos os exemplos que atestam dessa verdade. O único caminho possível é o do socialismo, em estreita aliança com a comunidade socialista.

Angola soube determinar com justeza o caminho do futuro, o único que representa a completa libertação do país. Como soube, no momento oportuno, resolver a questão de adequar a sua vanguarda revolucionária às novas condições de luta — luta preferencialmente pacífica, voltada para a reconstrução, para a criação de novas estruturas económicas, políticas e sociais, mais de acordo com as tarefas do momento e as perspectivas agora abertas.

O que o imperialismo sempre temeu e teme está a começar a concretizar-se em África — a liquidação do seu poderio. O exemplo, e a força de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, estão a frutificar num continente ainda há pouco escravizado. O caminho do neo-colonialismo é cada vez mais difícil, sinuoso, apertado. Não tem futuro.

O ATAQUE A MOÇAMBIQUE DOS RACISTAS RODESIANOS

Enquanto Smith se prepara para abandonar Gênebra, porque "nada tem a fazer" nas conversações, as tropas racistas da Rodésia invadem duas províncias da República Popular de Moçambique, numa inqualificável violação das mais elementares normas de direito internacional. As tropas rodésianas penetram em território moçambicano através de zonas fronteiriças das províncias de Gaza e Tete, utilizando blindados, morteiros, canhões e aviões bombardeiros, apoiando forças de infantaria e de cavalaria. Trata-se do maior ataque de sempre levado a cabo pelo exército racista de Ian Smith ao território moçambicano. As Forças Populares de Libertação de Moçambique estão a rechazar os ataques.

O ataque surge a pretexto de combater os patriotas do Zimbábue, que estariam em território moçambicano. Para Ian Smith, a República Popular de Moçambique seria "responsável" pela luta patriótica do povo do Zimbábue. A guerrilha das forças anti-racistas serve assim de justificação à invasão de um país independente

e progressista, e à recusa de libertar os presos políticos, justa exigência feita pelos representantes do movimento de libertação do Zimbábue, presentes em Gênebra.

O ataque a Moçambique mostra bem que os racistas da Rodésia não conhecem outra linguagem que a da força. Constitui por outro lado uma prova de isolamento interno e externo, uma prova de desespero de quem já não vê uma saída e joga numa partida que sabe de antemão perdida.

É possível que Ian Smith tenha alimentado algumas esperanças na aprovação incondicional do "projecto Kissinger" em Gênebra, esquecendo a triste experiência que os povos vão tendo dos projectos emanados de Washington. A sua recusa a qualquer negociação tornou mais claro o conteúdo neocolonialista de tal projecto.

Os ataques, que se sucedem, às fronteiras da República Popular de Moçambique, não visam naturalmente a aniquilação do regime progressista de Moçambique. Hoje, tal já não é possível. Mas se o objectivo é enfraquecer ou anular a solidariedade de Moçambique para com

os seus irmãos do Zimbábue, tal só pode reflectir a falta de clarividência política dos racistas, envolvidos no desespero da sua definitiva liquidação. O mesmo se pode dizer se se preteende a liquidação do movimento guerrilheiro.

Não são largas as perspectivas da Conferência de Gênebra. De um dos lados da mesa está a vontade de libertação. Do outro o esforço para salvar os interesses do imperialismo na zona.

Os dirigentes nacionalistas presentes em Gênebra frisaram que o malogro das conversações "implicará necessariamente a continuação da guerra em busca da paz". Será naturalmente essa única via por ora aberta. Entretanto, a evolução progressista do continente africano permite encurtar caminhos, multiplica apoios aos que estão ainda empenhados numa luta contra o racismo e o colonialismo. Gênebra será muito possivelmente um malogro. Ian Smith multiplica as suas inqualificáveis agressões a Moçambique. Mas está desde já definido o campo dos vencidos e o campo dos vencedores.

GISCARD APADRINHA O FASCISMO ESPANHOL

A Espanha pós-Franco prossegue os seus esforços para aparecer com o requerido rosto "europeu", enquanto multiplica meias-medidas demagógicas para conservar o essencial e intensifica a repressão.

Os objectivos pretendidos com a visita do rei Juan Carlos a França são transparentes. Juan Carlos foi recebido por Giscard d'Estaing como representante da "Espanha dos tempos modernos". «A França deseja intensificar a sua cooperação com a Espanha, que está a ser impulsionada por um vento de renovação e liberdade», afirmou o presidente francês. Por seu lado, Juan Carlos frisava: «A Espanha só pode ser europeia e tem-no sido sempre». Os encontros foram apontados como "muito cordiais". Foi decidido manter contactos periódicos a nível governamental. Giscard d'Estaing confirmou pessoalmente ao rei Juan Carlos uma visita oficial a Espanha, a realizar brevemente. O "namoro" é claro.

O "vento de renovação e liberdade" que varre a Espanha, é só perceptível pela alta finança da Europa capitalista e dos Estados Unidos, e pelos seus representantes nos respectivos governos. Não atinge o povo espanhol. É ignorada pelas massas trabalhadoras de outros países. Na verdade, os únicos "ventos" sensíveis por terras de Espanha, são os de uma repressão que se não atenua, de medidas demagógicas que nada alteram.

Uma decisão governamental que formalmente visava devolver ao povo basco alguns dos benefícios que desfrutava antes da guerra civil, reduziu-se à abolição de um

decreto de 1937, o qual declarava as províncias bascas "traidoras", por se terem mantido fiéis ao governo republicano. A estrutura repressiva — a guarda civil e a polícia de choque — mantém-se às ordens de Madrid. Entretanto, o projecto de lei eleitoral sofre profundas alterações por proposta das Cortes, que se mantêm como órgão profundamente reaccionário, sendo fácil de calcular quem virá a beneficiar com tal lei.

O reconhecimento formal do direito à existência de associações políticas, salda-se no reconhecimento oficial de mais quatro organizações da direita, desde o Movimento Reforma Democrática, presidido por Fraga Iribarne, antigo ministro de Franco, a grupos democratas cristãos, ligados ao franquismo.

Por outro lado, a violência continua a ser a arma repressiva preferencial do governo espanhol. A greve dos trabalhadores dos transportes municipais mostrou mais uma vez as formas de confronto de classes que continuam a ser norma em Espanha. A polícia carregou à bastonada e lançou bombas de gases lacrimogéneos sobre uma manifestação dos trabalhadores em greve.

Em França, Juan Carlos declarou que a Espanha é europeia, como o foi sempre. Ignorou naturalmente a existência de mais de uma Europa. No que aliás não foi original. Mas foi mesmo assim bastante claro, ao afirmar que tal ligação europeia nunca foi quebrada. Nem com Franco. Nem com a guerra civil. Fica evidente de que Europa fala Juan Carlos. A Europa que aceitou o fascismo espanhol. E que hoje o quer reintegrar com farpela democrática.

HONECKER ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ESTADO DA RDA

99,86% do eleitorado da RDA elegeu a nova Câmara do Povo. A 26 de Outubro, a Câmara do Povo elegeu por sua vez, por unanimidade, o camarada Erich Honecker para presidente do Conselho de Estado. Como foi destacado, «a grande maioria dos eleitores pronunciou-se pela paz e o socialismo»

A 17 de Outubro, o povo da RDA elegeu a Câmara do Povo. Os resultados eleitorais são significativos: 11 425 194 cidadãos tinham direito de voto. 11 262 946 utilizaram esse direito. O que corresponde a uma participação no acto eleitoral da ordem dos 98,58%.

2616 votos, ou seja 0,02 por cento, eram votos nulos. 11 260 330 votos, ou seja, 99,98% eram votos válidos.

11 245 023 votos válidos, o que representa 99,86 por cento, foram para a proposta eleitoral da Frente Nacional; 15 307 eleitores, 0,14 por cento, votaram contra.

A 29 de Outubro a Câmara do Povo da República Democrática Alemã, assim eleita pela esmagadora maioria da população da RDA, elegeu por sua vez, por unanimidade, o secretário-geral do Partido Socialista Unificado, camarada Erich Honecker, para a presidência do Conselho de Estado.

O resultado das eleições na RDA, reflecte a profunda confiança do povo da RDA no seu governo. E mais do que a confiança, a íntima aliança existente entre a população trabalhadora e um governo que a serve, que é expressão das suas necessidades e interesses. A íntima aliança, pela coincidência de objectivos, entre toda a massa trabalhadora e a força dirigente da sociedade socialista, a classe operária e o seu partido de vanguarda.

Não se trata simplesmente da muita significativa votação de massas nos candidatos da Frente Nacional. Trata-se igualmente da elevadíssima percentagem de votantes, que reflecte aqui a prática, institucionalizada como hábito corrente, de participação efectiva na vida colectiva, na vida social e política do país.

O povo da RDA conhece bem qual é a política interna e externa do seu governo. Nas eleições agora realizadas mais uma vez a apoiou de uma forma inequívoca. Porque é uma política que serve os seus interesses. Porque é uma política que goza da sua diária participação. Do seu poder de decisão. Uma política que se apoia no seu trabalho.

Comentando os resultados eleitorais, o "Neues Deutschland", órgão central do PSUA, afirmou: «A grande maioria dos eleitores pronunciou-se pela paz e o socialismo. Esta decisão é de grande importância histórica para a sua pátria socialista». E prosseguiu: «Os cidadãos da RDA sabiam perfeitamente a quem e porque davam os seus votos. No princípio deste ano o projecto de programa do PSUA (Partido Socialista Unificado da Alemanha) e o projecto referente ao plano quinquenal foram submetidos à discussão pública. Seguidamente, os documentos foram objecto de debate no nono Congresso do PSUA. Tendo em conta a discussão popular que o procedeu, foi adoptado o programa e a orientação. Desde então fizeram-se já sentir as novas medidas em matéria de política social, reflectindo-se na vida de todos os cidadãos da nossa república».

Habitado à real participação em toda a vida do país, pela cooperação em todos os domínios, a planificação e a gestão em comum — princípios que nenhum Estado burguês pode incluir na sua prática, por mais "democrático" que surja na forma, sem comprometer as próprias bases de dominação capitalista —, o povo da RDA votou pela estreita unidade da política económica e social — o desenvolvimento dinâmico e estável da economia nacional e da política social. Votou pelo permanente reforço da aliança fraterna com a União Soviética e toda a Comunidade socialista. Votou pela paz, por uma política de coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes, por uma firme protecção militar do sistema socialista, pela solidariedade anti-imperialista com todos os que lutam pela libertação nacional e social.

«A partir deste momento, os

candidatos da Frente Nacional são deputados por um período de cinco anos — salienta o "Neues Deutschland". Provém de diferentes classes e camadas sociais, representam diferentes partidos e organizações de massas. Defendem os interesses do povo, independentemente da sua idade, sexo, da sua concepção do mundo ou da sua religião. Derram, todos as suas provas na nossa sociedade socialista e distinguiram-se pelo seu trabalho. São homens vindos directamente da massa

o aprofundamento permanente da aliança fraterna com a União Soviética e os outros países da comunidade socialista — como preocupação central da RDA. A RDA tudo fará para contribuir para a garantia de uma paz durável em todo o mundo, pelo prosseguimento da distensão como clima das relações internacionais, e o seu corolário indispensável no domínio militar, pelo desarmamento.

O relevo dado ao processo eleitoral na RDA reflecte a política de um Estado



O camarada Honecker e o camarada Brejnev, numa foto recente

trabalhadora. E terão que assumir as suas responsabilidades face aos seus eleitores e à nossa causa comum».

Este aspecto importante da democracia socialista — a eleição dos que mais se distinguem pelo seu trabalho, pela sua dedicação à causa comum —, a sua responsabilização face a essa causa e aos seus eleitores. O trabalho de direcção política entendido não como um privilégio, mas como uma pesada tarefa. A participação de todos a todos os níveis de direcção, oposto ao alheamento, ao afastamento na luta pela concretização diária dos objectivos propostos, à pobreza da democracia que se esgota no acto eleitoral.

Numa declaração proferida após a sua eleição como Presidente do Conselho do Estado, o camarada Erich Honecker apontou os resultados das eleições legislativas como «determinantes para a paz, a liberdade e o socialismo». Abordando seguidamente as tarefas que se colocam neste momento, Honecker referiu muito em particular o aumento do nível de vida material e cultural do povo, baseado no princípio da capacidade económica do socialismo como base do progresso social. No que respecta à política externa, visa-se

profundamente democrático, onde o acto eleitoral se insere numa prática permanente de trabalho e decisão colectivos.

Findo o acto eleitoral há que encerrar as tarefas por todos determinadas, e cuja concretização depende do esforço colectivo. Na sociedade dirigida por trabalhadores, a prática e a teoria são uma unidade. Foi anulado o vasto espaço ocupado pela demagogia, os floridos oratórios, e as promessas em vão. Aqui planifica-se e trabalha-se. Vive-se uma democracia superior, impossível sob o capitalismo, e que é fundamento do socialismo.

de novo à venda

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO e ao LENINISMO

O QUE É O COMUNISMO? PERGUNTAS E RESPOSTAS

PREPARA-TE PARA O CONGRESSO ESTUDA OS MATERIAIS DO PARTIDO

EDIÇÕES AVANTE! recomendam a leitura permanente do PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP



SINDICATOS E ACCÇÃO SINDICAL

O que é a "Carta Aberta" e a quem serve? Reestruturar ou criar a Central Única? O que é o "direito de tendência"? O que é a unidade? Que caminhos se abrem ao Movimento Sindical? A quem interessa dividir-lo? Responder hoje a perguntas de hoje é função deste livro.

A SOLIDARIEDADE DO POVO SOVIÉTICO COM A REFORMA AGRÁRIA E O POVO PORTUGUÊS

As máquinas oferecidas pelo povo soviético aos trabalhadores agrícolas portugueses e que estiveram em exposição na Cooperativa Agrícola «Montemorense» foram visitadas por milhares e milhares de pessoas que propositadamente ali se deslocaram

Esta solidariedade que se traduz em máquinas, alfaias e apoio técnico significa uma grande e valiosa ajuda material e moral à consolidação da Reforma Agrária — assim definiu o apoio prestado pelos trabalhadores soviéticos o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, no decorrer do comício efectuado na cooperativa «Montemorense» onde decorreu a oferta simbólica das máquinas e alfaias agrícolas que vieram expressamente da URSS para serem entregues aos trabalhadores das cooperativas e unidades colectivas de produção e ainda aos pequenos e médios agricultores.

Falando de solidariedade António Gervásio acrescentou: Esta solidariedade significa para o povo

referindo-se à grande prova de solidariedade demonstrada:

A solidariedade estende-se também ao apoio técnico. Vários técnicos soviéticos altamente qualificados vieram ensinar os trabalhadores portugueses a manejar as máquinas, a utilizá-las, a tirarem delas o máximo rendimento e a conservá-las. Ajudam igualmente a aumentar a produção e a rentabilidade através do estudo dos solos e de sementes seleccionadas; a melhorar as raças bovinas e outras através da inseminação artificial.

UM MAR DE GENTE

Foi nos terrenos da Cooperativa Agrícola «Montemorense», para onde as máquinas têm sido

agrícola exclama para os companheiros que o rodeiam:

— Estão a ver? Estas lagartas não são como as outras! Têm espígoes. As outras são de tiras de metal. Com estas lagartas não há nada que o faça parar.

Mas ele há tanta coisa para ver e a gente é tanta que por vezes custa romper a multidão.

Os camiões, pintados de azul, estão perfilados. Transmitem a sensação de força que na realidade têm. De vez em quando e apesar dos vigilantes que zelam pelo material — não fosse o diabo (ou seja, a reacção) tecê-las — há sempre alguém que sobe para dentro da cabina para observar melhor.

DA EUROPA NADA SE VÊ

Os bulldozers, cinzentos, estacionados no meio do terreiro, mais pareciam

E logo adiante surgiam exclamações: sobre as escavadoras montadas em cima de tractores ou sobre os reboques basculantes. As máquinas eram espalhadas por todos, que não se cansavam de as admirar.

A conversa generalizava-se. Pequenos grupos trocavam animadamente opiniões e quem passasse ouvia trechos de conversas que se repetiam de grupo para grupo: — A reacção diz que na Rússia só há fome e miséria e afinal enviam todo este material para cá.

E logo outro dá uma achega: — Para dar material de guerra, que serve para matar, a Europa está connosco. Agora máquinas para trabalhar, para produzir, para que haja mais pão e mais riqueza é que não se vê nada.

O SIGNIFICADO DE SOLIDARIEDADE

O capitalismo não pode compreender o significado da solidariedade. Para o capitalismo o que interessa é o lucro, a exploração, que quanto mais for melhor. Por isso, para o capitalismo, a oferta de trabalhadores a outros trabalhadores é uma coisa confusa, que não se entende. Como é possível, interrogam-se os capitalistas, dar algo sem receber em troca e com lucro?

Mas os trabalhadores sabem bem o valor da solidariedade de classe. Sabem que quando outros companheiros de trabalho se sacrificam para dar a outros companheiros mais necessitados não o fazem para receberem lucros mas sim para ajudar os seus irmãos na luta contra a exploração capitalista, para que mais homens se libertem e comecem a vida a que têm direito, e gozando as regalias do que produzem.

Mas nem só os homens apreciam as máquinas. As mulheres também se interessaram pelo que viam. Junto a uma autobomba de tração duas trabalhadoras agrícolas conversavam.

— Tudo isto foi pago pelos trabalhadores da União Soviética. Foi o povo de lá que pagou — declarava uma a concluir a conversa.

Derramavam-se já os farnéis. Mas o corropio continuou sempre, enquanto uns se quedavam junto ao material, outros aproveitavam a oportunidade para visitarem as instalações da Cooperativa Montemorense.

É URGENTE DESALFANDEGAR O MATERIAL

Ao princípio da tarde e com uma multidão de milhares e milhares de pessoas que aumentava sempre, realizou-se um comício-festa para assinalar a distribuição simbólica das máquinas.

Presentes — para além da delegação soviética, chefiada por Alexandre Ivanovich, membro da direcção e chefe do departamento internacional do partido Soyz, e da qual faziam parte Malin K. Nikolsevitsh, forjador de uma fábrica de automóveis, Herói do Trabalho Socialista, membro do Comité Soviético da Defesa da Paz; Loptsv P. Nikolsevitsh, presidente do kolkhose «Lavrador»; Ziltov N. Zaharovitch, director da estação central de inseminação artificial de gado; B.H. Alekseevitch, engenheiro chefe do laboratório de provas de tractores da estação central

de construção de máquinas; Sidorov M. Sergueevitch, chefe do departamento de exploração da estação central de construção de máquinas — representantes das UCP e cooperativas dos distritos de Beja, Évora, Setúbal, Santarém e Portalegre, das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores de Beja, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal, Lisboa e Faro, dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas destes distritos, dois representantes do MARN, do Secretariado da Cintura

A DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL

As máquinas e alfaias agrícolas não se destinam unicamente à zona da Reforma Agrária. Serão distribuídas por todo o país, desde Trás-os-Montes até aos Açores, beneficiando assim alguns dos pequenos e médios agricultores e cooperativas destas regiões.

Assim, nos Açores, a cooperativa «O Povo Unido Vencerá» receberá um tractor e um reboque e a Sociedade Cooperativa de Apanhadores de Algas um camião.

A Liga de Agricultores de Vila Real será entregue igualmente um tractor e um reboque e a Cooperativa Popular da Barrada, em Faro, receberá um tractor, uma charrua e um reboque.

A Cooperativa do Vale do Sousa, no Porto recebe uma autobomba e um reboque e a Cooperativa «Camponês Livre», em Castelo Branco, um camião e uma autobomba.

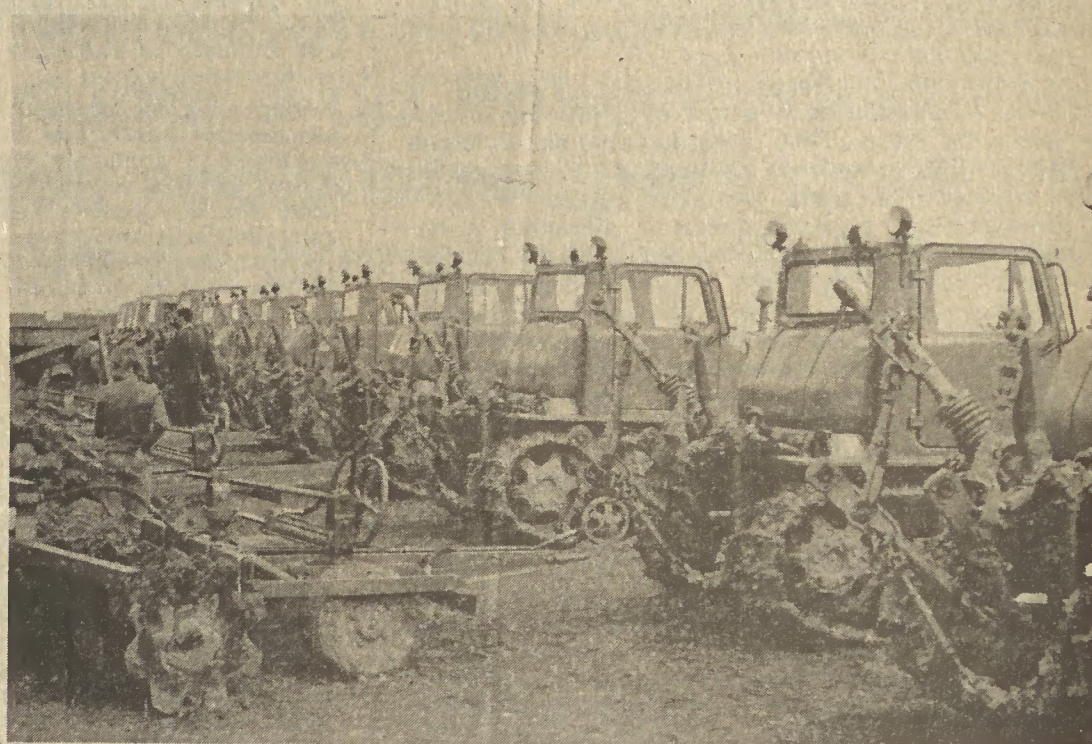
A Cooperativa Reforma Agrária, em Lisboa, passa a dispor de um camião, o mesmo sucedendo com a Cooperativa «Os Pioneiros», nos Cortiços. Estes alguns dos exemplos da distribuição do material por cooperativas e associações de pequenos e médios agricultores.

Industrial de Lisboa, do Sindicato dos Metalúrgicos, da Intersindical e ainda das Comissões de Trabalhadores de numerosas empresas de Lisboa.

Presente, também, o camarada A. Kalinine, embaixador da União Soviética no nosso País.

O camarada António Gervásio, que seria o primeiro a usar da palavra, focou os problemas que estão a ser levantados pela oferta das máquinas, explicando a seguir o critério utilizado para a sua distribuição. Relativamente ao primeiro ponto afirmou:

— É necessário que as máquinas e as alfaias sejam desalfandegadas quanto antes. A maioria delas estão aqui já há mês e meio. A nós ver alguém está a fazer sabotagem! As sementelras estão à porta. Há terras para lavar e imensos trabalhos para fazer. As Unidades Colectivas de Produção e as Cooperativas precisam das máquinas e alfaias. É o país, é o povo português que está



a ser prejudicado com a retenção prolongada e injustificada das máquinas que, na prática, significa sabotagem contra a economia nacional.

O CRITÉRIO DA DISTRIBUIÇÃO

Passando a referir-se à distribuição da maquinaria afirmou:

Como sabels, as máquinas não estão ainda desalfandegadas e não podem sair, hoje, daqui, para o seu destino. A saída será concretizada logo que toda a burocracia esteja resolvida. Já está assente o critério de distribuição das máquinas e alfaias. Entretanto, realizaram-se reuniões com dirigentes das UCP, dirigentes sindicais e técnicos dos cinco distritos do Sul, no sentido de encontrar o critério mais justo e mais democrático para a distribuição das máquinas e alfaias. Temos muitos pedidos. Conhecemos grande parte das UCP e das cooperativas mais pobres. Todos se batem por terem uma máquina soviética. Esse desejo é absolutamente compreensível, mas as máquinas e alfaias são 283 e as UCP e cooperativas são mais de 400. Em muitos casos não se pode distribuir uma máquina ou uma alfala isoladamente, pois uma não pode trabalhar sem a outra.

Depois de algumas reuniões e discussões com dirigentes das UCP, dirigentes sindicais e técnicos, assentou-se no seguinte critério:

a) logo que as máquinas estejam desalfandegadas serão distribuídas da seguinte maneira: algumas máquinas e alfaias irão para cooperativas de pequenos e médios agricultores do norte e centro, para Castelo Branco, Faro, Açores e para a Cooperativa da Reforma Agrária (a CRA).

O fazer chegar a solidariedade aos camponeses pobres dessas regiões tem grande importância política, como podeis calcular. Recebemos, aliás, vários pedidos das zonas citadas.

b) as restantes máquinas serão distribuídas pelos cinco distritos do Sul — Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal. Os distritos com mais terra sob o controlo dos trabalhadores recebem um pouco mais máquinas e alfaias. Por outro lado, defendemos o que a distribuição das máquinas comece pelas UCP e cooperativas mais pobres, mais necessitadas. Parece-nos ser este o critério justo.

TER EM CONTA OS MAIS POBRES

No respeitante aos cinco distritos do Sul o camarada António Gervásio informou ter sido proposto que em cada um destes distritos se promova uma reunião com um ou dois delegados de cada UCP e cooperativa e com o Sindicato para democraticamente se estudar a sua distribuição, na medida em que melhor do que ninguém conhecem as suas necessidades.

Salientou depois que em virtude das situações diferirem de conceito para conceito não deveriam ser estabelecidos

esquemas rígidos, acrescentando:

A nosso ver, os trabalhadores, com o sindicato, devem decidir de acordo com a vontade da maioria, mas tendo sempre em conta que as máquinas e alfaias devem ir, em primeiro lugar, para as UCP e cooperativas mais pobres, mais necessitadas.

Referindo-se às máquinas pesadas (5 bulldozers, 5 escavadoras, 5 cilindros) frisou ser opinião geral nas reuniões realizadas a sua distribuição por cada um dos cinco distritos para ficarem a servir todo o distrito e a formação de uma comissão gestora, com 3 ou 4 membros das UCP e 1 membro do Sindicato, para gerir essas máquinas.

Esta pequena organização pode ser o embrião de um parque de máquinas pesadas para servir todo o distrito. As máquinas pesadas não devem estar paradas. É necessário tirar

de viagens de estudo e formação profissional.

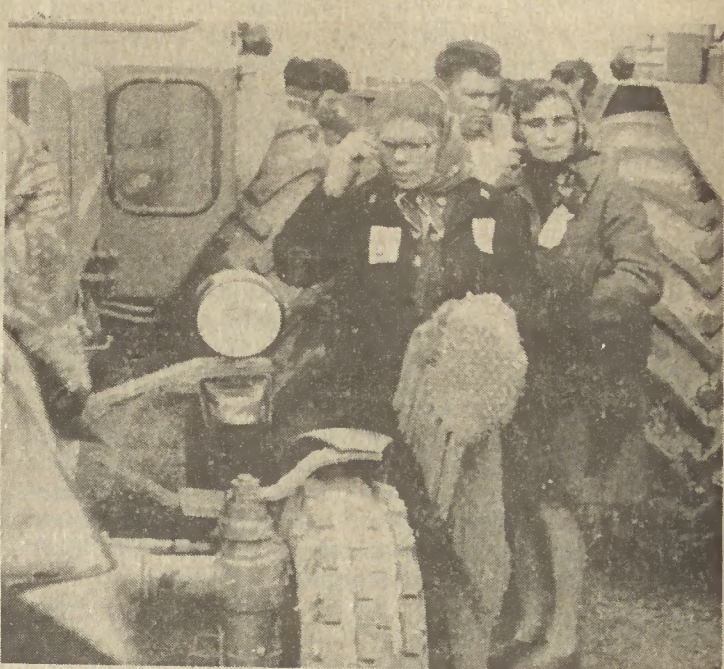
Membro da Comissão Directiva da Cooperativa do Mouxão do Inglês, Alvaro Brasileiro salientaria no seu discurso:

Sabemos que, por muito que a ciência esteja avançada na União Soviética, o trabalho não se faz só carregando num botão.

As máquinas oferecidas às UCP, aos pequenos e médios agricultores portugueses, são o esforço, o sacrifício, são pedaços desse heróico povo que desinteressadamente ajuda outros povos que estão hoje a passar uma fase que também eles já passaram.

E num parêntesis: A União Soviética não dá um chouriço a quem lhe der um porco gordo, como fazem os países capitalistas, a Alemanha e a América.

Proseguindo, declarou: Os abutres tentarão delatá-lhe as garras para se



o máximo rendimento delas.

Quanto às máquinas únicas, como a oficina ambulante, o espalhador de adubo, o tractor de chuva artificial e a sementeira, foi proposto que se formassem uma comissão com dois ou três delegados dos 5 distritos do Sul e membros dos Sindicatos para estudarem a forma mais acertada da utilização destas máquinas.

«OS ABUTRES TENTARÃO...»

Representando a Cooperativa 1.º de Maio, falou a seguir o trabalhador José Luis que, num improviso, agradeceu a oferta dos trabalhadores soviéticos e manifestou a sua alegria por encontrar ali tanta gente que mal deixava ver as máquinas.

A reacção — acrescentou, com ironia — dizia que na União Soviética as pessoas vestiam roupa da mesma cor mas a prova dessa mentira são as máquinas de cores diferentes que aqui estão.

José Soeiro, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, recordou por seu turno a solidariedade dos trabalhadores portugueses que também têm oferecido máquinas às cooperativas mais necessitadas e manifestado a sua solidariedade com frequentes jornadas de trabalho voluntário, sublinhando também as oportunidades que os países socialistas têm oferecido aos trabalhadores agrícolas portugueses através

apoderarem delas. Cabe-nos a nós, trabalhadores, estimá-las, defendê-las e tirar delas o máximo proveito para que o nosso país seja um país sem fome, sem miséria, para que todos tenham trabalho.

Francisco Roque, da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Novo, alertou para os perigos do fascismo, lembrando que os latifundiários que antes se negavam a arrendar as terras para os agricultores as cultivarem fazem convites e até estão dispostos a pagarem as passagens para que estes os acompanhem às reuniões da CAP. E recordou:

É preciso que todos tenham consciência de que se acabar a Reforma Agrária voltaremos a cair na mesma e as terras serão novamente negadas.

Encerrou o comício, depois do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre, Ramos, ter indicado a distribuição das máquinas, o camarada Alexandre Ivanovich, que salientou a importância das cooperativas na agricultura soviética bem como o papel da indústria na sua mecanização, que aumenta sem cessar, como salientou ao enumerar a quantidade de camiões, tractores e celfeiras-debulhadoras que atingem a cifra dos milhões e que no presente Plano Quinquenal serão entregues.

A festa prolongou-se até ao escurecer com um espectáculo de música e folclore e no qual participou um grupo de dança da Letónia.



português, desenvolvimento, mais riqueza, mais pão e mais emprego. Ela ajuda a vencer dificuldades, dá mais força e mais confiança e une mais os trabalhadores das UCP e os pequenos e médios agricultores.

Esta solidariedade é também uma grande contribuição para combater

O QUE FOI OFERECIDO

É superior a 100.000 contos a oferta do povo soviético aos trabalhadores agrícolas portugueses.

São 283 máquinas e alfaias, ou seja: 50 tractores, 30 camiões, 50 charruas, 30 reboques, 64 autobombas de rega, 30 sementeiras, 10 grades de discos, 5 bulldozers, 5 escavadoras, 5 cilindros, 1 sementeira, uma oficina ambulante, 1 tractor de chuva artificial, 1 espalhador de adubo, milhares de peças sobressalentes, 70 toneladas de sementes seleccionadas (trigo, arroz, milho e girassol) e 100 doses de sêmen seleccionado de gado bovino leiteiro.

as mentiras e calúnias dos inimigos da Reforma Agrária, da liberdade, da democracia.

São mais de 100 mil contos! E não são para pagar, como a reacção anda a espalhar! É a solidariedade de um povo amigo que aboliu para sempre a exploração do homem pelo homem, que construiu o socialismo e avança vitoriosamente para a sociedade comunista. É a solidariedade dos trabalhadores soviéticos que lutam heroicamente para acabar, também em Portugal, com a exploração do homem pelo homem e construir o socialismo.

Especificando a ajuda e enumerando toda a maquinaria enviada, o camarada António Gervásio acrescentou, ainda,

enviadas à medida que chegam da União Soviética, que decorreu a exposição.

Na segunda-feira passada um tráfego desusado ocorreu a Montemor-o-Novo. Automóveis, camionetas e tractores com os respectivos reboques, tudo serviu de meio de transporte. Milhares e milhares de pessoas ali acorreram. O trânsito engarrafado. Na planície alentejana as filas de veículos estendiam-se até longe, caminhando vagarosamente.

Depois, à medida que era possível avançar começava por se distinguir uma multidão compacta. Mais próximo as máquinas, rodeadas por um mar de gente, e que antes não passavam de manchas azuis, amarelas ou vermelhas, ganhavam forma.

Alinhados, ali estavam os tractores de rastros ou com rodas de borracha, os camiões, as charruas, os bulldozers, as escavadoras e ainda as autobombas de rega.

Curiosos com aquele intenso movimento muitas pessoas que passavam de carro junto à Cooperativa não deixaram também de ir ver o que motivava aquela aglomeração.

TANTA COISA PARA VER

Sucediam-se os comentários das pessoas que observavam as máquinas. Os trabalhadores agrícolas destacavam as vantagens técnicas desta ou daquela máquina, de acordo com a sua experiência de todos os dias, os outros visitantes menos familiarizados com a vida do campo referenciavam os aspectos que mais os sensibilizavam como o tamanho, a sensação de potência, mas em todos era geral a referência ao gesto de solidariedade do povo soviético ali materializado.

Samarra pelos ombros, que o tempo estava frio apesar do sol, dois trabalhadores agrícolas contemplavam as charruas. Trocavam opiniões, apontavam, mexiam mesmo. E ao abalarem para verem outras máquinas um deles desabafou:

— Esta charrua de quatro pás vai fazer cá um jeitão!

Os tractores de rastros atraíram a atenção. Mãos calejadas pelo trabalho do campo não raro afagavam as lagartas, num gesto de carinho que transmitia ao metal, já enlameado, o calor humano de quem sabe o valor da máquina no trabalho e no aumento da produção. Um trabalhador

DOIS TIPOS DE AJUDA

A propósito da oferta do povo soviético aos trabalhadores agrícolas portugueses convém recordar (e comparar) as ajudas que recentemente fizeram a Portugal a Alemanha Federal e os Estados Unidos.

O primeiro país ofereceu 20 aviões (6 Fiat e 14 aeronaves de reconhecimento e ataque ao solo), o segundo ofereceu carros de combate.

Os tractores, as charruas, os «bulldozers», as escavadoras e as autobombas oferecidas pelo povo soviético destinam-se ao trabalho, ao aumento da produção, ao combate à fome e à miséria. Permitem novos postos de trabalho e criam riqueza.

Os carros de combate e os aviões têm funções completamente diferentes.

Dois tipos de ajuda. Duas maneiras de encarar a amizade entre os povos.

Um trabalhador apontando para a lâmina colocada à frente do bulldozer afirma:

— Isto leva tudo à frente. Não há árvore ou pedra que fique no seu lugar. Sozinho faz uma auto-estrada.

